



**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**

Universidade Técnica de Lisboa

Mestrado em Ciência Política



***Estado Globalização e Crescimento Económico:  
Portugal e a importância do Soft Power***

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política

Orientadora: Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

Mestrando: Licenciado Rui Miguel Rebelo Alves

Lisboa

2011



*Rui Miguel Rebelo Alves*

*“A arte é tudo porque só ela tem duração e tudo o resto é nada! As sociedades, os impérios são varridos da terra, com os seus costumes, as suas glórias, as suas riquezas”.*

Eça de Queiroz, in *Correspondência*, Livros do Brasil, 1984.

## ÍNDICE

ÍNDICE _____	4
ÍNDICE DE ABREVIATURAS _____	6
DEDICATÓRIA _____	7
AGRADECIMENTOS _____	8
INTRODUÇÃO _____	9
NOTA METODOLÓGICA _____	19
I. Conflito paradigmático e o repensar do papel da acção política do estado _	26
1. O desenvolvimento internacionalista como factor de mudança política ____	26
2. Crise de soberanias e cidadania global _____	27
2.1. Imposição do globalismo estrutural _____	28
2.2. O enfraquecimento do Estado _____	29
2.3. A era do indivíduo _____	31
3. Integração económica global _____	33
3.1. Globalização económica e Globalização política _____	34
3.2. A participação do Estado-Nação em termos funcionais _____	36
3.3. Preservar as fronteiras culturais _____	39
II. Os instrumentos de acção política _____	42
1. O poder brando e a acção pela inteligência – <i>Soft e Smart Power</i> _____	42
1.1. A importância do <i>Soft Power</i> segundo Nye _____	42
1.1.2. crescimento e aplicação no pós-Guerra do <i>Soft Power</i> _____	44
1.2. <i>Smart-Power</i> como intermediário de um novo paradigma de poder ____	46
2. Esforço político como esforço nacional _____	48
2.1. Objectivos e estratégias _____	48
3. Os instrumentos clássicos das ideologias _____	49
3.1. Instituições legais do poder político _____	49
3.2. Diplomacia e política externa do Estado _____	49
3.3. A lógica entre poder económico e o poder político na <i>diplomacia moderna</i>	
_____	52
III. O caso português _____	54
1. O poder e o pequeno Estado _____	54
1.1. Conceito de poder no pequeno Estado _____	54
1.2. Quem manda e a sede do poder _____	56
1.3. O paradoxo da desigualdade concorrencial _____	57
1.4. Panorama actual e os novos factores de capacidade _____	58
1.5. Poder económico e acção do pequeno Estado na ordem internacional _	59
2. Desígnio estratégico para Portugal _____	60
2.1. Uma estratégia de precaução _____	60
2.2. Particularidades geopolíticas _____	67

Rui Miguel Rebelo Alves

3. Identidade e características naturais _____	69
3.1. O ser português _____	69
3.2. Contingências históricas e sociais _____	72
3.3. O factor da expansão _____	73
3.4. O espaço lusófono _____	74
3.4.1. O caso brasileiro _____	76
4. Quadro da diplomacia nacional num mundo globalizado e o reforço da ordem interna do Estado para o século XXI _____	78
4.1. Diplomacia cultural com ponte para a economia _____	78
4.2. Diplomacia cultural ou diplomacia pública? _____	79
4.3. A aposta no <i>Soft Power</i> _____	81
4.3.1. O papel principal do Instituto Camões na diplomacia _____	84
5. Desafios para este século _____	85
5.1. A língua portuguesa como factor imprescindível _____	85
5.2. Uma estratégia nacional para o mar _____	86
 CONCLUSÕES _____	 89
 BIBLIOGRAFIA _____	 95
 ANEXOS _____	 105

*Rui Miguel Rebelo Alves*

## **ÍNDICE DE ABREVIATURAS**

ASEAN – Association of Southeast Asian Nations  
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento  
BM – Banco Mundial  
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa  
EDP – Electricidade de Portugal  
EFNIL – European Federation of National Institutions for Language  
EUA – Estados Unidos da América  
EUNIC - European Union National Institutes for Culture  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IC – Instituto Camões  
ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros  
OMC – Organização Mundial de Comércio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do tratado do Atlântico Norte  
PIB – Produto Interno Bruto  
PME – Pequena ou Média Empresa  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPUE – II Presidência Portuguesa da União Europeia  
PT – Portugal Telecom  
SADC – Southern Africa Development Community  
UA – União Africana  
UE – União Europeia  
URSS – União das repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZEE – Zona Económica Exclusiva

## **ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Política Externa  
Quadro 1 – Análise SWOT do COMPETE, Programa Operacional Factores de Competitividade do Quadro de Referência Estratégico Para Portugal (2007-2013)  
Quadro 2 – Entidades e Ministérios Responsáveis pelos Leitorados de Língua e Cultura Portuguesa

*Rui Miguel Rebelo Alves*

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus amigos pela constante compreensão e apoio especialmente nos momentos em que mais foi preciso. Uma enorme base de apoio personificada no Flávio Sobral, Guilherme Silva, Pedro Gonçalves, Pedro Martins, Ana Teresa Santos, Carla Santos, Marta Dias, Nuno Oliveira, Sandra Lobo, Ana Luísa Ferreira, Guilherme Oliveira, Júlio Lopo, João Narciso, Joana Valadares e Joana Ramalho

À D. Laura, Sr. Joaquim, Sofia, Isabel, Pedro, Mário e Mariana.

À minha família, avós, tios e primos, o meu agradecimento do fundo do coração pelo apoio constante, carinho e confiança.

Aos meus pais e ao meu irmão Ricardo, pelo incondicional apoio ao longo de 7 anos de percurso académico entre licenciatura e mestrado e especialmente por me terem sempre incentivado a ir mais longe. Pelo amor, pela compreensão e pela dedicação sem reservas. Isto também é vosso.

À Ana, por tudo.

*Rui Miguel Rebelo Alves*

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão desta dissertação de mestrado marca para mim o fim de uma era no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), ciclo esse que começou em 2004 com o início do curso conducente à licenciatura em Relações Internacionais, já lá vão mais de 6 anos. É incalculável o valor académico, profissional e pessoal que o ISCSP me trouxe, sendo que será para sempre uma segunda casa para mim.

Neste sentido os meus primeiros agradecimentos vão obviamente para a minha faculdade, nas pessoas que o representam nas presidências dos seus órgãos de gestão, o Presidente do ISCSP, o Professor Catedrático Doutor João Abreu De Faria Bilhim, Presidente do Conselho Científico, Professor Catedrático Doutor António de Sousa Lara, a Presidente do Conselho Pedagógico, Professora Doutora Catarina Casanova. Agradeço também ao Coordenador do II Ciclo de estudos em Ciência Política, o Professor Doutor Manuel Meirinho pela ajuda nos esclarecimentos solicitados e pelos conhecimentos transmitidos na vertente curricular deste ciclo.

À Professora Doutora Sandra Balão, por ter aceite ser minha orientadora na elaboração desta dissertação e pela disponibilidade, paciência, ajuda e toda a sabedoria transmitida tanto ao nível de aulas como no contexto de orientação. O seu auxílio foi imprescindível no encadeamento de ideias e o seu inspirador espírito crítico foi sempre um factor motivacional na procura do melhor caminho. Além de minha orientadora, o seu papel enquanto docente e as matérias abordadas tanto no ciclo de licenciatura como no ciclo de mestrado, foram determinantes para a selecção do caminho optado e pelas temáticas escolhidas. Pela segunda vez, tive o privilégio de ser orientado pela Professora e pela segunda vez me sinto mais enriquecido em termos académicos.

A todos os professores deste ciclo de mestrado, nomeadamente ao Professor Doutor Eduardo Lopes Rodrigues e ao Professor Doutor João Catarino pelos preciosos ensinamentos que tive oportunidade de aprofundar nestes últimos 2 anos e que serão extremamente úteis na minha vida profissional.

À biblioteca do ISCSP na pessoa da Chefe de Divisão de Documentação e Informação, Dra. Paula Saraiva, por todo o apoio quando solicitado. À biblioteca do Instituto Nacional de Administração pela colaboração na pesquisa de obras necessárias a esta dissertação. A todas as pessoas do ISCSP de quem vou ter saudades e que durante anos constituíram o suporte para que os dias passados na academia fossem sempre os mais alegres. Ao Sr. Campilho e Sr. Paulo do Bar, Sra. Carla e Sr. João da reprografia, Sr. Viegas da recepção e a todos os colaboradores e funcionários deste Instituto que todos os dias dão o melhor de si em prol desta centenária instituição de ensino.

A todos os colegas iscpsianos da minha geração. De forma mais ou menos intensa, foram incontáveis os contactos que foram sendo desenvolvidos ao longo destes anos no ISCSP.

Rui Miguel Rebelo Alves

## INTRODUÇÃO

“(…)Numa conjuntura em que a interdependência é a regra, e em que a soberania [...] muda de conteúdo, parece mais viva do que antes a reivindicação da igualdade efectiva dos Estados. (...) O elitismo baseado no poder efectivo ou no poder funcional, é que parece ser a regra da comunidade internacional(…)”

Adriano Moreira, in *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, 1993.

### Ponto de partida e contextualização do objecto de estudo

A política, mais do que outro cenário sistémico da actividade humana, é inevitavelmente atingida pelas mudanças que ocorrem à sua volta. Os Estados, como se conhecem hoje, vivem de uma actualização constante dos paradigmas económicos e sociais que, contextualizados dentro da Globalização, tornam inconstante a sua acção política. Deixando de parte o seu polémico percurso político, Carl Schmitt<sup>1</sup> definiu mesmo a delimitação conceptual de Estado enquanto “demasiado complexo e dinâmico para se fixar o seu conteúdo” à luz da matriz que o seu *status* inclui. Este deve ser levado, sempre que possível, ao nível de *Estado Global* numa lógica de expandir o seu potencial até ser politicamente tangível. É óbvio que a dinâmica e a estrutura de cada Estado é uma variável constante. É por isso importante ter sempre a definição de Estado enquadrada no conceito histórico que o rodeia. A derrocada da construção política mundial que foi o Euromundo, deixou como herança, o sentimento, de que a Terra é só uma e do interesse comum de todos os povos<sup>2</sup> com igualdades jurídicas onde com a progressiva organização da actual comunidade proporciona um relacionamento mais cauteloso e eficiente na imposição de oposições ao direito nacional contrário.<sup>3</sup>

Outro esforço que se tem desenvolvido teoricamente nos últimos anos é o de descortinar a mudança para um melhor posicionamento político, sendo hoje uma arma que os Estados devem deter sempre tendo em conta as suas mais-valias territoriais como ponto de partida.

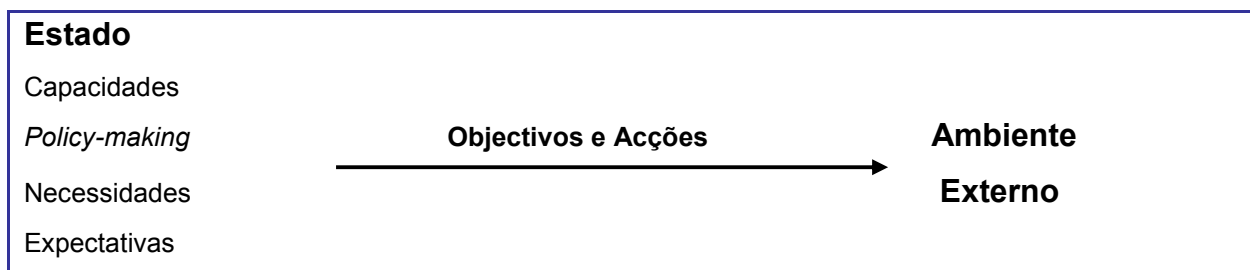
À escala global, todos os países competem entre si para aumentar as exportações, atrair mais turistas e captar mais investimento estrangeiro. Neste contexto, a variante reputação/imagem do país tem um fortíssimo impacto económico e é uma vantagem ou uma desvantagem competitiva que merece um programa de gestão e de acções políticas focalizadas numa lógica de programação reforçada da sua política externa:

---

<sup>1</sup> Cfr. **RODRIGUES**, Cândido Moreira, “Apontamentos sobre o pensamento de Carl Shmitt: um intelectual nazi”, disponível em [http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum12\\_art06\\_rodrigues.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum12_art06_rodrigues.pdf), consultado a 12 de Novembro de 2010.

<sup>2</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, 1993, p. 395.

<sup>3</sup> Cfr. **ZIPPELIUS**, Reinhold, *Teoria Geral do Estado*, 3ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997, p. 86.

**Gráfico 1 – Política Externa<sup>4</sup>**

No caso de países como Portugal, onde ocorreram mudanças ou evoluções drásticas e rápidas, o desfasamento entre percepção e realidade torna ainda mais necessária a existência de um comportamento que incida directamente no interesse nacional e nas áreas que podem ser mais-valias para a nossa economia, fruto do realinhamento do conceito de poder que vinga agora na realidade internacional.

Sendo assim e recorrendo a várias interpretações, torna-se premente uma caracterização do conceito de poder, ao abrigo da Ciência Política, “não mais do que o estudo dos factos políticos em todas as suas aplicações”<sup>5</sup>. Impõe-se portanto a necessidade de os enquadrar suficientemente na noção do Professor António de Sousa Lara que caracteriza o facto político como todo o acontecimento implicado na luta pela aquisição, manutenção e exercício do poder na sociedade na senda do pensamento de Adriano Moreira. Este autor alerta para a necessidade de não se pensar teoricamente na “extinção de Poder” já que este é um fenómeno muito mais complexo e difícil de se verificar na realidade.

Em termos operacionais, o poder aparece definido pelo mesmo autor como “o conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento”<sup>6</sup>. Decorre desta que existe por isso um vasto leque de coação aos outros actores políticos e que vão desde os meios humanos e materiais até aos morais, físicos e extra-humanos, havendo uma vasta lista que seria passível de ser caracterizada pelas formas de expressão do poder.

Antes de se falar do poder do pequeno Estado em termos concretos, importa distinguir primeiramente o poder natural, por via dos factores naturais que o Estado detém e o poder carismático que o faz completar as suas acções com recurso a todos os factores que não fazem parte da sua natureza.

O poder natural decorre da “liderança natural”, voluntariamente aceite pelos seus subordinados que obedecem, enquanto que o poder carismático deriva da capacidade de se persuadir os outros pela via de características que vão além daquelas que são inerentes ao próprio poder e à “naturalidade”.

Este conceito não pode ser igualmente visto à luz da sua condição positiva ou negativa. Ele é intrínseco à sociedade humana organizada<sup>7</sup> não sendo necessariamente bom ou mau. É necessário na sociedade sendo útil vê-lo do ponto vista sobretudo funcional, como conjunto de meios destinado a coagir os outros a dado comportamento que é em si próprio polivalente. Embora possam existir

<sup>4</sup> Cfr. **HOLSTI**, K.J. *International Politics – A Framework for analysis*, 7ª edição, Prentice-Hall, New Jersey, 1995, p. 19.

<sup>5</sup> Cfr. **LARA**, António de Sousa, *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão*, Lisboa, ISCSP, 2005, p.253.

<sup>6</sup> Cfr. Idem, p. 254.

<sup>7</sup> Cfr. Idem, *ibidem*, p. 255.

Rui Miguel Rebelo Alves

diferentes ideologias e diferentes formas de exprimir a existência do próprio poder, este pode servir diversas formas de governo sendo que cada uma é maleável pelas “escalas de valores indemonstráveis”<sup>8</sup>.

Por outro lado, o Professor Adriano Moreira define o poder político como sendo parte de uma “natureza instrumental, o que também evidencia que o poder não é uma coisa mensurável em termos quantitativos”<sup>9</sup>. Este tem sempre uma relação estabelecida: a capacidade de realizar objectivos é sempre em função das capacidades opostas. Não há coincidência entre Poder e Força. A Força serve para dimensionar quantitativa e qualitativamente os recursos à disposição da vontade política do agente. O Poder tem a ver com a capacidade de influenciar os outros.

Karl Deutsch, por sua vez, considera que o poder “não é nem o centro nem a essência da política”<sup>10</sup>. É apenas um dos mecanismos mais importantes de aceleração do sistema político, juntamente com a força que, no entanto tem menos relevância dentro do sistema.

Neste contexto, e já que durante este trabalho nos iremos debruçar sobre o poder enquadrado no pequeno Estado, porque parece essa a condição de Portugal, este conceito revela importância capital já que a forma de influenciar os outros pressupõe a existência de mecanismos sólidos e capazes de construir formas notáveis de expandir esse mesmo poder já que, como mencionou sabiamente Hannah Arednt, “a política não resulta de uma necessidade da natureza humana, como a fome ou o amor, nem sequer é uma instituição indispensável para a comunidade humana. Pelo contrário, ela começa precisamente onde o domínio das necessidades materiais e o da força física acabam”.

Do nosso ponto de vista, o poder que o Estado também dispõe dentro do seu território, esse mesmo elemento fundamental que se constitui cada vez mais como condição essencial na determinação política do mesmo, isto é, a capacidade de influenciar o outro através da persuasão, praticada pela elite no Poder Político e pelos que, logicamente, procuram substituí-la<sup>11</sup>, com a participação de outros actores que têm interesses neste tipo de estratégia.

Optámos neste contexto pela exploração do conceito de *Soft Power*, desenvolvido pelo académico norte-americano Joseph Nye, e cuja base assenta num modelo de acção que, através de valores, tradições, história, protagonismo artístico e modos de vida, deverá servir para permitir criar condições para que um determinado país possa exercer influência sobre outros. Primariamente, estes factores são classificados por Nye em 3 tipos de recursos<sup>12</sup>:

- Cultura;
- Valores políticos;
- Política Externa.

---

<sup>8</sup> Cfr. *Ibidem*.

<sup>9</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 2.

<sup>10</sup> Cfr. DEUTSCH, Karl, *The Nerves of Government*, Collier Macmillan Publishers, Londres, 1966, p. 124.

<sup>11</sup> Cfr. SANTO, Paula do Espírito, *O Processo de Persuasão Política – Abordagem Sistemática da Persuasão com Referência ao Actual Sistema Político Português* [Tese de Mestrado], texto policopiado, Lisboa, ISCSP, p. 17.

<sup>12</sup> Cfr. NYE, Joseph S., *Soft Power: the Means to Success in World Politics*, Public Affairs, Nova Iorque, 2004, p. 18.

Rui Miguel Rebelo Alves

É ele que fornece "uma preciosa matriz para a planificação de produtos globalizáveis, neles podendo e devendo, por mérito absoluto, incluir-se a Cultura e a Língua"<sup>13</sup>. A Persuasão, pela via da Imagem estética ou semiótica, seja de forma directa ou subliminar, toma assim o lugar da imposição.

O *Soft Power*, conceito-chave no actual exercício de poder em contraponto do *Hard Power* que por si só, justifica o uso da força na forma de fazer os outros Estados captarem a sua mensagem, é hoje em dia uma mais-valia que pode e deve ser aproveitada por aqueles que beneficiem de capacidades inatas de o fazer prevalecer. Não falamos aqui de propaganda, comportamento aliás, altamente censurado pelo próprio Nye<sup>14</sup> que alega não fazer dessa mesma propaganda, o mecanismo preferencial do conceito que queremos operacionalizar. Talvez este sentimento quase hostil à propaganda esteja ligado ao fundamento que o regime nazi empregou nele e que se traduziu numa manipulação maciça da população alemã, despontando ódio e repulsa por outras raças e nacionalidades.

Neste sentido, a sua obra de referência obrigatória e chave fulcral na teorização do conceito, "Soft Power: The Means to Success in World Politics", lançada em 2004 é, em grande medida o documento central para a operacionalização de um conceito que se quer transversal a todo o trabalho que iremos realizar.

Temos portanto como motivação principal com esta dissertação, procurar apurar a possibilidade de o *Soft Power* ser um instrumento favorável aos Estados no contexto de competitividade exacerbada da Globalização e nomeadamente aos pequenos Estados como Portugal, no quadro da evolução da comunidade internacional do nosso tempo, fazem aparecer novas afinidades, formais ou informais e que condicionam de forma negativa a viabilidade dos estados<sup>15</sup> e mais concretamente, daqueles que terão uma estratégia mais desequilibrada ao nível político. Em termos mais concretos, e no que toca ao *case study* que queremos desenvolver, colocaremos como vectores fundamentais desta estratégia de *Soft Power* a língua e a vertente marítima relativas a Portugal como elementos potencialmente diferenciadores de sustentação, centrando a nossa análise na estratégia política que tem sido desenvolvida sobretudo desde 1974, ano em que o paradigma político em Portugal foi reformulado, modificando-se necessariamente, também, a sua lógica de actuação política.

### Relevância para a Ciência Política

Em termos de enquadramento para a Ciência Política, procuraremos aqui estudar e enquadrar à luz das teorias relativamente às novas abordagens do poder e dos novos problemas contemporâneos, as fundamentações do poder do Estado de hoje. A sua perda de influência, a sua natural mutação em função das condicionantes da envolvente e ao mesmo tempo a necessidade de se reestruturar pela

---

<sup>13</sup> Cfr. "O marketing como instrumento de difusão da Língua Portuguesa", in **Instituto Camões**, disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/encarte-ij/o-marketing-como-instrumento-de-difusao-da-lingua-portuguesa.html>, consultado a 9 de Dezembro de 2009.

<sup>14</sup> Cfr. **NYE**, Joseph S., "Propaganda Isn't the Way: Soft Power", in **International Herald Tribune** disponível em [http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/1240/propaganda\\_isnt\\_the\\_way.html](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/1240/propaganda_isnt_the_way.html), consultado a 10 de Janeiro de 2010.

<sup>15</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2002, p. 540.

procura da viabilidade económica do país. Além dessa chave de interpretação, a análise da vida política está ligada à percepção da ascendência das instituições formais, dos marcos legais, das rotinas organizacionais, das estruturas governamentais e do seu papel activo sobre os resultados políticos (*political outcomes*) sendo por isso indispensável estudar os novos actores que apareceram, exteriores ao Estado, e que complexificaram o institucionalismo. Esta teoria visa a estruturação (acção e a relação) políticas. Não é, nesse sentido, apenas um “contexto”, um lugar ou uma paisagem. Ao contrário: procuramos defender que as instituições devem ser inseridas no contexto histórico-social<sup>16</sup>. Tendo sempre presente a necessária relevância associada à distinção a Ciência Política e as Relações Internacionais, não podemos deixar de focar o nosso enquadramento no simples conceito de *nacionalismo* cuja interpretação no enquadramento da realidade política, não deixa de espelhar a sua influência na acção externa. A separação do estudo das políticas domésticas daquelas que dizem respeito à política externa é, em nosso entender, um erro teórico<sup>17</sup> já que a aproximação de ambas as esferas é cada vez mais ditada pela conjuntura internacional e pelo papel do Estado mas, sobretudo “imposta” por força da Globalização, cujo momento acelerado condiciona, cada vez mais, respostas integradas e integradoras.

### A motivação

A principal motivação para o desenvolvimento deste tema, prendeu-se com a constatação cada vez mais evidente da falta de acção política por parte dos Estados enquanto entes individualmente participativos nas suas esferas de actuação. No caso português, essa constatação surge num patamar ainda mais elevado já que a falta de estratégia ligada às opções e decisões concretizadas, apresentam um tremendo alheamento relativamente à sua acção política reforçando os poderes da supra-nacionalidade e deixando o país sem um plano de suporte em alturas de crise como é o caso da actual conjuntura. Já no século XVII, o Padre António Vieira havia alertado para a crónica falta de espírito capitalista e filosófico na sociedade portuguesa<sup>18</sup>.

A verdade é que os Descobrimentos, primórdios da Globalização, tiveram efeitos práticos bastante consideráveis na época mas sem repercussões estratégicas no futuro. O Professor Adriano Moreira aponta para este facto quando refere que a “retirada portuguesa de África fez com que o ponto final da Era Gâmica tenha sido colocado pelos mesmos que a tinham iniciado”.<sup>19</sup> Depois desse acontecimento, aparentemente restou apenas o vazio.

Alguns autores defendem a ideia de que a estratégia de desenvolvimento económico de cada país depende, naturalmente, de factores tangíveis como sejam o esforço de investimento, a qualificação dos recursos humanos e a dotação de recursos naturais, mas é também influenciada, e muitas vezes

<sup>16</sup> Cfr. STEINMO, Sven, THELEN, Kathlen, LONGSTRETH, Frank, *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

<sup>17</sup> Cfr. LEVI, Lúcio, *Globalization and the decline of the state-centric paradigm*, disponível em [http://agora.qc.ca/cosmopolis.nsf/Articles/no2007\\_2\\_Globalization\\_and\\_the\\_decline\\_of\\_the\\_state-centric?OpenDocument](http://agora.qc.ca/cosmopolis.nsf/Articles/no2007_2_Globalization_and_the_decline_of_the_state-centric?OpenDocument), consultado a 14 de Dezembro de 2010.

<sup>18</sup> Sobre esta matéria, ver LEAL, Miguel, *Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*, Quidnovi, 2008.

<sup>19</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.* nota 2, p.418.

Rui Miguel Rebelo Alves

de forma decisiva, por factores de ordem cultural e social como sejam os vínculos morais de confiança, a predisposição para cooperar e os princípios e valores éticos dominantes em cada sociedade. Um pouco por oposição a uma visão economicista dos acontecimentos, este conjunto de “activos” imateriais, segundo a óptica do Professor Vítor Santos, são designados de “capital social” e são materializados por um conjunto de convenções e práticas sociais que estão implícitos no quotidiano e que influenciam decisivamente as transacções, a criatividade e a performance individual e justificam o maior ou menor sucesso das acções colectivas<sup>20</sup>. É neste campo que o Estado deve procurar agir, potenciando a sua acção política para o desenvolvimento económico através de uma reinvenção das suas funções e, no caso português, nas cabais potencialidades de um Estado cuja História e características intrínsecas podem ajudar a ultrapassar de forma menos complicada esta complexa era. Além da natural “crença” depositada nos factos estudados ao longo da dissertação, esta ideia já vinha proveniente do I Ciclo de estudos, igualmente desenvolvido no ISCSP, nomeadamente na licenciatura em Relações Internacionais, onde ao abrigo da cadeira de Relatório de Estágio, desenvolvemos como Tese de Licenciatura, a análise e a reflexão crítica sobre Presidência Portuguesa da União Europeia no 2º semestre de 2007 e no qual abordámos em primeira mão a capacidade inata de Portugal chamar a si responsabilidades políticas de alto nível e de desenvolver as suas mais-valias históricas como marcas do presente, mas sem que daí resultassem repercussões ao nível estrutural, viáveis e capazes de serem úteis no médio-longo prazo para um benefício real do país como tal considerado.

## **Fontes**

Num ciclo de mestrado enquadrado no contexto de Bolonha, a liberdade teórica do investigador não é ainda assim alargada a um nível de independência extrema, mantendo-se a busca constante pelas referências que justifiquem todo o enunciado e mostrando o enquadramento já existente que sirva a intenção definida à partida. As fontes de informação, ferramentas essenciais na prossecução de dados para o nosso objecto de estudo, serão sempre passíveis de serem analisadas à luz das nossas interrogações, muito embora se tenha procurado que aquelas obedecessem ao maior grau de objectividade possível.

Pretendendo-se fazer uma abordagem científica e rigorosa pretendemos que os nossos dados sejam o mais fidedignos possíveis, centrando-se a análise nos modelos teóricos disponíveis ligados à concepção e teorização do Estado e recorrendo em segunda medida, pela natureza do trabalho, a documentos orientadores de políticas, a um nível institucionalmente “oficial”.

Dados meramente comprovados de forma empírica, são legitimados pelas fontes, cujo valor em termos científicos é inequivocamente mais sólido do que a mera observação do investigador sem suporte. A preparação das fontes a analisar pormenorizadamente, tendo em conta as leituras prévias e o estado da arte do tema em questão facilitam a “economia das fontes” e racionalizam o tempo de pesquisa, concedendo-nos mais disponibilidade para as fontes que verdadeiramente interessam. Para provar a verdadeira consistência das fontes, recorreremos ao cruzamento de dados fornecidos pelas mesmas e

---

<sup>20</sup> Cfr. **SANTOS**, Vítor, *Novos Temas das Políticas Públicas*, edição do autor, texto policopiado, 2011, p. 22.

faremos uma segunda validação, interrogando sempre mais do que uma vez a fonte original. Questionando sempre o valor das mesmas, procuraremos levantar sempre a hipótese de estas serem falsas.

Para tal, considerámos como fonte primária autores de referência nas áreas da Ciência Política, das Relações Internacionais e da Geopolítica, sempre que possível provenientes do ISCSP, dando valor ao contributo inegável que a instituição tem trazido para as mais diversas áreas científicas.

Desta forma, em primeiro lugar foi valorizado o contributo altamente valioso dos Professores Adriano Moreira e Políbio Valente de Almeida na fundamentação do poder e da crise do Estado em Ciência Política e do conceito do pequeno estado respectivamente, fazendo a ponte necessária para a realidade através de uma análise teórica extremamente rica à luz de uma época “caracterizada por uma interdependência total que afectou de maneira decisiva os tipos de relações e os conceitos a que elas estavam subordinadas até há poucos anos”.<sup>21</sup>

Sendo o *Soft Power* um dos conceitos operacionalizados e transversais nesta dissertação, todo o contributo teórico nesta área foi igualmente de importância capital, sobretudo pelo recurso à obra do Professor Joseph Nye cujo enquadramento do conceito não se faz exclusivamente ao abrigo do contexto norte-americano, permitindo que se encaixe no caso de estudo que se quer expor.

Estão contemplados dentro da área de referência do conceito de *Soft Power*, além do já referido Joseph Nye, exemplos de bibliografia que não poderão ser ignorados para a nossa investigação. *Notes for a Soft Power Research Agenda* ou *The Powers to Lead*, são peças fundamentais na continuação lógica do estudo do académico de Harvard que tem produzido um legado incalculável nesta área. Contudo, e ao longo de uma pesquisa sobre o nosso conceito central, além de Nye que tem estudado os benefícios e a preponderância do Soft Power na actual diplomacia, deparámo-nos com outras obras que justificam um estatuto extremamente preponderante sobretudo em termos de enquadramento teórico relacionado com o *Soft Power*. A saber, Steven Lukes com *Power and the Battle for Hearts and minds: on the Bluntness of Soft Power* ou *Weapons of Mass Distraction: Soft Power and American Empire* de Matthew Fraser, são obras de referência para melhor entendermos o quão ligado este conceito está à cultura popular e à forma como se promovem os valores de um país, nomeadamente o caso dos Estados Unidos da América (EUA) onde os filmes, a música ou mesmo a comida, são vistos como cartão-de-visita, normalmente bem recebidos pelo mundo fora e um barómetro para medir a popularidade da grande potência norte-americana, sendo especialmente estudada na penetração de territórios politicamente mais hostis aos valores da cultura ocidental.

Em relação a outras partes do mundo, *The European Superpower* de John McCormick ou *Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World*, de Joshua Kurlantzick, são peças fundamentais para o entendimento global do fenómeno do *Soft Power* no pós-guerra fria e na forma como esta teoria se tem tornado um modelo de referência nos actores políticos, aqui estudados nestas obras quer no âmbito comunitário, quer no âmbito chinês, outro caso paradigmático de sucesso de uma economia que faz prevalecer a sua influência mundial sem o recurso à força.

---

<sup>21</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 56.

Rui Miguel Rebelo Alves

Em Portugal, contrastando com a escassa bibliografia dentro da área do *Soft Power* ou algum trabalho académico relevante, têm vindo a ser desenvolvidos estudos relevantes que justificam e produzem soluções para uma outra dinâmica na forma de estimular os processos de promoção da economia nacional, estudos esses que são instrumentos preciosos para a dinâmica da teorização. Numa abordagem mais académica, encontramos a nível bibliográfico, obras que contêm matéria de interesse para a investigação. A saber, temos Cátia Almeida com “A marca Portugal vista por correspondentes de meios de comunicação social estrangeiros”, Carla Guapo Costa com *Public Policies as a privileged instrument to promote competitiveness: the case of a small open economy in a globalized arena* ou “A diplomacia económica em Portugal no século XXI: que papel no investimento directo português no exterior?” de Ana Catarina Pereira Mendes Leal, tudo exemplos de obras recentes sobre a importância de um posicionamento nacional ao nível da sua promoção e que foram fundamentais para um enquadramento do tema na realidade e como preparação para o início dos trabalhos.

Não esquecemos igualmente a importância das noções, ainda que por vezes, sintéticas, do já mencionado Professor Adriano Moreira, a propósito da diplomacia portuguesa e de Luís Amado, a propósito da Diplomacia Económica, especialmente enquanto leituras prévias para uma introdução fiável nas sempre complexas abordagens à diplomacia portuguesa.

Como fontes secundárias, privilegiámos o acesso a todos os recursos relacionados com notícias relevantes para o estudo em questão, sem que nos tenhamos inibido de recorrer aos meios electrónicos que tão favoravelmente ajudam o investigador quando bem utilizados. Este tema pela sua actualidade, pertinência e relevância no seio da actual conjuntura mundial necessitou, obviamente, de um suporte actualizado ao nível de iniciativas e estratégias desenvolvidas nomeadamente no caso português e por isso o recurso a documentação oficial foi utilizado com frequência de forma a enquadrar o melhor possível na actualidade, os temas que serão discutidos ao longo desta dissertação.

### **Estrutura da análise**

À luz da teorização e do enquadramento no âmbito da Ciência Política, centrado nas mudanças ao nível internacional com repercussões na ordem interna do Estado, iremos fazer no *Capítulo I*, um enquadramento da crise das soberanias proveniente do pós-guerra e na forma de os Estados interagirem entre si, modificando a sua acção e sofrendo poderosas influências e ameaças ao seu poder, traduzidas na sobrevalorização das organizações internacionais e no fenómeno da Globalização que veio a fomentar a interdependência económica num nível nunca antes visto, forçando o Estado a conceber instrumentos para se manter influente ao nível político.

Hoje, e enquanto fenómeno completamente enraizado na sociedade contemporânea, a Globalização parece sugerir o aparecimento surgimento de um vínculo a um modelo de organização política que procura, sempre, tornar-se dominante em relação aos seus congéneres, veiculando as suas ideias e transformando-as em doutrinas que por sua vez se fortalecem enquanto quadro de referência para um número cada vez mais significativo de pessoas, de povos, de unidades políticas que passam a ser

Rui Miguel Rebelo Alves

ideologias políticas e sociais<sup>22</sup>, abrangendo a sua influência para o nível económico numa associação de comportamentos que transformaram rapidamente as noções de poder e de soberania.

No *Capítulo II* e com base nas concepções teóricas conceptuais, iremos destacar os instrumentos ao dispor do Estado, dissecando os conceitos relativamente recentes de *Soft* e *Smart Power*. Apesar das dificuldades identificadas a um nível alargado e internacional, é o Estado que determina, soluciona ou desenvolve a gestão de interesses que incrementa ou potencia a diversidade do seu raio de acção<sup>23</sup>.

Além destes novos mecanismos que revelam novas formas de aprofundar o seu poder ao abrigo da “complexidade crescente” em que os Estados vivem, tratamos, ainda que de forma breve, da mudança de paradigma ao nível da diplomacia e da política externa, conceitos necessariamente separados mas que têm sofrido as mesmas transformações.

A última parte do trabalho no *Capítulo III* fica por isso reservada ao caso específico de Portugal. Sua análise histórica com ênfase na influência que os diversos contextos históricos tiveram na actuação política ao mesmo tempo que se procura compreender até ao nível psicológico as características de uma população e a certeza de que todos os abalos e a queda da estruturas políticas não faz com que desapareça o património comum da vida e definição cultural do espaço<sup>24</sup>. Pelas suas características geográficas invulgarmente subvalorizadas e devido a uma crónica falha estratégica ao nível político, este será em grande medida o *case study* do nosso trabalho, embora tal evidência não seja transversal a toda a investigação. O *Soft Power* enquanto teoria é prosseguida por todos os Estados que desejam alargar os seus mecanismos de poder. Por isso, projectar tal conceito ao caso português seria demasiado redutor, embora tenhamos noção que pela afinidade e pela maior facilidade em correlacionar os factos, Portugal, será sempre uma óptima inspiração na óptica da acção política em constante mudança, focando-nos como já foi referido na enorme necessidade de fortalecer 2 vectores estratégicos estranhamente esquecidos: o Mar e a Língua.

Com um conjunto de mutações políticas bastante acentuadas. Nos últimos 40 anos Portugal tem perdido na sua esfera de acção, um conjunto de mais-valias que fez dele uma das nações mais poderosas dos últimos séculos, pese embora a sua diminuta capacidade económica. A entrada na União Europeia (UE) e as consequências daí advindas, fizeram com que o plano estratégico para uma promoção económica independente viesse a ser esquecida, em detrimento de um desenvolvimento ao sabor do contexto global e sem uma grande preocupação face a eventuais crises. Uma nova geração de diplomatas com experiência internacional e abertos a um Portugal globalizado deverão ter uma nova visão das relações internacionais e das novas condicionantes da política externa, além da necessária participação do tecido empresarial num eventual objectivo nacional. Para que isso possa vir a acontecer e de acordo com a vontade política dos governos, dever-se-á incidir cada vez mais na formação dos seus intervenientes nomeadamente em áreas relacionadas com a diplomacia

---

<sup>22</sup> Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo, Uma Visão Analítica* [Tese de Doutoramento], texto policopiado, ISCSP, Lisboa, 2008, p. 43.

<sup>23</sup> Cfr. **SANTO**, Paula do Espírito, *op.cit.*, nota 11, p. 20.

<sup>24</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 371.

Rui Miguel Rebelo Alves

económica, a promoção das exportações, mercados emergentes ou a formulação de uma área fortemente apostada pelo governo<sup>25</sup>.

A crise que se instalou mundialmente em Setembro de 2008 e que tem sido bastante prejudicial para os Estados do sul da Europa, tornou mais urgente esta percepção ao nível económico, passando o Estado a desenvolver uma acção mais centrada neste sector. Em Portugal, a noção de que as exportações podem ser um meio favorável de rejuvenescer a economia, tem viabilizado acções de promoção do país que deverão ser importantes no longo-prazo e não apenas para curar uma ferida que está aberta no país.

Mais do que nunca, é necessária uma definição clara de uma estratégia forte e bem coordenada ao nível político e que não esteja circunscrita a prazos e a objectivos pouco ambiciosos. Numa época em que a imagem<sup>26</sup> é mais eficaz no processo político do que a realidade, em resultado do alto poder condicionante dos meios de comunicação<sup>27</sup>, importa regressar mais do que nunca à matriz eminentemente política do Estado e a que resta das suas capacidades políticas traduzidas no contexto competitivo de hoje.

---

<sup>25</sup> Ver **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, “Economic Diplomacy Networks: The Portuguese Casa”, in **COSTA**, Carla Guapo (org), *New Frontiers for economic diplomacy – Some contributions on strategic issues based on the international conference “New Frontiers for Economic Diplomacy”*, ISCSP, Lisboa, 2009.

<sup>26</sup> Ver **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, “Comunicação, Secretismo e etnocentrismo Global”, in **MARTINS**, Manuel Meirinho (org), *Comunicação e Marketing Político – Contributos Pedagógicos*, ISCSP, Lisboa, 2006. A autora aponta pertinentemente para o “dever ser” naquilo que se quer transmitir para a opinião pública “enquanto que aquilo que na realidade se faz, as políticas que são postas em prática e as decisões que se tomam, estão numa dimensão real, daquilo que “é””.

<sup>27</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *op.cit.*, nota 2, p. 405.

Rui Miguel Rebelo Alves

## NOTA METODOLÓGICA

*“O ponto de vista epistemológico que agora prevalece distingue-se precisamente por procurar estabelecer uma reflexão sobre a ciência efectiva (...) aceitando a historicidade dos princípios de que ela faz parte, dos processos que utiliza e dos resultados a que chega.”*

Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, in *Metodologia das Ciências Sociais* SILVA, Augusto, 10ª Edição, Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, 1986

A escolha de um caminho teórico é, para o investigador, condição essencial para um estreitar da sua pesquisa e para a delimitação do seu trabalho, facilitando assim a maneira de trabalhar e promover a fundamentação da sua questão de partida ao mesmo tempo que legitima o seu discurso, procurando-se modelos teóricos que estejam de acordo com as ideias centrais a fazer passar. Ligado a estes modelos teóricos, procurámos juntar a estas linhas orientadoras e necessárias, um conjunto de observações práticas enquadradas na realidade que justificassem a relevância do tema procurando respostas integradoras e interdisciplinares no seguimento da tradição metodológica prosseguida pelo ISCSP desde a sua fundação<sup>28</sup>.

A tarefa profundamente ambiciosa, prudente e selectiva que é construir Ciência em Política<sup>29</sup>, só é minimizada pela clarificação de um caminho metodológico claro e dotado de instrumentos válidos. Mais do que construir Ciência, será necessário fazer com essa construção seja aceite pelos outros e promove-la à testagem e refutação constantes consolidando a aproximação do Homem ao poder do conhecimento num mecanismo que permite o enriquecimento teórico<sup>30</sup>, fonte directa de hipóteses e do caminho dedutivo que decidimos percorrer.

### **Objecto de estudo e perguntas de partida**

Uma investigação científica clara requer inevitavelmente uma definição lógica do objecto de estudo, sendo de extrema importância revelar um carácter inovador quer pela sua abordagem, quer pela capacidade de relacionar conceitos e factos associados à problemática.

Assim, e como já havia sido mencionado anteriormente, procuraremos dentro deste contexto investigacional, centrar a pesquisa na resposta às seguintes perguntas genéricas de partida:

*Deve o Estado deter uma acção mais abrangente ao nível económico no actual contexto de crise?*

---

<sup>28</sup> Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, *op.cit.*, nota 22, p. 21.

<sup>29</sup> Cfr. **SANTO**, Paula do Espírito, *op.cit.*, nota 11, p.11.

<sup>30</sup> Cfr. *Idem*, p.13.

Rui Miguel Rebelo Alves

*Será o Soft Power um instrumento favorável a Portugal no contexto de competitividade exacerbada da Globalização e no quadro da evolução da comunidade internacional do nosso tempo?*

O fenómeno em estudo será, portanto, e em larga medida o Estado e o papel que este desempenha na actual conjuntura e os instrumentos de que dispõe para cumprir os seus objectivos, numa investigação apoiada nas manifestações de poder que actualmente apresenta, assim como nas suas pretensões enquadradas no fenómeno da interdependência. O seu papel e a sua forma de produzir acções eficazes no que se refere ao caso português é visto em grande medida como outro grande patamar desta investigação, aprofundando-se o estudo dos fenómenos histórico-sociais da realidade portuguesa e as opções políticas a caracterizam.

Em grande medida e sem querer entrar em ambições desmedidas, o objecto deste estudo passa igualmente pela problematização do conceito de Estado, recorrendo a ele de forma quase constante e permitindo-nos questionar a sua viabilidade num contexto de globalização profundamente acelerado e transversal à história da sociedade humana em geral e política em particular. Embora não deixe de ser um dos mais importantes actores nas Relações Internacionais, é também ele um dos agentes associados à existência e acção dos movimentos que o obrigam a reformular-se constantemente e persistentemente.

Apesar de ser eminentemente um fenómeno internacional, a crise do Estado e a sua integração no contexto da Globalização têm uma enorme repercussão em Portugal e daí que a fundamentação da resposta passe em grande parte pelo recurso às vertentes geoestratégicas que legitimem o enquadramento do *case study*. Daí que todas as características físicas, alianças históricas e história política recente sejam necessariamente importantes para traduzir o fenómeno português à luz daquilo que queremos atingir.

Esta perspectiva que é geopolítica permite uma compreensão mais ampla do potenciamento que Portugal pode oferecer numa dimensão global e com repercussões perceptíveis e capazes de se projectarem em qualquer parte do mundo nomeadamente traduzidas em *decision-making* e *decision-taking*. Procuramos uma abordagem claramente realista, enquadrada sempre que possível nos fenómenos históricos e consciente da diferenciação entre aquilo que é e aquilo que deve ser<sup>31</sup>, sempre presente ao longo da história das sociedades.

### **Ponto de partida e hipóteses de trabalho**

A aproximação ao objecto de estudo só é possível com a concepção de uma série de hipóteses teóricas enquanto formulações pré-estabelecidas para chegar à resolução do problema e que têm como funções básicas a identificação dos principais aspectos a estudar, além de ser um elemento extremamente eficaz na compreensão do problema que se coloca perante o investigador. É, em linhas gerais, a tentativa de limitar as fronteiras da investigação<sup>32</sup> com a formulação de supostas respostas à

---

<sup>31</sup> Cfr. BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *op.cit.*, nota 22, p. 27.

<sup>32</sup> Cfr. Idem, p.33.

Rui Miguel Rebelo Alves

questão do objecto de estudo e que serão comprovadas pela investigação quanto à sua fundamentação.

O levantamento das mesmas, é estabelecido com base na ideia de a crise do Estado, empiricamente evidenciada e a consequente Globalização do *comportamento político*, nomeadamente na esfera supranacional europeia, trouxe como consequência a abstracção do conceito estratégico nacional ao mesmo tempo que novos mecanismos de poder, podem ser alinhados com o *world paradigm shift* em vigor na ordem internacional.

A globalização pela evolução histórica e pela inconsistência evolutiva das soberanias tenderá como finalidade a construção de uma governação global liderado eventualmente pelos EUA ao mesmo tempo que a globalização política expande o seu modelo democrático. Por outro lado, contrariamente a este processo, as organizações internacionais vão disputando a sede desse *governo mundial* enquanto os pequenos estados perante o determinismo dos ciclos económicos, neste momento em fase descendente, procuram novos mecanismos que legitimem o seu poder e autonomizem a sua posição na ordem mundial enquanto actores meramente económicos por força da complexidade crescente da evolução do seu poder.

Desta forma, estabelecemos 4, as seguintes hipóteses de trabalho que procuraremos traduzir em evidência no final desta dissertação:

- a) Que o próprio Estado procurando um modelo global de sustentabilidade, acabou por estar na origem da perda da sua soberania, desencadeando fenómenos de transferência de poderes para esferas de decisão supra-nacionais;
- b) Que o pequeno Estado enfrenta hoje um período de perda de poder, obrigando-se a reformular as suas estratégias independentemente do nível de supranacionalidade a que está sujeito;
- c) Que a Globalização devolveu a responsabilidade de promoção económica ao Estado numa fase em que este *acreditava* no *Fim da História*;
- d) Que o pelo menos aparentemente *fim* do *Hard Power* tem justificado o aparecimento de novos mecanismos de promoção da supremacia do Estado como o *Soft* e o *Smart Power*, ajudando-o a fazer da imagem uma mais-valia com vista a garantir a sua sustentabilidade económica.

## Objectivos

Procurar-se-á pois, com base na formulação destas hipóteses de trabalho, o enquadramento do modelo teórico escolhido. A crise do Estado, dentro da Globalização que, por sua vez, vai assentar nos mecanismos de acção política do Estado, novas fontes de poder e novos instrumentos ao seu dispor.

No caso português e com uma análise decorrente da realidade daquele que tem sido o seu comportamento desde a mudança de paradigma estratégico decorrente da entrada na União Europeia, pretendemos antever até que ponto existe uma estratégia de longo-prazo capaz de garantir a sustentabilidade económica do país, ainda para mais no actual contexto onde se assume como urgente a formulação e a multiplicação de mecanismos que sirvam mais do que nunca os interesses

Rui Miguel Rebelo Alves

nacionais, mas sem cair na armadilha fácil do proteccionismo. Para isso, a definição da importância do conceito de *Soft Power* e o seu enquadramento na prática, poderá servir como base para desenvolvermos essa estratégia aplicada ao caso nacional que, embora as ferramentas inatas que lhe permitiriam ter uma tarefa facilitada na delimitação estratégica, tarda a pôr em prática comportamentos que estejam acima dos governos.

Dentro desta análise, pretendemos estudar até que ponto as diplomacias económicas, culturais e públicas serão compatíveis com vista a atingir o mesmo o objectivo de acção política do governo e de preservar numa lógica de *realpolitik* os objectivos do interesse do Estado nacional passíveis de serem compatibilizados com as características inerentes ao seu território.

Nesta linha de aprofundamento progressivo entre o contexto planetário e o território português, importa pois compreender se Portugal tem efectivamente características inatas que permitam uma acção política estratégica eficaz, recorrendo às suas mais-valias inatas. Assim, pode ser a cultura de um país efectivamente interessante para a promoção da sua economia? Ou por outro lado, irão continuar as superpotências a manter a sua posição dominante e a rejeitar comportamentos estratégicos por parte do pequeno Estado?

### **Perspectivas teóricas**

Qualquer pesquisa de carácter científico que se queira fazer, tem como inevitabilidade a sua legitimidade metodológica assente em perspectivas teóricas que sirvam de linhas orientadoras para a abordagem do objecto de estudo. Seria contudo redutora, a escolha de uma só perspectiva orientadora já que será de supor que as variadas visões não se devem excluir, antes multiplicar e enriquecer os ângulos de análise de uma realidade<sup>33</sup> que, no fundo não deixa de ser a mesma ao dispor de todas as escolas de pensamento e análise.

As conclusões a apresentar estarão sempre intimamente ligadas aos procedimentos que decidimos abordar assim como aos processos utilizados para as alcançar. Desta forma, parece fundamental que a metodologia anteceda toda a construção do pensamento e raciocínio<sup>34</sup> de forma a prever e antecipar qualquer contrariedade ao longo da investigação.

Neste sentido, e com as devidas reflexões sobre o melhor caminho a escolher entre as diversas perspectivas da Ciência Política, optou-se por uma abordagem interdisciplinar, no seguimento da tradição centenária do ISCSP. A este propósito, o Professor José Adelino Maltez refere-se à raridade de pontes interdisciplinares entre os vários discursos<sup>35</sup>, importando pois, procurar lugares que sejam *comuns*, não se perpetuando certas formas de diálogo de surdos e outras tentativas de “balcanização

---

<sup>33</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 2, p. 78.

<sup>34</sup> Cfr. BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *op.cit.*, nota 22, p. 30.

<sup>35</sup> Cfr. MALTEZ, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, S.João do Estoril, Principia, 2002, p. 231. Os discursos aqui mencionados pelo autor são aqueles que estão directamente relacionados com as ciências que trabalham directamente com as Relações Internacionais. Neste caso e dada a interligação entre o tema escolhido e o ambiente internacional, a Ciência Política, está obviamente incluída nesta “floresta” onde a perspectiva se liga de “árvore em árvore”.

Rui Miguel Rebelo Alves

provocadas pelo sectarismo”<sup>36</sup>, neste caso entre o institucionalismo, o funcionalismo e a perspectiva sistémica, centrados nas instituições políticas e na forma de estas trabalharem enquanto organismos, multifacetados e capazes de ser influenciados pelos *outputs*.

O ponto de encontro entre a teoria e o acontecimento, entre o essencialismo e o empirismo, acreditando que as essências apenas se realizam na existência desta perspectiva prismática e multifacetada e na forma de pensamento de Raymond Aron, longe de ser passível de ser estabelecida com regras gerais.<sup>37</sup>

A abordagem ao nível institucional, tal como o próprio nome indica, centra-se nas instituições e foi desenvolvida inicialmente por Durkheim ou Weber e viria a ser reformulada e acrescentada por académicos como Merton e Selznick<sup>38</sup>, interessados na burocratização e nos comportamentos normativos das instituições em busca da prossecução dos seus objectivos.

Huntington, caracterizou o institucionalismo como “o processo pelo qual as organizações e procedimentos adquirem valores e estabilidade”<sup>39</sup>, sendo importante para o nosso tema, não só a evolução destas mesmas organizações, mas em certa medida uma análise prospectiva seguindo uma metodologia própria a não ser que tal questão seja salvaguardada, na forma como estas se podem transformar para o futuro e responder ao pressuposto aqui estudado.

Aqui dar-se-á ênfase ao ambiente da própria organização e à sua transformação em função das necessidades do exterior que conduzem à legitimação da existência das mesmas. Embora estejamos cientes do nosso papel numa sociedade democrática, esta não significa necessariamente que seja participada ou convide à participação. Uma abordagem institucionalista “deposita” previamente nas organizações políticas o “core” da decisão e da tomada de acção segundo um objectivo. Os indivíduos são “actores” importantes, mas é mais proveitoso compreender quais são os marcos institucionais dentro dos quais eles agem, ao invés de observar os próprios indivíduos, as suas motivações, preferências e escolhas.

Visto que “a maioria das acções políticas de certa importância ocorre no interior de instituições é decisivo compreender como agem esses aparatos e como influem no comportamento dos indivíduos que actuam em seu interior”<sup>40</sup>. Na nossa investigação fica igualmente claro que o sinónimo de “instituição” é precisamente a organização formal política. São as instituições políticas, incluindo todos os procedimentos burocráticos, estruturas governamentais, aparelhos estatais e normas constitucionais. Uma vez constituídas, elas têm impacto decisivo sobre o comportamento dos agentes inseridos no sistema político (legisladores, eleitorado, grupos de interesse etc.), determinando resultados políticos<sup>41</sup>.

---

<sup>36</sup> Cfr. Idem.

<sup>37</sup> Cfr. Idem, *ibidem*, p. 232.

<sup>38</sup> Ver, entre outros, **MERTON**, Robert K., *The New Institutionalism in Sociology*, Stanford, Stanford University Press, 2001.

<sup>39</sup> Cfr. **HUNTINGTON**, Samuel, “Political development and political decay”, in *World Politics*, vol. 17, nº 3, 1965, pp. 386-430.

<sup>40</sup> Cfr. **PETERS**, B.Guy, *El nuevo institucionalismo. La teoría institucional em ciencia política*, Gedisa, Barcelona, 2003, pp. 219-220.

<sup>41</sup> Cfr. **KRASNER**, Stephen D., *Approaches to the State: Alternative Conceptions and Historical Dynamics*, in *Comparative Politics*, vol. 16, n. 2, Janeiro, 1984, pp. 226-246.

Em suma, os factores institucionais são particularmente importantes já que definem ou modelam as preferências, os objectivos e os interesses dos agentes sociais (e não apenas “estratégias” de acção). Eles distribuem desigualmente o poder entre cada um deles (medido pelas suas influências respectivas sobre um determinado processo decisório, por exemplo), estabelecendo, a partir daí, uma determinada hierarquia entre os agentes sociais.

Ao nível funcional, não se pretende abordar o Estado sem que este sofra decisões exclusivamente tomadas por factores independentes do ambiente, tais como tendências, atitudes, opiniões ou intenções. A crítica funcionalista parte precisamente desse ponto explicando que os fenómenos políticos não se limitam ao comportamento individual dos agentes mas são compostos por aquilo que o Professor Adriano Moreira chama de “tensão entre as exigências e expectativas que a sociedade global dirige ao agente e a capacidade de resposta ou acção que este demonstra no papel de direcção que capturou”<sup>42</sup>. É, segundo a óptica de Schwartzberg uma parte do conceito biológico de função, isto é, a contribuição dada por um elemento à organização ou acção do conjunto do qual faz parte. A ideia básica da perspectiva do funcionalismo será pois, a de uma totalidade (sociedade global) cuja interdependência entre os seus elementos, desempenha funções correspondentes às necessidades fundamentais do grupo<sup>43</sup>. Alguns críticos consideram esta visão demasiado determinista e por vez obcecada com o equilíbrio entre os elementos, argumentando que a liderança política sempre existiu e que essa deve ser a ênfase na análise dos factos políticos<sup>44</sup>. Para o nosso trabalho, este tipo de abordagem revela-se importante no estudo da decisão política e no impacto que esta tem para o Estado e para com a sua legitimidade para desenvolver a acção política, “no sentido de considerar o Poder no seu funcionamento, como um conjunto diferenciado de modelos de conduta de agentes”<sup>45</sup>.

Finalmente e quanto à perspectiva sistémica, optámos por nos centrarmos na vertente teorizada por David Easton e cuja aplicação à Ciência Política determina que o sistema político é, sempre, um sistema dinâmico de comportamentos entre o ambiente externo e o interno sujeito aos ajustamentos necessários entre as exigências que o confrontam e a sua capacidade de resposta<sup>46</sup>. Esta abordagem permite, no contexto estudado, analisar a capacidade de resposta do sistema político, nomeadamente a um eventual nível nacional, num contexto constantemente sujeito a mudanças. Este sistema, na acepção clássica de Easton, funcionaria como uma caixa negra produto de decisões e acções, *outputs*, e que teria como entradas, *inputs*, tanto as exigências como apoios. Este é perspectivado como algo complexo em fluxo constante dado que o output influencia sempre o input.

Um apontamento ainda para a presença de uma perspectiva realista ao longo do trabalho, que pela sua contemporaneidade e linha de problematização orientada pela Ciência Política, está de acordo com a consciencialização necessária *daquilo que é e aquilo que deve ser*<sup>47</sup> sempre presente ao longo da história das civilizações. Esta noção desprovida do *politicamente correcto* é capaz de permitir uma

<sup>42</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 2, p. 90.

<sup>43</sup> Cfr. Idem, p. 91.

<sup>44</sup> Cfr. ROTHMAN, Stanley, *Functionalism and its critics: an analysis of the writings of Gabriel Almond, Smith College*, p. 261, disponível em [http://www.mmsi.org/pr/01\\_01/rothman.pdf](http://www.mmsi.org/pr/01_01/rothman.pdf), consultado a 12 de Janeiro de 2011.

<sup>45</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 2, p. 94.

<sup>46</sup> Cfr. MARTINS, Manuel Meirinho, *Participação Política e Democracia: O Caso Português (1976-2000)*, Lisboa, ISCSP, 2004, p. 35.

<sup>47</sup> Cfr. BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *op.cit.*, nota 22, p. 27.

*Rui Miguel Rebelo Alves*

maior objectividade no processamento e tratamento dos dados e também na análise dos mesmos até porque só com uma abertura crítica do processo poderemos ter em conta a validade prática do trabalho e a sua aplicação na realidade enquanto documento sugestivo de um momento histórico e com implicações no futuro.

O método dedutivo, como forma de analisar a problemática tendo em vista uma particularização do objecto de estudo tem um papel transversal na nossa análise já que a legitimação e a particularização do caso português só pode ser analisada de forma crítica quando suportada por um modelo teórico que seja desprovido de dúvidas. Neste sentido a enunciação de uma nota metodológica rigorosa e de acordo com os cânones da investigação científica, abre portas para os resultados da pesquisa de investigação e para o desfilar do trabalho em si.

Rui Miguel Rebelo Alves

## I. Conflito paradigmático e o repensar do papel da acção política do Estado

“Saber exactamente qual a parte do futuro  
que pode ser introduzida no presente  
é o segredo do bom governo.”

Victor Hugo, in *O Pensamento de um escritor e rosa cruz. Victor Hugo, uma obra de ficção virada para o social.*

### 1. O desenvolvimento internacionalista como factor de mudança política

Na década de 1960, houve um claro desenvolvimento e uma espécie de revisão da tradição liberal dos séculos XVIII e XIX, “tributária”, do utilitarismo anglo-saxónico e do utopismo<sup>48</sup>, por via de uma mutação da realidade internacional e pelo aparecimento de múltiplos e novos actores. O Estado enquanto agente das relações internacionais e actuando em função dos seus interesses permanentes, deixa de corresponder à nova estrutura internacional que havia ultrapassado o estatismo para fazer avançar novos actores como as empresas internacionais e transnacionais, o indivíduo, as igrejas e as organizações internacionais dos mais variados géneros.

Existe inequivocamente a passagem para o *transnacionalismo*<sup>49</sup>, na medida em que a sociedade internacional passa a exceder o formato *inter-nacional* e excede a noção de simples coexistência dos Estados pesando agora também todas as relações estabelecidas entre organizações e homens a despeito das barreiras estatais. Neste campo de mudança teórica, além de Joseph Nye, outros autores se destacaram como o caso de Philip Jessup que “funda” o conceito de “transnational law”<sup>50</sup> prevendo assim que a mudança do paradigma do Estado, resultasse igualmente numa mudança dos requisitos legais e dos sistemas jurídicos.

A época em que os Estados monopolizaram as relações clássicas da diplomacia, fizeram a guerra e a paz terá desaparecido porque o monopólio das relações exteriores também foi desviado. O modelo de “state centric paradigm” é alterado para o “world politics paradigm” em que o uso da força ou a ameaça dela, deixa de se constituir como factor relevante na actividade internacional do Estado<sup>51</sup>, mas sim uma actividade plural desenvolvida no âmbito de uma acção colectiva de um conjunto de Estados.

---

<sup>48</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 183.

<sup>49</sup> O termo transnacionalismo é muitas vezes usado para designar as instituições e as doutrinas de consenso que são o suporte dessas políticas e que lhes dão continuidade, ultrapassando a vontade dos Estados considerados isoladamente (ex: Organizações Unidas). Apesar de existirem motivos mais do que suficientes para existir rigor na distinção entre internacionalismo e transnacionalismo, por vezes surgem utilizadas de maneira indiferente.

<sup>50</sup> Cfr. JESSUP, Philip, *Transnational Law*, New Haven, Yale University Press, 1956.

<sup>51</sup> Cfr. LUCIO, Levi, *op. cit.*, nota 17.

O Estado, sem peso na balança estratégica do poder militar, pode desempenhar agora outros papéis essenciais dentro de actividades tão vastas como a economia ou a ideologia. Suíça ou Cuba são casos exemplares deste tipo de Estados que atingiram um papel de relevo sem se constituírem como actores de relevo ao nível militar mas que desenvolveram outro tipo de capacidades condicentes com actividades onde o seu poder se revelou inquestionável<sup>52</sup>. Estas novas perspectivas internacionalista e sobretudo, transnacionalista, inspiraram correntes académicas importantes, designadamente as que se relacionam com a *teoria da interdependência internacional* desde Cooper a Morse e a Bergsten e à *teoria da informação* de Karl Deutsch.

Esta nova perspectiva de diluir a acção política entre os novos actores internacionais, não teve contudo uma aceitação generalizada por parte da escola clássica. Kenneth Waltz, doutrinou sobre esta matéria e aquando do desenvolvimento do seu conceito do *mito da interdependência*, sustenta que qualquer fenómeno transnacional, não apaga o facto dominante de que o Estado, monopolizador do jogo diplomático e estratégico, continua a ser o agente principal da acção política e por conseguinte, das relações externas do Estado<sup>53</sup>.

O *Soft Power* aparece pois como resultado prático da problematização do novo papel do Estado entre um conflito de perspectivas sociológicas sobre a real importância das funções deste e na forma de exteriorizar o seu poder. Para os clássicos, este será sempre o agente das intervenções dominantes que gere as relações dos poderes soberanos bem como o risco de fazer a guerra. Já para as novas correntes que desvalorizam o papel mais musculado do Estado, estas baseiam-se num sistema de interdependência em que os indivíduos e as organizações não-estatais influenciam a conduta do Estado e geram um modelo que é sobretudo de interdependência, baseando-se em trocas e serviços. Autores como Marcel Merle assumem esta posição de favorecimento da interdependência, considerando que o Estado é muito frequentemente uma simples máscara que não deixa ver a real acção dos actores “secundários” e que o poder político não controla<sup>54</sup>. Vitoria e Suarez vão mais longe, falando do conceito de *património comum da humanidade* na linha de pensamento com o nome de internacionalismo ou *transnacionalismo* em transição evidente para o *globalismo* em que o facto da mudança política, excede em velocidade a resposta cultural sendo que os Estados todos juntos, são uma resposta mais cabal a esta mudança.<sup>55</sup>

## 2. Crise de soberanias e cidadania global

<sup>52</sup> Cfr. <http://blirg.wordpress.com/2010/04/26/insight-why-public-international-law-is-vital-for-switzerland/>, consultado a 22 de Novembro de 2010.

<sup>53</sup> Sobre esta matéria, consultar **WALTZ**, Kenneth N., *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva Publicações, 2002 e, equacionando as temáticas da globalização, veja-se também o já referido **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo, Uma Visão Analítica* [Tese de Doutoramento], texto policopiado, ISCSP, Lisboa, 2008.

<sup>54</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 185.

<sup>55</sup> Cfr. **SUAREZ**, Francisco, *De Legibus*. O autor jesuíta refere precisamente que “é justo e conforme à natureza humana haver autoridade civil com poder temporal para reger os homens e isto apoia-se em dois princípios: primeiro, que o homem é um animal social, que tende naturalmente e com toda a razão para viver em sociedade (...) segundo, que na sociedade perfeita é necessário que haja um poder a que pertença o governo da colectividade (...). Sem isso haveria nela a maior confusão”.

## 2.1. Imposição do globalismo estrutural

A sobrevivência do Estado soberano e a sua forma de desenvolver acção política encontram uma realidade internacional em constante estado de mutação. O conceito e a realidade do Estado soberano que dominou a vida internacional até ao fim da II Guerra Mundial tem vindo a ser substituído pelas interdependências e dependência mundiais que se vão consolidando e onde o mundialismo se firma como “modelo observante da realidade observada”<sup>56</sup>. Aos olhos do Estado, o cenário passou a ser considerado segundo a perspectiva de “aldeia global” entendida como mundialização dos comportamentos ecológicos, económicos, políticos naquilo que alguns quiseram chamar “fim da História”<sup>57</sup> e que generalizadamente é considerada a democracia avançada, por mais incertos que sejam os pressupostos organizativos. Além disso, a ideia de Estado-Nação, na acepção teórica de Silverman<sup>58</sup>, nunca foi com frequência um paradigma da organização da vida humana.

Parece-nos claro que a crise do Estado está essencialmente ligada a uma nova conjuntura que põe em causa as áreas de intervenção do “grande Leviatã” preconizado por Hobbes e que até aí, detinha total acção nos mais variados quadrantes. As capacidades disponíveis, as lealdades dos indivíduos, os valores de referência e as formas de revestir a sua acção estão completamente alteradas pela conjuntura aberta pelo debate enquanto oposição dos estadistas e dos liberais. A questão dos Direitos Humanos detém, desde há 30 anos, uma força teórica que remete o Estado para segundo plano. O Professor Adriano Moreira, reconhece a década de 1980 como decisiva neste contexto e aquela em que esses direitos foram reconhecidos como referência básica das legitimidades políticas e sociais, apoiadas em movimentos políticos como a dissolução do sistema soviético e usando organizações como a Amnistia Internacional para fazer prevalecer a mediatização desses mesmos direitos.

É inevitável considerarmos o mundo ocidental como grande veículo desta ascensão dos Direitos Humanos. Entramos assim numa fase de interesse antagónico em que o Estado é obrigado a repensar a sua forma de acção assim como de captação de interesses mudando por conseguinte a forma de fazer diplomacia e toda a acção política passível de captar economia. Já Norbert Elias, em ensaios escritos entre 1939 e 1947 havia antecipado esta interdependência entre indivíduo e sociedade ao nível planetário<sup>59</sup>. Acaba a manipulação por parte dos Estados ao nível internacional havendo uma substituição progressiva rumo ao já referido *world paradigm shift*, na linguagem de Nye e especialmente para Robert Keohane<sup>60</sup>. A sociedade passa a ser portadora de interesses que excedem o conceito clássico e que se apoiam nas relações entre homens e organizações sem limitações possíveis pelas barreiras estatais. Se a Globalização ainda carece de um âmbito político bem definido, a verdade é que uma estruturação mundializada ao nível científico e técnico dos teatros estratégicos,

<sup>56</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 238.

<sup>57</sup> A este respeito, consulte-se FUKUYAMA, Francis, *O fim da história e o último homem*, Gradiva Publicações, Lisboa, 1999.

<sup>58</sup> Cfr. SILVERMAN, M., *Deconstructing the Nations*, Londres, 1993.

<sup>59</sup> A este propósito, o pensador alemão afirmava ser “cada vez menos possível na actualidade separar aquilo que se passa dentro do Estado e a distribuição de poder e aquilo que decorrer fora dele, nomeadamente nas suas relações de poder. Para onde quer que olhemos, temos interdependência dentro dos processos intra e inter estaduais.”

<sup>60</sup> Cfr. KEOHANE, Robert O., *Theory of World Politics*, consultado electronicamente, p.197.

Rui Miguel Rebelo Alves

dos mercados transnacionais, das comunicações e dos conceitos de património comum da Humanidade ao serviço do género humano sem distinções, já encontra na Sociedade Civil, um ente bem estruturado, contratual e exigente perante as múltiplas soberanias<sup>61</sup> criando uma voz própria nas organizações não-governamentais com múltiplas funções e que, em última instância, procuram sempre manter o património mundial e os direitos do Homem, salvaguardados.

Alguns autores como Robert Muller, vão mesmo mais longe ao considerar que mais do que através de simples organizações, a divisão geográfica do planeta em centenas de fragmentos territoriais sem qualquer lógica geográfica, ecológica ou humana, pode originar uma nova hierarquia onde existirá uma nova imposição de poderes e conseqüente corrida ao armamento para defender a integridade de cada um deles, ao mesmo tempo que pensam em reavaliar o seu território, pensando em expandi-lo.

A imposição destas teorias, servem em linhas gerais para fundamentar a inevitabilidade do falhanço soberano como modelo geral de organização política, reconhecendo o desafio que é alcançar o consenso entre os direitos cívicos consagrados numa constituição nacional soberana e os Direitos Humanos, amplamente divulgados nos últimos 60 anos, em função de um ansiado globalismo estrutural.

## 2.2. O enfraquecimento do Estado

Antes de entrarmos nas razões propriamente ditas e na enunciação dos factores que contribuem, a nosso ver, para o enfraquecimento do Estado, importa distinguir que aqui não se procura destrinçar o conceito de Nação enquanto ente com “autonomia política e territorial definida”<sup>62</sup>. Serve esta nota prévia para distinguir antes de mais o papel da Nação enquanto espectador da por vezes chamada, crise do Estado-Nação como sendo a mesma coisa que crise do Estado soberano.

Poder-se-á dizer no entanto que o nacionalismo é combatido pelas doutrinas que a si próprias se chamam universalistas e que são encaradas como oposições ao particularismo nacional e ao imperialismo. A Nação é muito menos mutável que o Estado. Se este último transfere competências e alarga as suas esferas de decisão para organizações de cariz supranacional, dificilmente as características da Nação se verão alteradas por tal comportamento. Nesse sentido será pois importante distinguir o que é Estado e o que é Nação já que ambas podem interagir de maneiras diferentes com as crises de soberania e com os fenómenos internacionais que desde 1989, produzem o maior debate ideológico do pós-Guerra Fria.

A progressiva substituição da legitimidade dinástica pela legitimidade democrática por força das revoluções, simbolizou o nascimento de uma nova Ordem, fechada com a queda do Muro de Berlim e que lançou o mundo para uma teia de legitimidades e modelos contrários à evidenciação do Estado nacional. Mesmo os grandes poderes como os casos dos EUA, Alemanha ou China estão enfraquecidos o suficiente pela sua cabal falta de cariz enquanto nação, já que as imensas minorias que povoam algumas das maiores potências mundiais são dominadas sem consentimento prévio.

---

<sup>61</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 239.

<sup>62</sup> Cfr. Idem.

Rui Miguel Rebelo Alves

Por outro lado, os grandes espaços como são o caso de algumas organizações internacionais também ainda não constituem nenhum Estado no sentido clássico do termo, embora seja claro que o último estágio da integração tenderá a ser necessariamente político como se pode atender aliás pela tendência da UE<sup>63</sup>. O resto do mundo estará desde já enfraquecido pela sua natureza não-nacional. Uma manta de retalhos feita pelos europeus que consolidou territórios mas não consolidou nações e que por isso se tornam mais vulneráveis à crise do Estado, impedindo o nascimento de uma solidez estratégica e o adiamento *sine die* de um grande projecto nacional para esses mesmos Estados.

Tudo isto para mencionar que mesmo um Estado-Nação, por raro que seja no contexto internacional, ocupa um espaço muito reduzido no contexto internacional. Demasiado reduzido para que possa ser suficientemente forte e para que possa criar uma teia de relações sólida para prevalecer e não ser levado na onda da perda progressiva de soberania, vendendo-se e abdicando de uma estratégia própria sem que a sua acção política possa ser evidenciada de alguma forma.

Do mesmo modo que Jefferson, aclamado presidente norte-americano, acreditava que pela vontade de Deus<sup>64</sup> chegava o dia em que um povo reivindicava um lugar igual e separado na comunidade das nações<sup>65</sup>, também poderá chegar o dia em que por razões naturais, o Estado que constitui a união desse povo, deve abdicar da soberania. A evolução cultural mas sobretudo económica do mundo arrasta consigo benefícios mais fortes que fronteiras e a verdade é que a vitória das nacionalidades que se verificou até à descolonização não foi mais do que uma consequência do prevalecimento do aspecto político sobre o aspecto económico.

Os EUA, enquanto paradigma do Estado construído por essa tal vontade quase divina de reivindicar um lugar isolado na História, atravessam os mesmos dilemas que qualquer outro Estado atravessa perante uma crise de valores onde a dimensão cultural do país é traduzida pela construção de uma cultura popular transversal e multi-dimensional, expansível ao mundo e onde a própria dimensão militar passou a estar ao serviço da tecnologia e onde o aspecto económico passou a estar cada vez mais orientado para as operações de mercado aberto e global.

Temos, por isso, o Estado mais enfraquecido mesmo que pelas suas dimensões este pudesse ser passível de ser autónomo e minimamente virado para dentro. Uma vez mais, a vertente cultural entra em confronto com a mudança do Estado. A integração de minorias como os hispânicos e o fim da escravatura quebraram inevitavelmente a característica de Nação dos EUA, obrigando-a a olhar para fora e proporcionando deste modo, um olhar interdependente entre a crise do Estado nacional e a crise do Estado soberano.

Em Itália, a crise da soberania tem aberto espaço ao debate para a criação do grande espaço europeu a partir da integração europeia ao mesmo tempo que países como Espanha vão abrindo brechas dentro do seu território, pelo que é cada vez mais vulgar falar-se de uma inevitável independência da Catalunha ou de uma autonomia da zona norte de Itália. Por outro lado, temos o exemplo a ex-

---

<sup>63</sup> Cfr. **HOOGMOED**, Sylvester, *Europe In The Third Millenium*, disponível em <http://home.tiscali.nl/sylvester/iii.html>, consultado a 14 de Dezembro de 2010.

<sup>64</sup>“Jefferson’s Religious Beliefs”, disponível em <http://www.monticello.org/site/research-and-collections/jeffersons-religious-beliefs>, consultado a 23 de Dezembro de 2010.

<sup>65</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *op.cit*, nota 15, p. 379.

Rui Miguel Rebelo Alves

Jugoslávia que, na última década, conheceu dois novos Estados provenientes da fragmentação da Sérvia.

Crime e castigo? A própria multiculturalidade dos Estados, se não tiver a maturidade necessária, resvala facilmente para a decomposição e para as autonomias generalizadas num contexto de crise de soberania. Felizmente para a Humanidade, todas estas reivindicações são feitas com base na subordinação à Justiça e naquilo que o Professor Adriano Moreira chama de “normativismo dos factos”<sup>66</sup>, já que todos os Estados nascidos ou com vontade de nascer, reclamam esse direito sem o recurso à força, mantendo um diálogo aberto sempre com base na legitimidade histórica dos seus argumentos.

Em resumo, a crise do Estado soberano nasce como principal desafio dos últimos 20 anos e procurar-se-á rever o papel da Nação neste contexto em que ela terá de ser reinventada ao mesmo tempo que é incorporada noutra espaço sem que tenha de perder necessariamente os elementos que a legitimam, isto é, o respeito pelas identidades nacionais, étnicas e culturais e a Declaração dos Direitos Humanos.

Conclui-se pois que, em grande parte, o Estado soberano deixou de poder garantir pelas vias normais a sua subsistência, deixando para segundo plano o seu papel de regulador da ordem interna para se dedicar quase exclusivamente à multiplicação de laços económicos num contexto globalizado que o permita manter à tona num mundo em que o pequeno Estado, como se verá mais à frente se encontra cada vez menos independente e cada vez com menos autonomia para se definir a si mesmo na História moderna. O regionalismo<sup>67</sup> e a simples homogeneidade cultural mostra-se cada vez mais incisivo, subtil, activo e profundo que uma orientação nacional ou mesmo partidária.

### 2.3. A era do indivíduo

A decrescente importância do Estado coincide com a reivindicação por parte do indivíduo de direitos naturais e inerentes à sua condição humana. O direito individual à paz jamais deverá ser um privilégio de poucos e por isso se sustenta o direito individual de exigir um planeta desarmado e onde estejam reunidas as condições para uma vivência digna e livre. O Estado é ao longo do tempo cada vez mais sobrecarregado com as necessidades colectivas ao mesmo tempo que economicamente se vê cada vez mais pesado e dispendioso. Esta correlação de factores proporciona uma virtuosa engenharia financeira e económica que modela a sua acção económica paralelamente à acção política naquilo que poderá ser chamado de “isolamento da realidade” na óptica de Reinhold Zepelius, afirmando este

---

<sup>66</sup> Cfr. Idem.

<sup>67</sup> A este respeito, veja-se **MOREIRA**, Adriano em *Comentários* onde este refere que “o renascimento e o regionalismo exigem não apenas o reconhecimento das identidades culturais subordinadas em geral, com autenticidade ou sem ela, ao valor do Estado-Nação, exigindo formas descentralizadas, autónomas e independentes de gestão, ao mesmo tempo que destrói essa forma cultural e política de viver que é o Estado-Nação burocraticamente centralizado de Weber, implantando células de base mais facilmente articuláveis com o universal”.

académico alemão que o desenvolvimento do acontecer político e por outro lado, a questão ético-social de saber como o Estado deverá ser configurado, se confrontam de forma constante.<sup>68</sup>

O Estado soberano, perante este ambiente de globalismo, perde competências a favor de outro tipo de organizações vendo a sua acção deslocar-se em parte para instâncias a ele superiores, como o caso das organizações supra-nacionais, e cede a todo o tipo de pressões a favor de autonomias cada vez mais fragmentadas e em menor grau originando, muitas vezes, situações evidentes de corporativismo perverso. A sociedade civil transnacional, multiplica as fidelidades e cria os seus próprios instrumentos para exercer uma voz autónoma e independente em relação às soberanias que se vão debilitando, abrindo espaço para a decisão colectiva nas figuras exemplificativas das Cimeiras da Terra do Rio de Janeiro, de Pequim ou Quioto onde, formalmente, foi a sociedade civil mundial a falar e não as soberanias. O Homem e as causas mundiais, estão no centro da acção política por via da existência de um “tribunal de opinião pública”<sup>69</sup>, já preconizado por Wilson em 1919.

A mesma “aldeia global” responsabiliza em grande medida uma certa educação mundialista em que os cidadãos são sensibilizados para as grandes questões do nosso tempo como a ecologia, a discriminação de povos inteiros e a miséria generalizada em países do terceiro mundo. A problemática das causas mundiais passa a ser considerada à escala global podendo falar-se com alguma pertinência de uma Globalização dos problemas. Na Europa esta crise exige a organização do espaço num novo patamar intermédio entre o modelo estatual e a globalidade, exigindo-se a revisão dos conceitos dependentes do tempo social demorado para racionalizar a mudança das estruturas feitas em tempo social acelerado. Além disso, com a destruição do sistema euromundista após a II Guerra Mundial, as alterações no espaço político foram igualmente manifestadas na acção dos governos.

Tome-se como exemplo o caso português. Uma única geração viveu a existência de fronteiras coloniais, a existência de uma nação exclusivamente implantada no continente europeu e finalmente a existência de novas fronteiras com a entrada na União Europeia. Ao mesmo tempo, as fronteiras políticas vão sendo diferentes das fronteiras geográficas. Portugal formalmente partilha de políticas iguais com Espanha ou com a Lituânia no outro extremo do espaço europeu. No caso da sua segurança, a participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), abrange fronteiras muito para além do território português. Mesmo a fronteira cultural, com a formalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), passou a ser mais abrangente.

Nunca como hoje, se passou a vivenciar uma realidade muito mais abrangente do que as fronteiras físicas do país. O regime constitucional de uma nação está hoje ultrapassado pela transferência de competências para outros actores. O medo de um novo conflito armado enfraqueceu as soberanias que deixaram de decidir sozinhas algumas das mais importantes questões para a sua vivência no espaço internacional. A exigência histórica de convívio, alterou mesmo o conceito de educação onde se incitam os Estados a viver de forma mais próxima e íntima sendo mais parceiros do que inimigos. É sempre importante lembrar a propósito das matérias de educação, os vulgares cânticos, pouco abonatórios para outras nações que eram ensinados desde o ensino primário na Alemanha ou em

---

<sup>68</sup> Cfr. ZIPPELIUS, Reinhold, *op.cit.*, nota 3, p. 3.

<sup>69</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 241.

Inglaterra no contexto anterior à I Guerra Mundial<sup>70</sup> e que hoje seriam totalmente condenáveis se fizessem parte de qualquer programa educativo no mundo ocidental.

Ainda a este respeito, o Professor Adriano Moreira ressalva que não é a nação em si que se encontra em perigo mas sim o próprio conceito de Estado.<sup>71</sup> Este é que se adapta e muda perante os constrangimentos do processo globalizante em curso para a defesa apropriada das suas necessidades ao nível da preservação da identidade nacional. É certo que todos os Estados ambicionaram a homogeneidade. Contudo, a livre circulação pelo mundo no exercício do direito básico de estar e andar de um lado para o outro, multiplicou a existência de minorias étnicas nos mais diversos países sendo mais um factor para falarmos cada vez mais de uma cidadania global em termos gerais. A este respeito, Tomas Hammar operacionaliza mesmo o conceito de *denizen type*<sup>72</sup> numa alusão à realidade criada pelas minorias nos países nomeadamente por causa do mercado de trabalho. Países que outrora eram nações homogéneas, vêem a sua identidade fragmentada devido aos grandes problemas globais que vulgarizaram a existência e o controlo do Estado sobre a vida do seu território. Filosoficamente, podemos falar da supremacia do homem kantiano que procura nos grandes espaços, o amparo político e que fazem ascender o mundialismo a uma perspectiva que domina toda a problemática do Estado, da sua acção política e do raio de acção que detém para controlar uma nação.

Não podemos dissociar a importância do europeísmo ao abrigo da crise do Estado. A constituição do grande espaço europeu não é mais do que uma iluminação proveniente de autores com Maritain, François, Perroux, Denis de Rougemont ou Coudenhove-Kalergi sobre a consciência de grandes pensadores europeístas como Monnet, Shuman, De Gasperi e Adenauer.

O individualismo, o regresso à tradição medieval da livre circulação de professores e de estudantes, está a ser substituída pela internacionalização de padrões, apoiada na solidariedade científica sem fronteiras para uma resolução comum de problemas comuns. Chegam e sobram aqui os problemas para o envolvimento do Estado. Sobressai o enorme desafio quanto à metodologia da sua intervenção, quanto ao saber lidar com uma nova realidade transnacional, afronta maior do poder clássico.

No fundo procura-se uma resposta nunca satisfeita. Será o Estado mutável como é um organismo vivo ou estamos definitivamente perante uma crise de identidade? Mais do que nunca e no contexto de Globalização em que vivemos, será importante assumir a perplexidade da Terra única, do problema mundial assentes num comportamento responsável e subserviente do bem-estar comum face à inevitabilidade da História.

### 3. Integração económica global

<sup>70</sup> Cfr. FERRO, Marc, *A I Guerra Mundial*, 2ª Edição, Edições 70, Lisboa, 1990, p.25.

<sup>71</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit*, nota 15, p. 379.

<sup>72</sup> Cfr. HAMMAR, Tomas, "Communities and Participation in Political Institutions in Europe", disponível <http://refu.blogspot.com/2006/01/tomas-hammar-citizens-denizens.html>, consultado a 11 de Janeiro de 2011. "(...) this immigration during the 1960s and 1970s is one of the main reasons why cultural diversity has become a major dilemma and a matter of great concern to political institutions in almost all European countries. There are also several other reasons for this. The development of the European Union as a political body has raised the question what kind of a multicultural society Europe will be. Which groups will be considered to be minorities?"

### 3.1. Globalização económica e Globalização política

O Estado inevitavelmente mutável é comprovado pela forma como a sua política é tão mutável quanto o contexto económico que o rodeia. Como será fundamentado mais à frente, a capacidade militar e as características de um Estado mesmo que forte, dificilmente serão argumentos suficientes para desenvolver uma estratégia própria. A nova ordem económica internacional foi uma exigência do Terceiro Mundo<sup>73</sup>, formalmente levada a cabo em 1955 durante a Conferência de Bandung e a sua importância baseia-se sobretudo na formalização de uma era em que todos os países, independentemente do seu poder, conseguem ter uma palavra a dizer no cenário internacional. A Organização das Nações Unidas (ONU) constituiu mesmo em 1974 uma Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados que enunciava os princípios da nova ordem em construção, baseada na cooperação e na participação de todos os Estados no comércio mundial. Esta foi a forma encontrada também pelos países até aí colonizados de vincarem a sua posição em relação ao neocolonialismo, assegurando assim a sua independência também ao nível económico.<sup>74</sup>

Procurava-se no início, acautelar futuras desigualdades entre Estados fortes e fracos num paradigma que previa uma política de igualdade preferencial dos países do norte pelos do sul. Tal acontecimento pode não ter tido grandes repercussões na prática até porque a Guerra Fria foi uma realidade presente ainda nas duas décadas seguintes havendo sempre um alinhamento mesmo que inconsciente com algum dos blocos. Contudo, formalmente, ficavam assim lançadas as bases para a Globalização económica e para uma fase onde a competitividade iria certamente motivar novos comportamentos por parte dos Estados.

O actual processo de Globalização diferencia-se obviamente daquele que foi iniciado na era gâmica, ou no limite, aquando das primeiras migrações humanas. Falamos aqui do processo que cobriu a totalidade da vida do Homem, tornando todos os seres iguais, marcados à superfície, apenas pelas diferenças no seio de cada sociedade.<sup>75</sup>

No sentido genérico, a globalização seria o mesmo que o processo da modernidade no entendimento de Giddens<sup>76</sup> que ao nível social pode ser entendido como “a intensificação das relações sociais em todo o mundo” e a expressão da modernidade à escala planetária.<sup>77</sup> Para o Professor José Adelino Maltez, a encruzilhada entre a não fatalidade e a utopia que “não é o demónio do mal absoluto nem o deus do bem”.<sup>78</sup>

---

<sup>73</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 436.

<sup>74</sup> Além dos princípios, foram estabelecidos, em 28 artigos, os deveres económicos dos Estados e mais dois dispositivos acerca da Responsabilidade Comum dos Estados perante a Comunidade Internacional. Por fim, a Carta estabeleceu que na 30ª Sessão da Assembleia-geral das Nações Unidas e, depois, de 5 em 5 sessões, a Carta seria discutida para averiguar o seu devido cumprimento.

<sup>75</sup> Cfr. **MATOS**, Rui Paula, *Em busca da Globalização feliz – Análise e Reflexão Política*, Hugin, Lisboa, 2005, p. 54.

<sup>76</sup> Cfr. **MOREIRA**, Carlos Diogo, “Identidades Culturais, Pluralismo e Globalização”, in **Revista de Ciências Sociais e Políticas**, nº 1, Janeiro/Abril, 2007, p. 37.

<sup>77</sup> Cfr. *Idem*.

<sup>78</sup> Cfr. **MALTEZ**, José Adelino, *op.cit.*, nota 31, p. 106.

Rui Miguel Rebelo Alves

Os velhos nacionalismos económicos, marcadamente vivenciados pela Albânia e pela Coreia do Norte, foram esmagados pela ilusão de um grupo estadualizado poder ser auto-suficiente.<sup>79</sup> Aliás, o liberalismo foi talvez, até ao início da crise bolsista em Setembro de 2008, o único valor globalmente transaccionável independentemente da estrutura política dos Estados. O chamado “único critério do politicamente correcto” apoiado numa divulgação massificada na era do crescimento dos media e do fenómeno da internet que massificou hábitos e comportamentos até reduzidos a uma parcela relativamente restrita das nações mundiais.

Assim, a mundialização da economia deu espaço ao liberalismo económico para agir sem fronteiras e sob o signo dos princípios do *laissez-faire* e *laissez-passer* e pensou-se que esta nova era de abertura proporcionaria a elevação do nível de vida em todo o mundo num curto espaço de tempo. E como o ambiente político jamais é imune ao ambiente económico, a verdade é que com o advento da nova ordem económica, em poucos anos, o Muro ruiu, o mundo soviético colapsou e mesmo na Europa, as ideologias conheceram terceiras vias até aí escondidas na constatação de que a globalização, apesar de unir países, também divide os homens.<sup>80</sup>

A crise financeira e por arrastamento, económica, que o mundo atravessa hoje é fruto da euforia desmedida de décadas de desregulamentação, privatizações e moedas únicas também fomentadas pelas organizações supranacionais como a UE e deram aso a um esquecimento completo de estratégias própria, entregando os governos o seu destino ao contexto económico, passando a acção política a regular-se por meras regulamentações em áreas inalcançáveis pela economia global.

Paradoxalmente e com a falência dos bancos e de empresas a que temos vindo a assistir nos últimos 3 anos, o Estado voltou a ter uma acção relativamente importante na concretização de planos de apoio aos sectores atingidos pela crise e estabelecendo parâmetros de actuação por parte dos agentes económicos que evitem situações de ruptura com o sistema no futuro. Mesmo nos EUA, é extremamente curioso assistir ao papel regulador do Estado em grandes empresas como a General Motors<sup>81</sup>, um dos verdadeiros motores da economia norte-americana e que só sobreviveu devido à acção de Washington naquilo que muitos economistas teriam achado impossível voltar a acontecer no ponto alto do liberalismo económico.

Ainda no actual contexto, será muito interessante analisar que nenhum Estado escapou verdadeiramente à crise. As formas de financiamento, os canais de comércio e o abanar do sistema económico de grandes potências como os EUA ou a Alemanha, são capazes de abalar todo um sistema que afinal de interdependente, teria muito pouco. Além disso, algumas preocupações com o excesso de regulamentação económica, antes mencionadas, por grupos cépticos à Globalização, começam a ter implicações práticas.

Independentemente do crescimento económico, o preço político e social é alto e isso traduz-se numa limitação severa da liberdade dos indivíduos, na regulamentação excessiva da sociedade civil, na paradoxal criminalização das actividades económicas, na politização dos processos e no aumento de

---

<sup>79</sup> Cfr. Idem, p. 107.

<sup>80</sup> Cfr. Idem.

<sup>81</sup> Cfr. **LEVINE**, Steve, “Now, Obama 'Owns' General Motors”, in **Business Week Online**, disponível em [http://www.businessweek.com/bwdaily/dnflash/content/apr2009/db2009041\\_951044.htm](http://www.businessweek.com/bwdaily/dnflash/content/apr2009/db2009041_951044.htm), consultado a 19 de Dezembro de 2010.

Rui Miguel Rebelo Alves

problemas relacionados com xenofobia, medo de competitividade alicerçada ao movimento de pessoas e empresas e um sentimento geral de insegurança a nível laboral. Tais receios são comprovados pelo crescimento generalizado do número de desempregados nos últimos 15 anos, situação impulsionada pela crise mundial mas também pelas dificuldades em despoletar soluções para um crescimento sustentado e criador de empregos.

Além de algumas destas consequências no mundo ocidental, a tão esperada elevação no nível de vida generalizado a todos os países, parece bastante afastado. Já em 1996, o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apontava para o crescimento das desigualdades entre países pobres e países ricos, além das constantes intervenções do Banco Mundial (BM) e do FMI em vários continentes.

O preço desta nova era económica redonda-se então em preços altíssimos pela intromissão num sistema tão flexível quanto volátil e que pressupõem ganhos proporcionais às perdas. Contudo nem tudo parece ser tão negativo.

A Globalização económica coincidiu também com o alargamento de alianças tanto a nível político como militar. Além disso, o período temporal do pós-colapso soviético, mostra uma tremenda vocação da rede transnacional da sociedade civil<sup>82</sup> para formar redes de apoio mundializadas na chamada “revolução associativa”.<sup>83</sup> Ao nível político, os Estados têm estado mais atento a questões ambientais e vão fornecendo soluções cada vez mais viáveis para a estabilidade energética e nuclear. A Globalização dos mercados mostra-se aqui inseparável da Globalização das responsabilidades para com a sociedade civil estabelecendo uma inevitável ligação entre economia e política.

A integração tornou-se parceira indispensável do desenvolvimento económico mas também de qualquer outro tipo de alianças, num cenário internacional onde a manutenção das iniciativas estatais esbata cada vez na Globalização generalizada.

### 3.2. A participação do Estado-Nação em termos funcionais

Nunca como hoje, o sistema de relações internacionais registou tamanha turbulência e nunca como hoje os problemas identitários se imiscuíram tanto no desenho dos modelos económicos, sendo nuclear para os Estados interiorizarem as tendências da modernização provenientes do exterior.<sup>84</sup> A acção do Estado tem parecido incapaz de garantir a estabilidade e o cumprimento do direito internacional em muitas situações. A vulgarização da interdependência faz crescer o medo de conflitos por via dessa fragmentação e torna-se mais incessante a busca de alternativas ao poder do Estado para fazer a paz.

Conceito sagrado para a existência de um sentimento de pertença a um território, o Estado-Nação é, numa corrente sociológica, o valor politicamente supremo e corresponde a realidades culturais diferentes do vínculo político-jurídico da nacionalidade. A consciência de que um grupo determina

---

<sup>82</sup> A este propósito, Lester Salomon fala de uma expansão das Organizações Não-Governamentais: “The upshot (...) is a global third sector: a massive array of self-governing private organizations, not dedicated to distributing profits to shareholders or directors, pursuing public purposes outside the formal apparatus of the state”.

<sup>83</sup> Cfr. BHAGWATI, Jagdish, *In Defense of Globalization*, Oxford University Press, New York, 2004, p. 36.

<sup>84</sup> Cfr. MATOS, Rui Paula, *op.cit.*, nota 75, p. 85.

*Rui Miguel Rebelo Alves*

direitos e lealdades incompatíveis com a possibilidade de os transferir para grupos diferentes, tem a consequência comprovada pela história de, em algum momento aparecer um sentimento etnocêntrico e de ideologia racista como aconteceu de algum modo em países como a África do Sul em que se desenvolveu uma política de desenvolvimento humano e económico separando negros e brancos. A verdade é que cada vez que se tentou esmagar o orgulho das soberanias europeias, os sentimentos nacionalistas floresceram com maior vigor. Atente-se nas invasões napoleónicas e no desejo de construir um espaço político comum pela via da força e na influência que tal comportamento teve no ressurgimento de diversos desejos de independência pela Europa numa radicação do ideal de Estado-Nação.

A crise que actualmente vivemos pode servir para o despoletar destas mesmas consequências. Um Estado enfraquecido enquanto actor político e que não satisfaça as necessidades da sua população pode facilmente ver-se obrigado pelos seus cidadãos a tomar atitudes que visem atingir os seus objectivos por outros meios.

Depois da II Guerra Mundial é vulgar vermos os nacionalismos serem tratados como comportamentos irracionistas e inspiradores de desejos imperialistas com conteúdos de teor bélico ao passo que as instituições a aparecer inspiravam os valores mundialistas e as doutrinas universalistas. Este mesmo internacionalismo, não deve contudo, ser visto como uma violação ao conceito de Estado-Nação. Deve ser, contextualmente, uma afirmação de que a época em que vivemos merece um determinado comportamento por parte do Estado e que esse curso é inevitável. Exige um comportamento assertivo também fora das suas fronteiras e de partilha de problemas e iniciativas mudando assim as suas características contratualistas.

Ao longo da História não foram raros os casos de figuras que propuseram uma governança mundial. Kant, Marx ou Hitler, todos eles propuseram formatar o Estado-Nação ao sabor das suas intenções políticas mas a verdade é que mais do que a contingência histórica, a contingência económica foi decisiva. A constituição de uniões económicas e o fenómeno da Globalização surgem como exemplos da motivação dos Estados em se unirem em grandes espaços com propósitos económicos e em primeira instância incompatíveis com qualquer união política.

O desenvolvimento desta integração decorre pelo processo em que os agentes políticos de várias áreas nacionais, transferem lealdades, expectativas e actividades políticas para um centro novo e mais abrangente cujas instituições possuem ou pretendem possuir jurisdição sobre os Estados nacionais.

Não falamos aqui de uma organização intermediária. Trata-se de um processo decisório a cargo de uma instituição superior aos Estados reproduzindo essencialmente o processo e os elementos estruturais do Estado com uma nova dimensão e com a quase extinção de política nacional entre os Estados envolvidos nessa mesma organização. Neste campo a Comunidade Económica Europeia (CEE), agora UE, é o exemplo mais flagrante de integração e exemplo de uma transferência cabal e radical das lealdades nos mais diversos campos constituindo-se o espaço sem fronteiras internas que assegura ao abrigo de um mercado único<sup>85</sup>:

---

<sup>85</sup> Cfr. Alíneas c) e g) do nº1 do art.º 3º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, em conformidade com o Tratado de Nice.

Rui Miguel Rebelo Alves

- Livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e capitais;
- Concorrência não falseada.

Ao nível económico, o Estado é defrontado com um duplo desafio. Se por um lado, é objecto de um controlo severo, enquanto protagonista do processo concorrencial actuando como seu agitador, por outro lado cultiva o aspecto de regulador desse mesmo processo de integração.<sup>86</sup>

O federalismo político como última instância, decalcada dos exemplos da Alemanha e dos EUA seria mais um caso em que o contrato social eliminaria o Estado de natureza que caracteriza a vida internacional competitiva, eliminando fronteiras políticas e fazendo da União um actor único.

O sector económico como já aqui falámos é aquele que detém o maior leque de prioridade dentro da integração. Os Estados há muito que se desmotivaram com outro tipo de necessidades que não aquelas que sejam importantes para assegurar a sua sobrevivência básica ao mesmo que os recursos se devem adaptar ao aumento demográfico da sua população. Para que esta integração seja assegurada, duas condições devem ser asseguradas: a eliminação das barreiras alfandegárias entre Estados membros e a definição de uma política económica comum e única em relação aos Estados exteriores e ao mercado comum.

A dimensão política é aquela que suscita maiores clivagens quer do ponto de vista mais funcionalista quer dos federalistas. Este tipo de integração põe em causa todos os valores históricos da nação como a conhecemos, da lealdade à Pátria e ao Estado.

Em suma, em última instância, a doutrina tradicional dos fins do Estado, a defesa e a sua conservação aparecem em primeiro lugar. Estes delegam os seus poderes por circunstâncias irreversíveis e por não mais poderem assegurá-lo sozinhos.

O Professor Adriano Moreira fala a propósito do cumprimento de compromissos que a optimização da capacidade económica é precisamente a maior motivação para esta integração. Tal objectivo, tornou-se mais generalizado se pensarmos que o esfumar de uma competição individual iria redundar inevitavelmente num desejo de competição em maior escala, ou seja, ao nível continental. Evitar as assimetrias com os EUA, foi o grande objectivo da UE enquanto grande actor económico. Autores mais cépticos como caso de Raymond Aron mostram-se reticentes quanto a esta capacidade preventiva e estabilizadora da integração. O francês classifica mesmo a Europa como um lugar, uma ideia mas nunca uma unidade, cujo potencial de conflito é facilmente possível se as condições para que tal aconteça, estiverem reunidas.

Se a integração é o poder dos grandes espaços e a materialização geopolítica do *world paradigm shift*, o lugar do Estado e aqui com destaque aqueles ditos *exíguos*<sup>87</sup>, carecem de uma atenção particular tendo em conta os desígnios futuros.

---

<sup>86</sup> Cfr. **RODRIGUES**, Eduardo Raúl Lopes, *Gestão Estratégica Reflexões Introdutórias focadas nos Desafios de Portugal no séc. XXI*, [edição do autor], texto policopiado, ISCSP, 2008, p.119.

<sup>87</sup> Em termos operacionais e não nos quedando desde já pela sua definição, entendemos o conceito de exíguo enquanto sinónimo de pequeno estado, sendo que a denominação variará conforme a abordagem seja feita na óptica do Professor Adriano Moreira ou do Professor Políbio Almeida respectivamente, embora o seu significado seja sempre o mesmo.

### 3.3. Preservar as fronteiras culturais

Já decalcadas todas as questões relacionadas com o problema da crise do Estado, importa-nos salientar que, mais do que perceber as verdadeiras razões que o levaram a uma quebra de importância enquanto actor *per se*, deveremos solicitar um entendimento melhorado sobre a fatalidade de tal crise. A queda das estruturas políticas, historicamente, não influencia o desaparecimento da história comum e do património de vida que estabelecem a nossa definição cultural de espaço. No caso português será interessante analisar a criação da CPLP como um meio de acção comum e de espaço polarizador de entendimento mesmo quando existam conflitos internos.

Os grandes espaços também podem ser culturais e podem ser extremamente úteis para a existência de consenso entre as partes. Alguns autores ressalvam para a existência de outros espaços comuns como caso da vertente atlântica ao dispor da Europa. O mar como factor de união entre continentes e o pretexto para uma constante ligação cultural entre os Estados numa plataforma cada vez maior e mais vasta.

No caso europeu, os responsáveis pela integração comunitária, jamais devem encarar o processo como uma simples questão de acordos políticos e económicos,<sup>88</sup> mas sim como um espaço de culturas e que deve ser construída assumindo as suas diversidades, dando espaço à coabitação referida por Unamuno, de que “todos os sentidos podem habitar mantendo a sua identidade”<sup>89</sup> e de que a Cultura não se troca em circunstância alguma, estabelecendo-se com um “quase-futuro que continua a permitir-nos toda a criatividade, aventura, diferença e imaginação”.<sup>90</sup>

Ainda nos anos 80, os Estados mais prósperos pensavam como desenvolver as suas iniciativas numa dinâmica menos pensada mas mais centrada no cidadão e mais assertiva. Também os países em vias de desenvolvimento viam o Estado como dinamizador de toda a sua actividade social e económica fruto da euforia da descolonização. Contudo nessa mesma década e sem distinção, estes começaram a ver-se limitados pelas cúpulas organizacionais com especial destaque para o já referido FMI e para outras organizações supranacionais e multinacionais que são capazes de estabelecer as suas próprias fronteiras.

Todos os intervenientes se devem questionar acerca do destino do Estado soberano e onde pára a soberania clássica. A mutação do Estado desde há 30 anos corresponde à clara redução de uma autonomia de decisão, condicionada pela Globalização económica e financeira, além da multiplicação das redes de informação que fazem com que os cidadãos se sintam mais do mundo e menos da nação.<sup>91</sup> A interdependência progressiva arrasou fronteiras e diminuiu significado das linhas políticas que separam os Estados.

---

<sup>88</sup> Cfr. ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *Ensaios de Geopolítica*, ISCSP, Lisboa, 1994, p.230.

<sup>89</sup> Cfr. Idem.

<sup>90</sup> Cfr. Idem, *ibidem*, p. 232.

<sup>91</sup> L.W. Watson em “Multiculturalism” aborda esta questão referindo mesmo que o nacionalismo esteve mais presente na primeira metade do século XX. “One way of generalizing from this global experience may be to stay that an appeal to nationalism seems only capable of being a temporary expedient employed by political groups”. O autor refere ainda que os sentimentos de nacionalismo do presente são sempre baseados na História e nunca devido aos desenvolvimentos a que se assistiu na realidade política.

*Rui Miguel Rebelo Alves*

Os novos temas também já referidos anteriormente como fruto da Globalização, obrigaram igualmente ao aparecimento de uma agilidade diplomática que permita aos Estados estarem no ponto de se informarem e marcarem a sua posição nos mais diversos assuntos. Portugal, mais adiante analisado de forma mais profunda, é o nítido caso de pequeno Estado que repentinamente se vê envolvido num cenário cada vez mais exigentes e que tem dificuldades em impor uma posição definida em todos os assuntos que se vê chamado a responder. Até quando resistirão os pequenos Estados a tamanha complexidade institucional e a uma rigidez supranacional progressiva?

Apesar da inevitabilidade da interdependência, do apelo da supranacionalidade e da crise do Estado soberano, nada faz com que desapareça o fundamentalismo e a exigência de igual dignidade entre os povos. O ponto de ruptura já aconteceu e a verdade é que logo os Estados voltaram a questionar todo o paradigma que os regulou durante décadas passando um instante a responsabilidade para os Estados que voltaram a ser os principais agentes económicos, respondendo com fortes injeções de capital à desordem financeira que atingiu o globo.

Noutro campo, o da geopolítica, importará criar uma estratégia que vise a criação de um espaço de valor e que impulse uma série de mais-valias particulares, assentes no regresso às antigas afinidades culturais com trunfo indispensável. Formalizar este tipo de espaços, deixou de ser censurável e em nada pode comparado a qualquer tipo de colonialismo. Pelo contrário, potencia-se a capacidade cultural dos Estados com base num argumento legítimo que é o património comum, ao mesmo tempo que se salvaguarda um espaço próprio de acção privilegiada. A fronteira cultural desenvolve um trajecto que, em cada território encontra traços próprios.

Este processo deve ser uma alternativa viável à Globalização económica e deverá estar minimamente definido pelo menos de uma perspectiva cultural já que será por aí que os espaços culturais serão legitimamente definidos. Segundo o Professor Adriano Moreira, existirá uma variável essencial e qualitativamente relevante que tem a sua melhor expressão na língua e que melhor expressa os elos de uma história comum e de um passado partilhado por muito que essas origens sejam diferentes em diversos pontos do globo.

Estas novas fronteiras definidas, novas e multiplicadas antecipam uma das soluções encontradas pelos Estados para desenvolver uma acção política à revelia da interdependência, procurando de forma regionalizada implantar influência pela lusofonia e assim alargar-se a novos espaços. Por estar integrado numa organização supranacional, não se quer que o Estado abdique do poder político. O caso francês poderá servir para ilustrar bem esta perspectiva no sentido em que definiu cabalmente o seu espaço de referência no continente africano, beneficiando da sua condição de antigo colonizador de grande parte do território. Também a Grã-Bretanha, não abdicou um milímetro da sua condição de impulsionadora da Commonwealth, fortalecendo pelo contrário a sua dinâmica e procurando através de um passado cultural, a forma de “escapar” à excessiva regulamentação que gira à volta de todas as organizações supranacionais.

Ao mesmo que estas mais-valias são retiradas individualmente por alguns Estados, encontra-se um caminho que também corresponde a uma solidariedade cultural onde subsiste uma referência comum

*Rui Miguel Rebelo Alves*

em função do grande objectivo que ilustra toda esta era política, “uma Ordem mundial pacífica e baseada na interdependência e na solidariedade”.

Resta esperar que a afinidade cultural, tenha uma resposta do mesmo nível nos campos sociais e económicos quanto ao seu desenvolvimento. Vulgar exemplo, e recorrendo uma vez mais ao caso português, está a situação cabo-verdiana que, aliada a condições culturais sólidas para beneficiar de uma cooperação com Portugal, tem um ambiente social e político favorável para que ambos possam beneficiar. Além disso, a condição limítrofe da zona de influência da União Europeia quanto a este território, poderá ser tanto mais útil a Portugal quanto este tiver uma estratégia bem definida para o seu antigo território.

Todos os valores correspondentes à Globalização económica e política têm o seu expoente máximo com a presença na estrutura da ONU, mais precisamente na Assembleia-Geral, onde com uma convergência de ideias e valores, se poderá contribuir com uma ideia concreta de um espaço e de um conjunto de propostas comum, solidárias que são as relações entre os 2 mundos.

Quase todas as questões aqui enumeradas estão, de uma forma ou outra, ligadas à questão da crise do Estado, uma debate mais actual que nunca e que é também motivo de grande divisão entre partidários de uma ou outra corrente de pensamento. Não se pretende repetir novamente as razões para que tal tenha acontecido sendo mais importante estabelecer, limites e linhas estratégicas que possam viabilizar a continuação da existência do próprio Estado enquanto ente político autónomo e capaz de tomar decisões independentes e conscientes sem que dependa exclusivamente da condição de membro de organizações internacionais.

A questão central aqui será a imposição de alternativas tanto ao nível estratégico como ao nível ideológico. Uma vez referida a tremenda importância na compreensão de que o fim da era colonial, esta não significa necessariamente o fim da de uma história particular ou o esquecimento quase completo de um património comum e uma redefinição de um novo espaço cultural. Já mencionada neste capítulo, a criação de uma CPLP, está ligada a uma manutenção de uma ligação a um património que deve perdurar mas falta claramente um desígnio capaz de perdurar no tempo e unir aqueles que devem os dois bastiões desta ligação, Portugal e o Brasil, uma relação que será desenvolvida por nós mais à frente.

Serve esta consideração final para ilustrar um exemplo concreto de uma estratégia que sem grande complexidade pode facilitar a designação do papel de um pequeno Estado no contexto em constante mutação, sintetizado pela crise do Estado e a redefinição do papel das instituições políticas no dia-a-dia dos cidadãos.

Rui Miguel Rebelo Alves

## II. Os instrumentos de acção política

*“Soft Power? I don’t know what it means.”*

*Donald Rumsfeld, Secretário de Defesa norte-americano da Administração Bush, quando questionado sobre o conceito de Soft Power em 2003 num colóquio das Forças Armadas em Washington.*

### 1. O poder brando e a acção pela inteligência – *Soft e Smart Power*

#### 1.1. A importância do *Soft Power* segundo Nye

Explorada que foi, pelo menos num certo sentido, a questão relativa à crise do Estado e à transferência de poderes soberanos para outros actores internacionais, cabe-nos aprofundar agora, aquele que consideramos ser um dos temas centrais que nos propusemos investigar e aprofundar no âmbito desta dissertação e que vai ao encontro dos mecanismos de que o Estado dispõe para desenvolver a sua acção política com vista a assegurar a prossecução do fim económico, por força das contingências geopolíticas ou económicas. O Estado tem desenvolvido novas fórmulas na sua promoção, adaptando-se à Globalização e procurando atingir competitividade com fórmulas políticas, que em certa medida surgem como resposta ao contexto que se vive no pós-Guerra Fria.

Os conceitos de violência, de autoridade e de persuasão têm sido objecto de desenvolvimentos em torno das categorias de *Hard* e *Soft Power*, sendo que na óptica do Professor José Luís Jacinto, distingue o primeiro e o segundo são distinguidos tendo em conta que um desperta o poder relacional e coercivo (*Hard Power*) e o 2º, o poder estrutural ou indirecto (*Soft Power*)<sup>92</sup>. O primeiro assenta no comando, forçando a que os outros “queiram aquilo que o detentor do poder quer que eles queiram”, enquanto que o segundo vai ao encontro da persuasão, persuadindo “o outro a querer o que o poderoso quer que ele queira”<sup>93</sup>.

O objectivo deste ponto é, através de exemplos históricos de potências demonstrar que estas têm procurado enfatizar, nas suas políticas externas, os vários tipos de poder acima mencionados, e por outro lado, procurar verificar se a História pode dar alguma indicação sobre a sua eficácia efectiva.

Não é difícil encontrar, na História, exemplos de países que faziam alguma propaganda e/ou procuravam cooptar minimamente os seus dominados, mas que enfatizavam o belicismo para manterem o poder. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a Alemanha nazi ou o Japão imperial proclamavam a amizade dos povos europeus na luta contra o bolchevismo ou a luta unificada

---

<sup>92</sup> Cfr. JACINTO, José Luís de Moura, *A Nudez do Político*, ISCSP, Lisboa, 2004, p.91.

<sup>93</sup> Cfr. Idem.

Rui Miguel Rebelo Alves

dos asiáticos contra o imperialismo. Na verdade, contudo, confiavam na repressão mais brutal para manter o controle sobre os povos conquistados.

Sem chegar a tanto, a administração Bush, com a sua ênfase na força militar, parece construir outro exemplo de confiança excessiva no *Hard Power*. O governo Putin/Medvedev talvez seja outro caso a ressaltar, pois os instrumentos que a Federação Russa mais utiliza actualmente para tentar manter a sua influência no antigo território soviético são o militar (como visto na Geórgia) e o económico, especialmente pelo controle dos suprimentos de gás natural para a Europa. A pouca relevância, pelo menos formal e aparente do conflito bélico para a história recente das nações, fez surgir novos conceitos no âmbito da acção estatal que podem e devem ser usados como mecanismos persecutórios de objectivos políticos.

Fundador do conceito de *Soft Power*, Joseph S. Nye Jr., é um nome incontornável da Ciência Política e das Relações Internacionais da parte final do século XX. O académico de Harvard, decano de uma geração de autores que fizeram da Guerra Fria palco de algumas das mais interessantes teorias do século, é um defensor por excelência das capacidades americanas fora do estrito âmbito militar e cuja incidência desde o plano Marshall tem vindo a mudar o cenário da diplomacia americana em muitos dos contextos geopolíticos onde Washington intervém.

Sem sermos demasiado extensivos na análise do conceito que consideramos ser transversal a toda a acção política do Estado moderno, é ao mesmo tempo inevitável procurarmos em Nye as linhas gerais do conceito que revolucionou as Relações Internacionais e que também pode ser aproveitado pelas nações menos poderosas para reivindicar uma posição que não seria possível alcançar com o *Hard Power*. A cultura, surge neste contexto, como factor determinante na ascensão de uma nação. O poder dos factores eminentemente persuasivos de forma a fazer o adversário chegar a um objectivo comum sem o recurso à força que durante anos foi a “solução final” para as imensas dificuldades em encontrar recursos diplomáticos que pudessem fazer frente à força das armas e à ambição do Homem.

No mundo globalizado do século XXI e numa altura em que o *Hard Power* deixou de ser um meio vulgar para se atingirem os resultados esperados, a utilização de *Soft Power* reveste-se de importância capital não só no campo do diálogo político mas também no domínio económico. A partir deste objectivo, o ponto de partida de um trabalho sobre uma pequena nação e a sua envolvência com o *Soft Power* terá de estar sempre relacionado com a sua capacidade de o pôr, efectivamente, em prática. Por isso, consideramos que este conceito está longe de poder ser utilizado através de uma mera vontade política. De facto, a inevitabilidade de certos factores na capacidade natural de um país, em concertação com as políticas de governo e a vontade nacional, sugerem uma equação fundamental para a actuação mais premente de um conceito fundado nos EUA mas que hoje em dia, é aproveitado um pouco por todo o mundo para se atingirem os mais diversos propósitos.

Operacionalizando resumidamente o conceito, poder-se-ia definir *Soft Power* como “a capacidade de um Estado obter o que quer de outros Estados, levando as pessoas a quererem o mesmo que nós (...) pela sedução”<sup>94</sup>. O poder aliado a conceitos relacionados com o efeito de uma atracção de Estado

---

<sup>94</sup> Cfr. NYE, Joseph S., *op.cit.*, nota 12, p. 5.

surge como alternativa ao modo da ameaça (pau) ou da recompensa (cenoura), a metáfora encontrada por Nye para classificar alegoricamente a relação entre Estados.

Em 1989, em “Bounce to Lead”, obra do mesmo autor explica a sua posição pessoal ao contrariar as teses de que os EUA estariam em decadência<sup>95</sup>. Debruçado sobre o poderio indiscutível dos EUA ao nível militar e económico, Nye, resolveu centrar as suas teorias sobre algo que ainda estava pouco estudado, isto é: a enorme capacidade da América em convencer os outros a querer o mesmo que eles, a tal “sedução” que difere das avaliações materialistas normalmente calculadas para avaliar o poder dos Estados. O *Soft Power* confere, neste sentido, uma série de coisas imateriais como os valores ou as ideias, num somatório que inclui um produto das capacidades físicas, associadas às capacidades psicológicas, que têm impacto nas pessoas e que, no caso do poder cultural, apesar de não pertencer à ordem material do universo, “não deixa de ser uma forma de poder menor”<sup>96</sup>.

### 1.1.2. Crescimento e aplicação no pós-Guerra do *Soft Power*

Segundo Nye, os EUA sempre utilizaram bastante o poder brando, facto que deriva da cultura, dos valores e das políticas norte-americanas, quando estes elementos são considerados legítimos pelos outros países<sup>97</sup>. Mas nos últimos 10 anos, a capacidade norte-americana de atracção parece ter recuado de um modo espectacular, como demonstram todas as sondagens de opinião em todo o mundo<sup>98</sup>, havendo claramente um “desfalecimento” do poder brando norte-americano e que só foi ligeiramente colmatado pela eleição de Barack Obama.

Subsistirá sempre a dúvida se o tal “poder brando” não poderá ser ele mesmo considerado propagandista<sup>99</sup> e por isso, susceptível de criar hostilidade. Neste ponto, Nye desvaloriza as capacidades subversivas do *Soft Power* e afirma que este poderá ser usado para o bem e para o mal. As pessoas são seduzidas voluntariamente e não coercivamente.

Durante a Guerra Fria, num dos exemplos mais clássicos de *Soft Power*, que podemos invocar relativamente ao séc. XX, os EUA utilizaram inúmeras estratégias de promoção da cultura e dos valores ocidentais no lado oriental da Cortina de Ferro. Eisenhower, em particular, era um apologista da aplicação deste poder brando, embora o conceito de *Soft Power* ainda não tivesse sido inventado. O próprio Nye recorda que em face de situações de escolha entre um novo bombardeiro ou uma nova emissora de rádio, Ike preferia sem dúvida a emissora<sup>100</sup>. A verdade é que a estratégia resultou e a cultura a oriente da cortina, viria a render-se aos EUA.

De facto, face a uma incapacidade mediática da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) responder convictamente aos apelos materiais do lado ocidental da cortina, os EUA surgem

<sup>95</sup> Cfr. WHITNEY, Joel, “A Arma da Sedução”, entrevista a Joseph Nye, in **Courier Internacional**, nº 156, Lisboa, Fevereiro de 2009, p. 39.

<sup>96</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 15, p. 259.

<sup>97</sup> Cfr. WHITNEY, Joel, *op.cit.*, nota 95, p.40.

<sup>98</sup> Cfr. OMESTAD, Thomas, “A Small Improvement in U.S. Popularity Abroad”, in **US News online**, disponível em <http://www.usnews.com/news/world/articles/2008/04/01/a-small-improvement-in-us-popularity-abroad>, consultado a 12 de Fevereiro de 2011.

<sup>99</sup> Cfr. Idem.

<sup>100</sup> Cfr. “Radio Free People”, in *NationMaster.com*. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/encyclopedia/Radio-Free-Europe>, consultado a 10 de Fevereiro de 2009.

como bastiões de um modelo de vida universalmente desejado. As produções cinematográficas, a música de dança apelativa ou a expansão das rádios noticiosas norte-americanas, serviam como mensageiros das boas-novas de um mundo perfeito e apelativo, sem recorrer necessariamente à propaganda simplesmente política para alcançar os seus objectivos. Aliás, poder “musculado” e poder brando, estão na opinião de Nye, separados em termos de abordagem teórica mas, por vezes, indissociáveis na sua aplicação prática. Neste sentido, o autor norte-americano, dá-nos o exemplo da ajuda humanitária prestada pelos EUA no âmbito do terrível tsunami de 2004, que afectou grande parte do sudeste asiático e que foi ironicamente levado a cabo pela marinha<sup>101</sup>.

Quando um recurso militar, habilmente associado ao poder “musculado”, é utilizado para fins humanitários, isso contribui para tornar os EUA atraentes no contexto político. Infelizmente para a administração Bush, este foi um dos raros casos em que se recuou ao passado, para demonstrar ao mundo a outra vertente dos EUA<sup>102</sup>, isto é, a capacidade única de fornecer poder ao mundo de forma aliada com as suas capacidades militares, ainda inigualáveis e que se traduzem na forma de actuação preferencial para a actual administração como veremos mais adiante.

Em 2005, constatou-se, nos meses que se seguiram ao tsunami, que o “poder de sedução” dos EUA tinha aumentado consideravelmente. Por outro lado, em 2003, aquando da invasão ao Iraque, a percentagem de asiáticos com imagem positiva dos EUA, havia passado de 75% para 50%<sup>103</sup>, mostrando como normalmente a má aplicação do *Hard Power* tem consequências ao nível da popularidade dos Estados e, realçando-se uma vez mais a crescente importância da opinião pública internacional nas Relações Internacionais e na forma como os Estados se relacionarem entre si.

Ainda no caso do tsunami, será curioso notar que a Indonésia, maior país islâmico do mundo, foi um dos que maior volume de ajuda recebeu e, por conseguinte, um alvo claro do *Soft Power* norte-americano no sentido de demonstrar que a sua acção não discrimina os países auxiliados em função da religião.

O *Soft Power* faz também a apologia da vitória no campo da informação. Nye serve-se do exemplo de Bin Laden para recordar a importância de que se revestiu o recurso ao vídeo, à televisão e à internet para assegurar a difusão da sua mensagem. Aliás, terá sido o motivo principal pelo qual pôde seduzir os seus partidários sem ter que recorrer à aplicação da força para continuar a difundir a sua mensagem. Ao contrário do passado, os Estados não são avaliados em termos potenciais, pela capacidade de ganhar uma guerra mas sim pela vitória da comunicação e nesse sentido, a mensagem de Bin Laden, apoiada na tecnologia e nos valores históricos e religiosos promovidos, parece ter conduzido à fórmula perfeita de um novo poder de sedução<sup>104</sup>. Neste contexto, recorde-se também o célebre discurso de vitória de George W. Bush a bordo de um porta-aviões da marinha norte-americana, no seguimento dos combates no Iraque que depuseram Saddam Hussein mas que não evitaram uma penosa presença das forças americanas no território iraquiano durante mais sete

<sup>101</sup> Cfr. WHITNEY, Joel, *op.cit.*, nota 95, p.39.

<sup>102</sup> Cfr. DEPARTMENT OF THE NAVY - NAVAL HISTORICAL CENTER, *Tsunami (Tidal Wave) Disasters and the U.S. Navy*, disponível em: <http://www.history.navy.mil/faqs/faq130-1.htm>, consultado a 9 de Setembro de 2009.

<sup>103</sup> Cfr. WHITNEY, Joel, *op.cit.*, nota 95, p.40.

<sup>104</sup> Cfr. Idem.

longos anos. Embora não definitiva, essa declaração de vitória por parte do presidente norte-americano concedeu-lhe uma forte onda mediática e valores máximos de popularidade no seu primeiro mandato nos dias seguintes a esse discurso. Na prática e como já foi referido, os EUA acabariam por ter ainda sangrentos confrontos pela frente apesar da imagem de vitória num ambiente alegre e informal.

## 1.2. *Smart-Power* como intermediário de um novo paradigma de poder

Mais recentemente, parece ter entrado em jogo uma nova variável de poder. O *Smart Power*, cuja definição sintética seria a soma do já referido *Soft Power* com o *Hard Power* ou segundo Joseph Nye, “a habilidade para combinar elementos de *Soft* e *Hard Power* para chegar a uma estratégia vencedora”. O termo surge na ressaca do fracasso da Guerra no Iraque e com a estratégia neoconservadora dos republicanos para dirigir a sua política externa.

Segundo a nova administração dos EUA, liderada por Barack Obama, o país estaria prestes a abandonar a ênfase colocada no *Hard Power* que teria caracterizado a era Bush e pronto a iniciar uma nova era, a ser dominada pelo *Smart Power*. Seria esta a chave para a recuperação do prestígio e da posição internacional dos EUA, delapidados nos oito anos de governo Bush.

Em 2008, o próprio Nye publicou “The Powers to Lead”<sup>105</sup> onde advogava a necessidade da nova Administração de Barack Obama, pôr em prática uma nova estratégia, personificada no *Smart Power*, o que significaria dar mais ênfase à diplomacia e implicaria a habilidade de saber conjugar os recursos de *Soft Power* e de *Hard Power*. A disposição perfeita para se levar a cabo uma estratégia ganhadora, como diz o próprio autor, consciente da necessidade de adaptar os poderes aos diversos contextos com que se deparam à frente dos políticos, e passíveis de serem otimizados quando bem conjugados com o aspecto ideológico dos governantes. Como a própria secretária de Estado norte-americana terá afirmado a propósito da implementação do *Smart Power*: “cada caso será um caso” numa frase que representa bem a estratégia que se quer para a diplomacia<sup>106</sup>.

“A Smarter, More Secure America”, de 2007, um relatório da Comissão para o *Soft Power* do Center for Strategic & International Studies<sup>107</sup> e do qual fazia parte o próprio Nye, aponta precisamente para a necessidade de os Estados Unidos criarem desde logo uma alternativa capaz ao *Soft Power*, independentemente do presidente e da ideologia do mesmo, defendendo-se a ideia de que o *Smart Power* seria de importância extrema no fornecimento de bens, pessoas e soluções de governo nos quatro cantos do mundo, ao mesmo tempo que esta estratégia era definida como sendo a melhor, face

<sup>105</sup> Ver NYE, Joseph S., *The Powers to Lead*, Oxford University Press, Oxford, 2008.

<sup>106</sup> Cfr. “Hillary Clinton Advocates Smart Power”, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=PNQQyKBmI04>, consultado a 11 de Janeiro de 2011. O cunho desta expressão é obviamente de Joseph Nye mas a sua mediatização foi sobretudo com esta exposição de Hillary Clinton, ainda antes da tomada de posse como Secretária de Estado, tendo referido na altura: “We must use what has been called smart power — the full range of tools at our disposal — diplomatic, economic, military, political, legal, and cultural — picking the right tool, or combination of tools, for each situation. With smart power, diplomacy will be the vanguard of foreign policy.” O *Smart Power* foi na altura, a expressão / slogan para o primeiro mandato de Barack Obama.

<sup>107</sup> Cfr. *A Smarter, More Secure America*, disponível em <http://csis.org/publication/smarter-more-secure-america>, consultado a 2 de Fevereiro de 2011.

aos desafios globais em curso. O uso de todas as ferramentas ao dispor da diplomacia que permitam proteger a imagem da América em pleno declínio na Europa, América Latina e mais evidentemente, no mundo muçulmano<sup>108</sup>, constituem o objectivo a assegurar.

A ascensão da China no panorama global, coincidiu com um ganho tremendo de novos instrumentos de defesa, o que permitiu que tal estado tenha permitido nos últimos vinte anos, desenvolver novos objectivos ao nível estratégico. Neste campo, os EUA precisam de lidar com o seu rival asiático de forma ponderada não se podendo dar ao luxo de criar uma quezília bélica numa área tão sensível do globo. Durante as últimas décadas, a China desenvolveu mecanismos de *Soft Power* estrategicamente localizados no Sudeste Asiático e que, pouco a pouco, se têm vindo a transformar em presença militar<sup>109</sup>. Neste sentido, os EUA têm forçado mecanismos de cooperação que provoquem a melhoria do ambiente naquela zona do globo participando nomeadamente em conferências da *Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)*<sup>110</sup> sem nunca mencionar os aspectos militares da rivalidade. Serve este exemplo prático para ilustrar aquilo que parece ser o envolvimento geopolítico dos EUA sem expressar a sua capacidade militar nem recorrendo expressa e unicamente às suas mais-valias culturais. Analisando o enorme potencial militar da China, os EUA, através do *Smart Power*<sup>111</sup>, parecem salvaguardar os seus interesses recorrendo à negociação e propondo sempre soluções favoráveis à paz, mas em caso de necessidade, sem abdicar dos seus objectivos, pelo menos aparentemente.

Potenciar o desenvolvimento económico ao mesmo tempo que não dispensa a sua acção militar, é em grande medida a caracterização do *Smart Power* numa altura em que a América ainda tarda em encontrar o melhor caminho para a sua diplomacia.

As abruptas mudanças ao nível mundial causadas em grande parte pela enorme crise financeira que o mundo atravessa, fizeram com que os próprios EUA retardassem toda a sua estratégia militar para proteger os seus objectivos económicos.

É com a China que os EUA, têm hoje alguns dos seus maiores problemas económicos para resolver numa difícil guerra cambial. É na economia que o presidente é mais atacado internamente e é na

---

<sup>108</sup> Cfr. **NYE**, Joseph S., “The U.S. can reclaim ‘smart power’”, in **Los Angeles Times**, disponível em <http://www.latimes.com/news/opinion/commentary/la-oe-nye21-2009jan21,0,3381521.story>, consultado a 12 de Janeiro de 2011. Sem nos determos em mais operacionalizações de um conceito ainda pouco desenvolvido na prática, Nye considera neste contexto que a América deve ser a curto-prazo uma “smart America”, “by again investing in global public goods, providing things people and governments of the world want but have not been able to get in the absence of leadership by the strongest country. Development, public health and coping with climate change are good examples. By complementing U.S. military and economic might with greater investments in soft power, and focusing on global public goods, the U.S. can rebuild the framework that it needs to tackle tough global challenges.”

<sup>109</sup> Cfr. **THAYNER**, Charles A., *China’s Soft Power vs America’s Smart Power*, disponível em <http://www.eastasiaforum.org/2010/08/31/chinas-soft-power-v-americas-smart-power/>, consultado a 12 de Janeiro de 2011. O contexto desta “quezília” diplomática é obviamente muito específica no espaço e no tempo mas reflecte uma readaptação da diplomacia norte-americana à estrutura das outras super-potências.

<sup>110</sup> Cfr. Idem.

<sup>111</sup> Será óbvio que ao mesmo tempo que a China foi impondo a sua estratégia de *Soft Power* para os seus países satélite, os EUA também se impuseram no coração da cultura chinesa por via das suas mais-valias representativas. A este respeito consulte-se *McDonald’s in Beijing: The Localization of Americana* de Yunxiang Yan, Stanford, Stanford University Press, 1997.

economia que tem que encontrar as soluções para que possa vir a ser reeleito<sup>112</sup>. O lado militar que tem usado, confere-lhe principalmente o privilégio de poder acabar com guerras, como a do Iraque e a do Afeganistão, e que têm custado milhares de vidas americanas. O *hard power* é caro demais, e por isso será sempre necessário pensar e projectar novos mecanismos, mais eficazes.

## 2. Esforço político como esforço nacional

### 2.1. Objectivos e estratégias

Vulgarmente ao sabor da opção política, o conceito de *Soft Power* tem-se manifestado nas opções políticas dos Estados de diversas maneiras sem que, no entanto, haja uma ideia clara e de longo-prazo para o cumprimento de um objectivo nacional que se quer duradouro e benéfico para as gerações futuras.

Dentro do contexto do pequeno Estado, é vulgar afirmar-se que o actual sistema tende para o equilíbrio internacional e para o esbater das desigualdades entre Estados. Mas, para que o poder do Estado possa ser efectivamente usufruído é preciso que se defina uma estratégia segura e eficaz. O usufruto do poder é um somatório complexo dos recursos que estão à disposição do Estado. A saber, mas não apenas, os recursos económicos, militares, geográficos, populacionais e culturais devem estar sempre à mão do Estado para serem usados. Mas, é sobretudo pela articulação entre eles e das consequentes mudanças, que resultam os benefícios.

Favorável ao pequeno Estado e tentando ilustrar exemplos tendo Portugal como modelo, assumimos que este foi ficando cada vez mais “planetário” pelas circunstâncias da História, ao promover e alargar o seu leque de opções estratégias e de relações multilaterais. O número de actores internacionais multiplicou-se assim como os vectores diplomáticos, obrigando os Estados a repensar toda a sua canalização do poder.

Podemos afirmar, seguramente, que grande parte da estratégia procurada pelo pequeno Estado está, ela própria, definida pelo contexto em que vivemos. A imposição de força dos grandes Estados face aos mais pequenos parece ter vindo a assumir-se cada vez mais como condenável por via do aparecimento de uma nacionalismo universalmente militante e que torna cada vez mais proibitiva essa acção contra o outro. A reprodução de organizações internacionais de motivações económicas e a existência de um “fórum mundial” replicado por múltiplos “fóruns regionais” denunciam pressões e tentativas de domínio forçado, reforçando o aparecimento de medidas preventivas a favor da paz.

Esta aparente segurança, ainda assim relativa dentro de um sistema de, pela primeira vez, ao pequeno Estado a oportunidade de desenvolver estratégias duradouras e capazes de perdurar no tempo, definindo objectivos esclarecidos, motivados pelo contexto de estabilização generalizada que o mundo atravessa. Por outro lado, a super-potência, precisará sempre da sua clientela de países para manter um *status* característico sendo que, aí, o poder do pequeno Estado é inevitavelmente

---

<sup>112</sup> Cfr. QUEIROZ, Manuel, “Obama e a NATO do soft power”, in **I Online**, disponível em <http://www.ionline.pt/conteudo/89538-obama-e-nato-do-soft-power>, consultado a 28 de Janeiro de 2011.

Rui Miguel Rebelo Alves

enfraquecido. Aqui entrará o papel da diplomacia e a sua habilidade em fazer concessões mas, também, em retirar proveitos sendo que, normalmente, a grande estratégia do pequeno Estado deriva precisamente das suas relações com as grandes potências mundiais<sup>113</sup>.

As grandes potências vão sempre, de uma forma ou outra, intervir nos pequenos Estados de uma forma mais ou menos económica, militar ou até cultural. Essa é uma inevitabilidade da natureza do Estado em geral, e sobretudo da hierarquia dos actores, com variáveis diferentes na forma do pequeno Estado se deixar envolver.

Desta forma, consideramos que a actuação do pequeno Estado na ordem internacional está limitada por certas condições estruturais e conjunturais que evidenciam a necessidade de uma estratégia objectiva e capaz de ser intemporal e flexível.

Um dado adquirido e que já aqui foi por nós referido, será a impossibilidade crónica do pequeno Estado se comparar a uma grande potência. Contudo, este não deve aceitar essa fatalidade como fenómeno corrente mas sim procurar encurtar pela diplomacia, as diferenças, que o afastam daqueles que entram no jogo. Nunca a dignidade do Estado deverá estar em causa, assim como a sua história, cultura e valores tradicionais que legitimam a nação.

### 3. Os instrumentos clássicos das ideologias

#### 3.1. Instituições legais do poder político

O fenómeno político implica, como já foi dito, um processo social derivado que leva os actores a assaltar o poder de forma mais ou menos paralela ao Direito. Este obedece, em princípio, a uma série de regras pré-estabelecidas, não obstante a História Política ser generosa em citar exemplos contrários<sup>114</sup>. Temos pois, como *instrumentos legais* das ideologias:

- Grupos de interesse;
- Grupos de pressão;
- Partidos Políticos.

Pela sua acção interna dentro do sistema político, estes actores, munidos de armas próprias, consegue ter uma participação suficientemente capaz de alterar os objectivos políticos e a forma de actuar do poder. Pela defesa e realização de um interesse legalmente tutelado sem alterar a sua forma jurídica ou pela influência lateral de certos grupos, consegue manipular e alterar a forma de como o Estado virá a actuar. Aquele que melhor definir os seus instrumentos legais e o que melhor conciliar os interesses de ambos, solidificando-os e partindo para a acção será eventualmente um Estado com sucesso na prossecução dos seus objectivos.

#### 3.2. Diplomacia e política externa do Estado

---

<sup>113</sup> Cfr. ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *op. cit.*, nota 88, p. 350.

<sup>114</sup> Cfr. LARA, António de Sousa, *op. cit.*, nota 5., p. 265.

Vulgarmente passíveis de gerar alguma confusão enquanto instrumentos distintos na óptica do Estado, importa pois distinguir Diplomacia e Política Externa ao mesmo tempo que os caracterizamos, partindo do pressuposto que a Diplomacia, em primeira mão, não é mais do que um dos instrumentos disponíveis para essa mesma política<sup>115</sup> e que se traduz na actividade destinada a pôr em contacto o governo de um Estado com os governos de outros Estados, em execução de uma determinada política externa. Instrumento mais importante da política internacional, a diplomacia pode ser definida como uma *arte da negociação ou conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados*<sup>116</sup>.

É a *tarefa sem fim* enunciada por Richellieu que, mesmo quando falhada nunca é um esforço perdido. Com a crise de soberanias que hoje se vive, a Ciência Política reacende a importância da diplomacia enquanto meio privilegiado de negociação, imune ao tempo e capaz de solucionar grande parte dos conflitos entre nações. Diplomacia também é gerir a arte da negociação e é tão mutável quanto as circunstâncias históricas o ditam. E são elas que se destinam a servir de mecanismo indispensável ao Estado para se manter constantemente em actualização na realidade política enquanto actor preparado para desenvolver as mais variadas actividades com os mais diversos parceiros.

Por outro lado, Calvet Magalhães entende a *diplomacia pura* como um “instrumento da política externa, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes”<sup>117</sup>. O “meio não violento de execução da política” assente na reciprocidade de tratamento e que a distingue de qualquer instrumento de natureza intervencionista<sup>118</sup>.

A diplomacia é pois essencialmente uma actividade política que, dependendo da habilidade com que é manuseada, se pode assumir como um importante factor de poder, permitindo aos Estados alcançar os objectivos de política externa sem o recurso à força, à propaganda ou ao direito, mas sim através de acordos formais e tácitos<sup>119</sup>. É em última análise a marca histórica na condução das relações entre Estados, a nível bilateral com recurso a diferentes métodos, consoante a evolução das práticas diplomáticas.

Será importante realçar que a globalização e as manifestas alterações da realidade internacional no século XX, obrigaram a um repensar do conceito clássico de diplomacia já que a sua prática deixou de ser maioritariamente bilateral para passar a ocorrer, em grande medida, no espaço multilateral institucional dentro de organizações internacionais e de outros fóruns permanentes onde os Estados são chamados a intervir. Embora estas diferenças de actuação sejam evidentes por via das alterações no contexto externo do Estado esta, enquanto instrumento da política externa, tem-se mantido

---

<sup>115</sup> Cfr. PALMA, Hugo de Melo, *Diplomacia Cultural ou Diplomacia Pública? Reflexões sobre a política cultural externa de Portugal* [Relatório de Estágio], texto policopiado, ISCSP, Lisboa, 2008, p.23.

<sup>116</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op. cit.*, nota 15, p. 74.

<sup>117</sup> Cfr. MAGALHÃES, Calvet de, *A Diplomacia Pura*, Editora Bizâncio, Lisboa, 2005, pp. 24-30.

<sup>118</sup> Cfr. OLIVEIRA, Luís Soares de, *História Diplomática – O Período Europeu 1580-1917*, Lisboa, p.12.

<sup>119</sup> Cfr. BERRIDGE, *Diplomacy – Theory and Practise*, 3ª Edição, Palgrave Macmillan, New York, 2005, p.1.

Rui Miguel Rebelo Alves

essencialmente como base da “utilização de intermediários nas relações entre os detentores do poder político dos diversos Estados”<sup>120</sup>.

Outro aspecto característico da diplomacia actual é a notória multiplicação dos conteúdos hoje discutidos no campo da diplomacia, devendo estar em constante actualização sobre aquilo que é hoje mais importante dentro da “Lei da Complexidade Crescente” aplicada às Relações Internacionais.

A *diplomacia moderna* segundo Peter Marshall<sup>121</sup> vai além das preocupações políticas estando assim a nova diplomacia, responsável por uma série de questões económicas e sendo também mais populista do que elitista, mais sujeita ao debate público. Neste sentido, a prática diplomática é, segundo o mesmo autor, reflectida em:

- Invasão económica, preferencialmente o assunto que mais se debate ao nível diplomático;
- Invasão da preocupação e do envolvimento do público em resultado do qual a opinião pública se tornou uma preocupação na condução da política externa;
- Invasão da auto-determinação e da descolonização;
- Invasão dos Direitos Humanos;
- Invasão social com o grande debate sobre a pobreza, saúde e educação;
- Invasão de novas ameaças transnacionais como a protecção ambiental, o terrorismo, o tráfico de drogas ou as doenças infecto-contagiosas;
- Invasão das tecnologias da informação com implicações na diplomacia.
- Invasão da multiplicidade de actores que partilham com os Estados o protagonismo na ordem internacional.

Estas mutações fazem a diplomacia actual assemelhar-se a uma actividade quase empresarial sendo que há muito que o seu estatuto quase “artístico” foi ultrapassado, ao mesmo tempo que os seus funcionários foram adquirindo novos conhecimentos e capacidades.

A política externa, por outro lado, é primeiramente uma manifestação superior da soberania e decorre da naturalidade que o seu imperativo de relacionamento externo impõe e que é hoje acentuado pela globalização e pela conseqüente multiplicação das relações internacionais onde se evidencia em primeiro lugar a necessidade de sobrevivência da unidade política e posteriormente tendo em vista a realização dos objectivos eternos<sup>122</sup>. O Professor António Marques Bessa considera que é pela política externa que o Estado “visa alcançar segurança, protecção e apoio nos interesses económicos” assim como a sua “influência política, cultural e criação de imagem”<sup>123</sup>.

De facto, na óptica de Jorge Borges de Macedo, “um Estado, seja ele grande ou pequeno, só tem uma existência segura quando é capaz de conceber e executar uma política externa autónoma, isto é, com

---

<sup>120</sup> Cfr. **MAGALHÃES**, Calvet de, *op.cit.*, nota 117, p. 98.

<sup>121</sup> Sobre esta matéria, ver **MARSHALL**, Peter, *Positive Diplomacy*, Macmillan, London, 1999.

<sup>122</sup> Cfr. **PALMA**, Hugo de Melo, *op.cit.* nota 115, p.20.

<sup>123</sup> Cfr. **BESSA**, António Marques, *O Olhar de Leviathan – Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, ISCSP, Lisboa, 2001, pp. 86-103.

capacidade para determinar e defender, em seu benefício uma forma de equilíbrio entre os diferentes Estados que, em cada momento e por diversos motivos se digladiam”<sup>124</sup>.

A política externa é, por isso, o leque de políticas elaboradas por um Estado e dirigidas a influenciar o seu ambiente externo, sendo que a diplomacia é apenas um instrumento que se quer normalmente hábil para as pôr em prática e executar as primeiras.

### 3.3. A lógica entre poder económico e o poder político na *diplomacia moderna*

Só muito recentemente podemos considerar com autonomia a noção de economia política internacional. A “percepção metodológica concentrada no conflito e na capacidade militar”<sup>125</sup>, referida pelo Professor Adriano Moreira, ficou assim ultrapassada. Até então, este seria o núcleo essencial das questões internacionais<sup>126</sup>. Fazia-se a guerra ou havia preparativos para fazê-la.

A interpretação deste conceito está muito ligada à interdependência progressiva entre Política e Economia. Robert Gilpin não hesita em considerar que a moldura política da nação determina a sua conjuntura económica e orienta-a para as direcções que servem os grupos dominantes. O exercício do poder é assim o maior condicionante de um sistema económico.

Por outro lado, a vertente económica tenderá para a redistribuição do poder e riqueza, levando a uma modificação do sistema político, fazendo sobressair um novo sistema económico. Desta forma, poder-se-á afirmar que a dinâmica das relações internacionais de um país no mundo moderno e ainda para mais globalizado, é largamente em função da recíproca interacção entre economia e política. Será injusto dissociar por isso, a diplomacia da motivação económica do Estado e de todas as suas acções políticas que ultrapassam o âmbito doméstico. A autonomia da economia política internacional vem por isso ao encontro das relações dinâmicas no âmbito internacional e com o objectivo de criar riqueza e conseguir poder.

Ao longo do século XX, será fácil enumerar algumas situações históricas em que o conflito e a economia estiveram intimamente relacionados:

- Conflito ideológico entre Estados capitalistas e socialistas, dominante entre 1945 e 1989;
- Problemática do neocolonialismo;
- Tensão relativa entre membros da OTAN afectos aos EUA e UE;
- Configuração do Pacífico com emergência de novas economias dominantes;
- Diversificação das balanças de poder do ponto de vista da paz e da guerra;
- Competição armamentista, bases tecnológicas e comércio;
- Causas económicas da guerra;
- Formação de espaços integrados e crise da soberania;
- Multinacionais enquanto actores internacionais.

<sup>124</sup> Cfr. MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Vol. I, 2ª Edição, Tribuna da História, Lisboa, 2006, p. 41.

<sup>125</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op. cit.*, nota 15, p.101.

<sup>126</sup> Cfr. Idem.

Rui Miguel Rebelo Alves

A flutuação do liberalismo enquanto paradigma económico dos Estados Modernos principalmente desde a crise petrolífera e o abuso do poder funcional<sup>127</sup> obrigou as nações a adoptar posições de prudência muito maiores. Fenómenos de instabilidade política ligados constantemente a factores inerentes à economia internacional tornaram-se ao longo do século XX uma situação recorrente nas relações entre Estados. Esta interdependência é um dos indicadores para a transposição do conceito de “sociedade internacional” para “comunidade internacional”. Paradoxalmente, luta pela hegemonia é feita sem o recurso ao conflito militar. O aparecimento dos Projectista da Paz, segundo Steele, a partir do início do século XX, enuncia um programa de Gestão Global da Economia, em que responsabiliza as organizações internacionais como baluarte do equilíbrio entre Estados, corrigindo as suas discrepâncias.

Esta responsabilidade não vai apenas ao encontro do equilíbrio político. Uma uniformização dos padrões do comércio mundial, o aparecimento de uma Declaração dos Direitos dos Povos à Paz, um novo sistema de liberdade dos mares e a prevenção da proliferação nuclear aparecem como factores decisivos na era da *propriedade pública mundial* acreditando-se que um Estado ao estudar variáveis económicas, está determinado a fazer política<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> Idem, *ibidem*, p. 102.

<sup>128</sup> *Ibidem*.

Rui Miguel Rebelo Alves

### III. O caso português

*“(...)espero que o povo português se especialize no imprevisível.”*

Agostinho da Silva, “Agostinho da Silva: um pequeno mosaico biográfico”,  
in *O Patifundio online*

#### 1. O poder e o pequeno Estado

Uma vez deixada para trás a contextualização do cenário político mundial e as suas consequências, susceptíveis de serem enquadradas com os novos mecanismos de poder, torna-se agora importante aplicar ao caso português<sup>129</sup>, mas sem antes proceder à devida operacionalização teórica daquilo que se entende como o *poder do pequeno Estado*, noção essencial para entendermos a percepção nacional das suas capacidades e da sua viabilidade enquanto actor de direito no delineamento de estratégias com impacto na ordem externa.

##### 1. 1. Conceito de poder no pequeno Estado

Uma vez definido e necessariamente operacionalizado, o conceito de poder quer-se aqui especificado pelo prisma do pequeno Estado. Se a Ciência Política é o estudo da manutenção do poder pela obediência, será importante perceber como é que este poder se mantém, na óptica do pequeno Estado no já falado contexto altamente complexo que se vive à volta da sua acção política.

A respeito do papel das pequenas potências, o Professor Adriano Moreira aborda a questão pela mutação histórica das competências dos Estados modernos e pelo desaparecimento dos Impérios “traduzido numa concepção de um poder político que se estende à terra inteira”<sup>130</sup>, poder esse baseado numa hierarquia entre potências e organizado em Estados independentes<sup>131</sup>. Esta constatação deriva do facto de a realidade geopolítica se ter alterado de tal maneira que os pequenos Estados todos juntos são hoje, eles próprios, uma força política capaz de travar batalhas e defender ideias.

Serve esta introdução teórica para procurar demonstrar que a vocação geopolítica da nação não está obrigatoriamente no seu continente, devendo-se valorizar as suas mais valias também noutros

---

<sup>129</sup> Será perceptível que a escolha do caso português já está presente no título mas a abordagem nos capítulos anteriores quis-se teorizada de forma independente da contextualização portuguesa embora seja provável que mesmo involuntariamente, nos tenhamos baseado em Portugal para cimentar algumas ideias

<sup>130</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *O Papel das Pequenas Potências*, ISCSP, Lisboa, 1983, p. 5.

<sup>131</sup> Cfr. Idem.

Rui Miguel Rebelo Alves

campos. A língua e a herança cultural terão que ser considerados necessariamente como instrumentos ao dispor dos Estados, de poder e prossecução de objectivos políticos.

Trabalhar com o conceito de *pequeno Estado*, exige uma inevitável passagem pelos ensinamentos do Professor Políbio Valente de Almeida que dedicou parte significativa da sua vida académica a tal questão e com particular incidência para a operacionalização de tal conceito e de outros relevantes para a área da geopolítica. Se extinguirmos da questão as noções relacionadas com as *teorias normativas* do poder, reservamos para as *teorias políticas*, o nosso entendimento do campo de acção do pequeno Estado e em como este consegue produzir o efeito desejado, influenciando a conduta de terceiros.

Importa aqui distinguir igualmente aquilo que é efectivamente *poder legal* e *capacidade de facto* uma vez que será importante definir os comportamentos com legitimidade reconhecida e aqueles que nascem a partir de uma acção inata, naquilo que o Professor Adriano Moreira chama de *naked power*. A existência de uma hierarquia de Estados conforme a sua influência na ordem internacional sempre existiu e poderá ser enunciada a partir de critérios tão distintos como o poder político ou o poder militar. A *epidemia da paz* que surgiu a seguir à Queda do Muro de Berlim em 1989, vem suscitar uma rápida formulação da ordem mundial caracterizada pela renúncia aparente à guerra como mote prospectivo para a entrada no século XXI.

Até aí o conflito e mais precisamente o conflito de potências centrais, daria mais poder ao pequeno Estado para ser alvo de atenção dentro da ordem internacional. No advento da queda soviética e com o Fim da História declarado por Fukuyama, os pequenos poderes, alheados de uma participação internacional activa, congregaram-se com motivações económicas em alianças já consolidadas pelas organizações internacionais, diminuindo a sua acção externa em muitos níveis. Comparar o exercício do poder e os seus custos, passou a ser uma equação vulgar para o Estado que começou a custear o preço de ser importante na ordem internacional.

Contudo, o mundo interdependente, acelerado pelas revoluções tecnológicas e científicas, deu autonomia e direitos aos pequenos Estados em muitas outras dimensões. A lei da complexidade crescente das relações internacionais fez convergir todas as nações numa unidade mundial com expressão em organismos de diálogo, cooperação e gestão mundiais além do patamar dos grandes espaços que antes detinham grande parte do tabuleiro económico ao nível mundial. Os pequenos Estados são inevitavelmente a maioria dentro de uma ordem internacional e por isso têm hoje o poder de travar batalhas por ideais e comportamentos que desejam ver mais favoráveis a si ou a um conjunto de países. Em última análise, esta união originou aquilo que alguns autores chamam de *terceiromundismo* ou *geografia da fome* reflectindo inéditos comportamentos internacionais sem que se possa classificar tal ideia com um ideal político. É a expressão política de liberdade moderna do Estado e da sua capacidade de ser um factor de mudança em sede de organizações internacionais.

A vertente que nos interessará mais é, porém, a notabilidade da emergência da interdependência mundial e do pequeno Estado enquanto detentor de poder funcional. Uma situação geográfica favorável com minerais raros ou fontes de energia importantes são elementos indispensáveis ao funcionamento de sistemas internacionais e que podem influenciá-lo. Nesse campo e servindo

Rui Miguel Rebelo Alves

eventualmente de ponte para o caso português, podemos pensar na influência que o território nacional teve enquanto Estado formalmente neutral na II Guerra Mundial mas com um papel importantíssimo para a estratégia dos aliados devido à sua base das Lajes enquanto ponte entre os EUA e a Europa.

O pequeno Estado pode então, em tempos de paz, exercer tanto o poder de perturbador da Ordem estabelecida, da neutralidade colaborante, ou de clamor mundial, o poder do número, o poder de santuário, o poder de clandestinidade e o poder funcional<sup>132</sup>.

Num contexto de Globalização menos potenciado pelo conflito bélico e onde será mais importante assegurar a sustentabilidade económica do Estado, o poder dos pequenos territórios esbate-se com uma nova estratégia que deve ir muito mais além do seu poder funcional inato. A concorrência inerente e as relações económicas cada vez mais estreitas entre os Estados e a elevação de potências em todos os continentes fazem com que o pequeno Estado evite a vulgarização dos seus factores de desequilíbrio na ordem internacional, proporcionando um potencial generalizado de tudo aquilo que possa ser passível de o elevar economicamente.

## 1.2. Quem manda e a sede do poder.

Se as ideologias procuram responder às razões da ordem e as formas de poder procuram encontrar os mecanismos para mandar, já a sede do poder encontra a sua razão de existir naqueles que mandam. Esta pode ser entendida como o indivíduo, grupo de elite ou instituição que detém o controlo sobre a parte decisiva e eficiente do poder. Na forma de exercer o poder, procura-se o verdadeiro detentor da ordem. Quem efectivamente constrói a acção pelo poder e quem se encarrega de o personalizar.

Uma vez que já aqui falámos da crise do Estado e na superiorização das instâncias internacionais, importa distinguir antes de mais, segundo a óptica do Professor António de Sousa Lara<sup>133</sup>, a *Sede Interna do Poder* e a *Sede Internacional do Poder*:

- Sede Interna de Poder – É aquela que diz respeito ao âmbito doméstico dos Estados soberanos e onde entra inevitavelmente o conceito de Vilfredo Pareto, relativo ao *governo das elites*. Por norma, pressupõe a existência de uma minoria de indivíduos (elite) que, fruto de aptidões e circunstâncias especiais em qualquer tipo de sociedade, governa os restantes. As elites, segundo Pareto, são as detentoras das vontades clássicas de criação, inovação e reforma que actuam sobre os valores mais reaccionários e conservadores das massas. Por um lado, estas elites, actuavam com base na persuasão, utilizando argumentos políticos e ideológicos para justificar os seus comportamentos, segundo Pareto nada mais do que “derivações” enquanto acções e preposições não-lógicas. Se estes argumentos fossem insuficientes, as elites deteriam ainda o poder do uso da força. As elites dispõem de uma capacidade interna capaz de se substituir progressivamente sem que a sua filosofia de actuação se

---

<sup>132</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op. cit.*, nota 15, p. 493.

<sup>133</sup> Cfr. LARA, António de Sousa, *op. cit.*, nota 5, p. 294.

Rui Miguel Rebelo Alves

alterne significativamente. Neste sentido, o Professor Jorge Miranda, distingue duas formas de acesso e de designação a cargos pertencentes à elite. Os primeiros são designados por mero efeito do Direito pela sucessão hereditária, sorteio, rotação ou antiguidade enquanto os segundos estão são igualmente feitas à luz do Direito tendo a vontade como caminho para a inserção na elite pela forma cooptação, nomeação, eleição, concurso ou aquisição revolucionária.

- Sede internacional do poder – O poder está igualmente previsto à luz das características internacionalistas da política já que é possível determinar um conjunto de meios capazes de provocar uma coação aos Estados para atingir um determinado comportamento. Evitaremos aqui usar o complexo conceito de “Poder Político Internacional” já que este pode ser distribuído por diversas sedes sem que nenhuma delas seja preponderante sobre todos os Estados. É a repartição deste por diversas sedes que dá corpo ao conceito de Sede Internacional do poder já que a História e a Geopolítica sempre demonstraram constantes falhas na soberania dos Estados. A conjuntura internacional sempre se mostrou adversa a situações de predominância internacional e tende a racionalizar o poder por diversas sedes sendo que, sempre que um Estado quis ser o único detentor e polarizador da sede internacional de poder, a realidade degenerou em situações com prejuízo para a paz mundial. A feliz expressão *Balança de poderes* encaixa perfeitamente no actual contexto de prevalência do poder internacional já que o aparecimento de organizações internacionais de cariz supranacional e a construção de novos mecanismos pelos pequenos Estados, vieram dar nova forma à determinação do poder fora da soberania interna.

### 1.3. O paradoxo da desigualdade concorrencial

Será descabido e infundamentado colocar Portugal ao lado dos EUA seja a que nível for. Contudo e no contexto jurídico, todos os Estados têm a mesma legitimidade para actuar na Ordem internacional, especialmente em tempos de paz onde o direito da força não prevalece. Esta desigualdade pode ser quantificada por diversas geratrizes como apontado pelo Professor Políbio Valente de Almeida<sup>134</sup>.

Primeiramente pelo território, vemos que as nações têm disparidades evidentes sem que haja grandes mudanças a fazer. A inevitabilidade geográfica condiciona a acção do Estado e o seu poder funcional sem que isso se traduza numa menor acção política, dando por vezes aso a comportamentos mais hábeis do que seria de esperar. Para isso ter-se-á de fundamentar o papel da população dentro desse território naquilo que Ray S. Cline<sup>135</sup>, chama de “massa crítica”.

Apenas sete Estados têm mais de 100 milhões de habitantes o que se traduz numa desigualdade gritante e fundamental para percebermos o quanto este factor pode ser determinante na acção do Estado. Portugal com uma população bastante reduzida ao longo da sua História, conseguiu mesmo

---

<sup>134</sup> Cfr. ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *op.cit.*, nota 88, p. 262.

<sup>135</sup> Ver CLINE, Ray S. e NITZE, Paul H., *The Power of Nations in the 1990's: A Strategic Assessment*, University Press of America, 1994.

Rui Miguel Rebelo Alves

com essa limitação, estabelecer um Império Colonial em diversos continentes à custa de um grande esforço humano e logístico e que outras potências poderão dispensar em situações normais por via de uma população muito maior.

Noutro campo, aqui já respeitante aos factores menos “naturais” podemos afirmar que o Produto Interno Bruto (PIB) é representativo de um poder por vezes superior às suas capacidades pelo território ou pela população. Neste sentido, o poder do pequeno Estado é muito mais evidente tanto maior for o seu poder funcional. Pensemos por exemplo no exemplo alemão que apesar de ter uma população abaixo dos 100 milhões de habitantes e deter um território relativamente diminuto em relação a outras potências, é uma das maiores potências mundiais pelo seu PIB.

Serve este breve resumo para ilustrar que as diferenças entre Estados têm-se vindo a tornar menos relevantes ao longo do tempo. A inevitabilidade de comparações entre fracos e fortes e ambição destes em dominar mais território<sup>136</sup>, parece estar a perder força no nosso tempo para dar lugar a uma conjugação de forças muito mais baseada na economia e na tecnologia com a herança natural do Estado baseado no seu território e população.

O Professor Políbio Valente de Almeida fala a respeito desta mudança de paradigma, caracterizando o desejo de poder a partir do sentimento de frustração que o outro gera pelo que não tem. Esta natureza do Estado remete o cidadão para uma consciencialização do papel do seu Estado. Este procura contrariar a impotência em que vive ao mesmo tempo que o Estado procura as melhores defesas. Esta relação entre cidadão e Estado traduz-se em dois tipos de comportamentos que se vão afastando mutuamente. As relações internacionais e a acção política do Estado despersonalizam-se por via da sua condição de pequeno ou grande e a falta de motivação territorial ou populacional que caracteriza o nosso tempo leva a que os interesses de ambos se resumam ao desejo de não perder a influência e acção que têm.

Trata-se sobretudo de uma mudança no mecanismo que faz a gestão do sistema do Estado. Hoje será mais fácil ao pequeno Estado sobreviver a alguns níveis porque a autonomização deste em muitos patamares se tornou muito mais eficaz e descolada dos grandes blocos da Guerra Fria. A potência aparente destes Estados nunca é contudo, igual. A interacção dos elementos mencionados acima é que dita essa mesma influência e faz perceber até que ponto há características de habilidade política nesses territórios. Em suma, em que ponto é que a força do Estado pode ser transformada em poder, na capacidade de agir e de tornar todas as suas forças instrumentos de poder?

Tomemos como exemplo a Coreia do Norte. Apesar de ter um dos maiores exércitos do mundo, o regime norte-coreano não tem a capacidade natural de aproveitar essa força como poder, chamando a si influência. Esta situação acontece pela catastrófica distribuição dos recursos e das prioridades fruto de um regime político obsoleto e que se perde simplesmente na consolidação do poder interno. Normalmente, a capacidade militar de um Estado é uma das suas melhores expressões de força mas tudo depende da forma de ser aplicado e da capacidade dos seus adversários.

#### 1.4. Panorama actual e os novos factores de capacidade

---

<sup>136</sup> Cfr. ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *op. cit.*, nota 88, p. 287.

Lidar com os *outputs* da realidade política, é um acontecimento transversal a toda a actividade do Estado ao longo da História. A conjuntura do presente não foge à regra e é marcada pela existência de novos factores que não têm tradição histórica mas que vão marcando a acção política do Estado. Este vive em constante dialéctica com esses mesmos factores, procurando entre desafios e respostas nunca violar a “lei de Ouro” de Toynbee<sup>137</sup> que fala da capacidade de todas as adversidades serem passíveis de ser respondidas assim como da generalização da prosperidade nunca ser suficiente para dispensar o conflito.

Se há características imutáveis na natureza do Estado, a verdade é que outras são completamente novas e têm estimulado a finalidade do próprio Estado que, por vezes, é esmagado por essa própria incapacidade de resposta. Tudo isto envolve o factor “vontade” e o factor “capacidade”, baralhando as hipóteses e tornando imprevisível o resultado final. A existência de novas armas, de arenas diferentes e de novos actores, mudaram todo o panorama clássico a partir da II Guerra Mundial, alterando o sistema de convivência internacional que por um lado é passível de fortalecer o papel das grandes potências mas que, ao mesmo tempo, aceita sem grandes reservas, a integração do pequeno Estado na sociedade internacional.

Podemos dizer que pela primeira vez na História, o pequeno Estado tem uma legitimidade generalizada para se promover e ter a autonomia necessária para desenvolver estratégias próprias sem ser satélite de Estado algum. A paz, essa, tem aquilo que uns autores chamam de “paz paroquial” enquanto procurar a “paz geral”. Apesar do fim da Guerra Fria e da divisão proporcional do mundo em termos ideológicos, continuam a existir clivagens regionais apoiadas por diferentes facções que ainda põem em causa a existência de uma paz mundial.

### 1.5. Poder económico e acção do pequeno Estado na ordem internacional

A motivação para tais clivagens, provém hoje em dia de uma natureza quase que exclusivamente económica. A maior parte das relações entre Estados são feitas à volta de actividades que lhe possam trazer benefícios económicos e isso faz com que as políticas de poder e as políticas económicas apareçam cada vez mais ligadas<sup>138</sup>.

Talvez esta relação se tenha iniciado com a Conferência de Berlim em 1885, onde a lógica económica já imperava. Procurar matérias-primas e mercados, foi a motivação primária dos Estados que participaram na Conferência numa altura em que a simples posse de território pouco significava se esse território não fosse maximizado em termos de mais-valias económicas.

Também a descolonização foi baseada nessa mesma filosofia de mercado em que o recurso a mercados se fez de forma livre. Pode-se dizer mesmo que a balança de poderes se subordina à política económica e a toda uma lógica de mercado que se confunde com a acção política dos Estados que nesta altura, poucas acções tomam no sentido de os tornar autónomos em campos de acção

---

<sup>137</sup> Cfr. *Idem*, p. 333.

<sup>138</sup> Cfr. GILPIN, Robert, *US Power and the multinational corporation*, New York, 1980, p.21.

*Rui Miguel Rebelo Alves*

próprios. Que diferença haverá entre diplomacia pública, económica e cultural se todas elas em última instância procuram satisfazer necessidades económicas em nome dos seus governos?

Citando um exemplo actual e próximo, as constantes idas do Primeiro-Ministro, agora demissionário, José Sócrates à América do Sul estão completamente alheias do firmamento político, muito embora beneficiando em todos os quadrantes a satisfação de objectivos que visam exportar as mais-valias económicas do país. E este exemplo é válido ainda mais para os pequenos Estados que, no meio de políticas bastante apertadas no campo da concorrência no contexto supranacional em que sobrevivem dentro da União Europeia, têm de procurar fora dos seus mercados tradicionais, para exportar os seus pontos fortes ao nível económico.

Manter e expandir poder político hoje, confunde-se com o crescimento económico do Estado. Esse é o último e o único objectivo nacional permanente. Crescer para ser viável no contexto de interdependência em que as dívidas soberanas retiraram a própria soberania ao Estado e em que o tornaram dependente de um crescimento por vezes inalcançável mas em teoria constantemente tangível por força das pressões internacionais e das constantes satisfações a serem dadas aos mercados.

Independentemente da capacidade e da dimensão do Estado, em todos os países, este intervém, muito embora nas economias de mercado o poder político tenha o papel de regulador do mercado automatizado pelas contingências, criando apenas as condições para que seja um terreno viável de investimento. Esta solução, funciona, sobretudo, ao nível do quadro jurídico, proporcionando o desenvolvimento da livre concorrência e a competição de agentes privados, aumentando a competitividade. Em resumo, domina-se todo o processo económico pela necessidade e pela necessidade de planificação para que todos os actores tenham tendência a ganhar.

Repare-se, a par desta dependência Estado e economia, no aparecimento de inúmeras organizações de foro económico que apareceram nos últimos 50 anos no cenário internacional. A política económica internacional é recíproca e dinâmica na lógica das Relações Internacionais procurando demover os Estados do seu conforto político para procurar a riqueza e o poder. Para os pequenos Estados, esta será praticamente a única forma de compensar na balança de poder, a sua perda de influência no contexto do poder político.

Aqui reside o grande dilema para o pequeno Estado. Como e através de que meios se pode expandir, promover o exportar a sua imagem no mundo cada vez mais competitivo e onde as organizações internacionais dizimaram objectivos e iniciativas individuais?

## **2. Desígnio estratégico para Portugal**

### **2.1. Uma estratégia de precaução**

Para precaver o futuro, será essencial compreender o presente e aquilo que hoje somos. Actuar dentro do contexto da Globalização não implica necessariamente a extinção ou irrelevância da questão

Rui Miguel Rebelo Alves

identitária ou nacional. Propõem-se antes de mais um debate sobre o “recrudescimento identitário”<sup>139</sup> enunciado pelo Professor Carlos Diogo Moreira, na chamada identidade de resistência face à Globalização.

Se bem que nunca referido ao longo do trabalho desenvolvido por nós nos pontos anteriores, o estudo do caso português enquanto modelo de inspiração para o tema esteve sempre patenteado ainda que poucas vezes, tenha sido directamente referido. Portugal, na sua posição periférica na Europa e integrado numa grande organização supranacional, ilustra o caso perfeito de nação que perdeu a sua autonomia política em muitos campos tendo igualmente perdido com o fenómeno da Globalização e com a fraca procura de uma área do mercado verdadeiramente forte onde se pudesse ter imposto e com isso ter evitado uma extrema dependência dos mercados externos a todos os níveis de actividade.

Portugal na posição ainda periférica num contexto de equilíbrio e com a necessidade de ter estratégia própria porque embora se trate de um país naturalmente pequeno, tem laços culturais por todo o mundo e um trunfo que dá pelo nome de lusofonia, abrangendo dezenas de milhões de pessoas. Além disso a tradição histórica de relevância e os laços criados com outros povos por via do processo histórico dos Descobrimentos, permitem a Portugal conservar uma imagem quase intocável quanto aos valores éticos e humanistas de um povo descobridor e que propôs a existência de um mundo sem fronteiras.

Por outro lado, a falta de antecedentes de agressividade fazem pensar que Portugal pode ser sempre um parceiro potencialmente pacífico com uma tradição de respeito pelos tratados. Será indissociável a existência de erros primários mas tal só acontece a quem detém o poder e a verdade é que Portugal passou por essa experiência com a particularidade de ser juntamente com a Holanda, entre as potências dominantes do passado, aquela que mais poder deteve face aos recursos naturais e humanos que tinha em mãos.

A evolução da História e a condição exclusivamente europeísta de Portugal, fez repensar todo o seu conjunto de valores históricos e cívicos, sendo preocupante o facto de, ainda não estar nada imposto na forma de definir comportamentos e mostrar o seu empenho. A tendência seguida por Portugal é tão parecida quanto o resto dos seus congéneres europeus. Houve uma evolução mundial para a formação e consolidação de grandes espaços, muito evidentemente quanto ao aparecimento da UE e da OTAN e proporcionado às gerações vindouras uma terrível perspectiva preferencialmente centrada na Europa e pouco *atlanticista*, vector estratégico extremamente necessário e uma das alternativas ao contexto supranacional do Velho Continente que confere as amarras à acção política nacional.

Não será apenas um defeito das opções políticas dos governos nacionais. A Europa decide pelo Estado e consome os recursos políticos que poderiam ser racionalizados para outras prioridades. Apesar de tudo, qualquer observação objectiva atesta que a participação do Portugal contemporâneo no sistema da União Europeia, tem sido em termos gerais um sucesso sendo certo que as “as experiências contrafactuais não são exequíveis em História”, também não será difícil alcançarmos esta

---

<sup>139</sup> MOREIRA, Carlos Diogo, *op.cit.*, nota 76, p. 32.

conclusão.<sup>140</sup> Contudo, Portugal não pode nem deve deixar cair no esquecimento as prioridades haviam sido a sua referência durante décadas em detrimento de um centralismo pouco abonatório em termos estratégicos e que, num cenário de crise, se torna o único vector opcional. António Barreto, a propósito desta mudança brusca na sua estratégia refere em “Tempo de Incerteza” que “Portugal não teve de se ocupar de si, pois, o regresso foi uma nova partida e coincidiu com a integração europeia e a globalização”.<sup>141</sup> A rápida transformação do mundo apanhou de surpresa Portugal sendo que a internacionalização da economia e o clima concorrencial que grassava, obrigou à definição de estratégias de curto-prazo com resultados obviamente observáveis apenas e tão somente, também no curto-prazo.

A este respeito, António Barreto prossegue referindo que “as primeiras duas décadas de um novo regime democrático e de pertença à comunidade europeia somaram êxitos e prosperidade (...). Viveram-se tempos de exaltação (...) e os portugueses eram talvez, os mais orgulhosos da sua Europa e da sua União”.<sup>142</sup> Como em tudo, em todas as experiências sociológicas, o percurso das fases mais atrasadas tem maior visibilidade e a actual crise económica obrigar-nos-á inevitavelmente a repensar os objectivos única e exclusivamente ao nível nacional.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional, estabelece em conformidade com o presente, uma análise SWOT que permite direccionar um caminho tendo em vistas as características mais ou menos fortes da realidade nacional.

Nos quadros que se seguem, sistematizam-se, as principais forças e fragilidades com que se deparam as diferentes temáticas associadas aos Factores de Competitividade. Identifica-se, ainda, no quadro dos factores exógenos condicionantes, as principais oportunidades e ameaças com que se defronta o processo de desenvolvimento económico sustentável e competitivo da economia portuguesa.

**Quadro 1 – Análise SWOT do COMPETE, Programa Operacional Factores de Competitividade do Quadro de Referência Estratégico Para Portugal (2007 – 2013)**<sup>143</sup>

Oportunidades e ameaças – Factores exógenos condicionantes	
Oportunidades	Ameaças
<b><u>Globalização e Integração Europeia</u></b>	
Globalização e aprofundamento e alargamento da integração europeia (potencial de mercado)	Globalização e aprofundamento e alargamento da integração europeia (concorrência alargada a Leste)
Relações privilegiadas com mercados como o Brasil e PALOP e aproximação a países asiáticos com ligação	Maior abertura dos mercados da EU aos países asiáticos

<sup>140</sup> Cfr. RODRIGUES, Eduardo Raúl Lopes, *op.cit.*, nota 86, p. 120.

<sup>141</sup> Cfr. BARRETO, António, Tempo de Incerteza, Relógio d'Água editores, Lisboa, 2002.

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> Cfr. Programa Operacional Factores de Competitividade (2007-2013), Observatório do QREN, Lisboa, 2008.

Rui Miguel Rebelo Alves

histórica a Portugal	
<b><u>Potencial Económico Competitivo</u></b>	
Potencial geo-estratégico de Portugal no contexto das regiões atlânticas	Degradação da conjuntura internacional e dificuldade da EU em assumir ritmos sustentados do crescimento económico
Potencial dos fluxos de IDE na disseminação de tecnologias e processos mais sofisticados e competitivos junto do tecido empresarial nacional	Dificuldade de atracção de IDE qualificante com a entrada de novos Estados-membros da EU e com a crescente integração internacional das economias emergentes asiáticas
Atracção de IDE qualificante que assuma importante peso na componente de investimento em I&D	Reforço da afirmação económica de Espanha com potenciais efeitos ao nível do comércio luso-espanhol
Alargamento do mercado interno a espaços de proximidade geográfica e cultural com forte crescimento (Espanha)	Deficiente capacidade estratégica empresarial para assumir os desafios da economia do conhecimento e as oportunidades do processo de integração europeu
Intensificação e aprofundamento dos processos de internacionalização e reorganização dos grupos empresariais nacionais	Processos de deslocalização industrial com impactes negativos territorialmente concentrados
Elevados níveis de crescimento em segmentos da procura turística para os quais Portugal dispõe de recursos adequados (ex: golfe, city breaks, turismo de negócio)	Forte dependência externa na produção de energia e de combustíveis fósseis (pressões sobre o mercado petrolífero e impacte no preço do barril de crude)
Bom potencial de desenvolvimento de energias renováveis (eólica, solar e biomassa); desenvolvimento de novas fontes – hidrogénio, ondas, etc.	Risco de incumprimento dos riscos assumidos no âmbito do Protocolo de Quito
Potencial de melhoria de competitividade da economia por via do incremento da eficiência energética dos produtos e processos e maior utilização dos recursos energéticos endógenos com redução da dependência energética externa	
<b><u>I&amp;D e Inovação</u></b>	
Prioridade política atribuída à I&D na Estratégia de Lisboa renovada	Fortes pressões de eficiência e concentração dos esforços comunitários de I&D nas economias mais competitivas
Forte empenho nacional na dimensão I&D e Inovação (nomeadamente PNACE e o Plano Tecnológico)	Insuficiente articulação da política da ciência com a política da inovação e da empresa
7º Programa Quadro da IDT mais alinhado com as prioridades da Estratégia de Lisboa	Dificuldades no tecido empresarial e científico na resposta às oportunidades de cooperação e participação no Espaço Europeu de Investigação
Novo Programa Comunitário Competitividade e	Menor adequação da actual rede de infra-estruturas de

Rui Miguel Rebelo Alves

Inovação	ciência e tecnologia às necessidades da inovação empresarial
Inserção de dez centros de I&D nacionais em redes globais de excelência científica	Dificuldade de manter no país jovens cientistas (doutorados no exterior e “fuga de cérebros”)
Dinamismo recente de novas empresas de base tecnológica	
Reforço do esforço de I&D em alguns sectores tradicionais da estrutura empresarial nacional	
<b><u>Políticas Públicas</u></b>	
Organização temática do QREN permitindo a integração entre políticas e a articulação entre as dimensões nacional e territorial	Restrições financeiras decorrentes da consolidação orçamental
Prioridade política à dimensão de I&D e inovação através do Plano Tecnológico e PNACE	Dificuldade de trabalho em cooperação e articulação entre instituições públicas
Prioridade política na modernização da Administração Pública e diminuição dos custos públicos de contexto (PRACE, SIMPLEX)	Dificuldade de obtenção mais rápida de resultados, considerando o desfasamento entre as actuais competências dos recursos afectos à Administração Pública e as competências necessárias para permitir atingir os objectivos de modernização

<b>Forças e fraquezas – Dotações Existentes ou Dinâmicas em Curso</b>	
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b><u>Recursos Nacionais</u></b>	
Existência de recursos naturais, históricos, culturais e arquitectónicos de elevada valia e potencial económico, nomeadamente ao nível do turismo	Insuficiente protecção e valorização do património natural e cultural
Potencial elevado na produção de energias renováveis (importantes investimentos recentes neste domínio)	Forte dependência energética do exterior
<b><u>Tecido Empresarial, Internacionalização e Empreendedorismo</u></b>	
Emergência de novos pólos com dinâmica económica e demográfica fora das grandes áreas metropolitanas	Fraca produtividade das empresas
Desenvolvimento de alguns pólos centrados em actividades com maior intensidade tecnológica,	Deficiências organizativas e de gestão, a par de uma insuficiente introdução em redes de cooperação e de

Rui Miguel Rebelo Alves

induzidos por IDE e com efeitos positivos sobre a rede de fornecedores	conhecimento
Maior sensibilização dos empresários de sectores tradicionais expostos à concorrência internacional para a modernização dos modelos de negócio	Investimento empresarial fortemente centrado no capital físico (equipamentos) em detrimento do investimento em domínios imateriais (organização, <i>marketing</i> TIC, eco-eficiência, qualidade, formação, etc.)
Aumento do processo de internacionalização de empresas portuguesas	Baixas habilitações e qualificações da população empregada e percepção insuficiente por parte das empresas da importância estratégica da formação profissional
Resposta positiva do tecido empresarial às medidas de <i>e-government</i>	PME com carteira de produtos e serviços pouco intensivos em tecnologia e conhecimento e em sectores de procura fraca e forte concorrência pelo custo
	Desafios para a manutenção de competitividade das empresas exportadoras em sectores tradicionais
	Forte concentração as exportações no mercado europeu (UE)
	Diminuição do potencial de atracção de investimento internacional qualificado (ramos de maior valor acrescentado e maior dinâmica procura internacional)
<b><u>I&amp;D e Inovação</u></b>	
Emergência de um conjunto de empresas inovadoras e internacionalmente competitivas em ramos de elevado potencial de crescimento	Sistema Nacional de Inovação com deficiência em matéria de recursos (humanos e financeiros) face aos parceiros europeus
Existência de projectos de consórcio com entidades do SCTN com resultados muito positivos	Incapacidade de atrair os jovens cientistas após o doutoramento no estrangeiro
Existência de iniciativas de empresários em torno da inovação (ex: COTEC)	Insuficiente articulação e trabalho conjunto entre os subsectores do sistema científico e tecnológico
Internacionalização do SCTN traduzido no aumento das publicações em revistas de referência e no maior relacionamento com entidades congéneres a nível internacional	Baixo nível de despesas em I&D e recursos humanos em I&D no sector Empresas
Existência de equipas de investigação de excelência reconhecidas a nível mundial e inseridas em redes de conhecimento internacionais	Deficiente capacidade nacional em incorporar no tecido económico (traduzir em valor) os resultados do I&D
Aumento da utilização de TIC na sociedade e no tecido económico	Insuficiente capacidade de geração de empreendedorismo de qualidade e de potenciar as oportunidades de negócio mais dinâmicas e em domínios de inovação
	Elevado peso relativo de indivíduos sem conhecimentos no domínio das TIC
	Forte assimetria regional dos recursos financeiros e humanos afectos à I&D (macrocefalia da região de Lisboa)

Rui Miguel Rebelo Alves

<b><u>Envolvente de Apoio à Competitividade Empresarial</u></b>	
Boa cobertura nacional em matéria de zonas de acolhimento empresarial e de infra-estruturas de apoio às empresas	Pulverização de entidades associativas frequentemente sem massa crítica, assim como de Unidades de Investigação
Capacidade relevante de alguns Centros Tecnológicos (em termos técnicos e humanos) na divulgação de informação e novos conhecimentos à indústria	Inexistência de mapeamento funcional e estratégico da rede de infra-estruturas de apoio à envolvente empresarial, nomeadamente infra-estruturas científicas e tecnológicas
Boa infra-estruturação, dentro dos níveis médios da EU, em termos de equipamentos TIC, conectividade e conteúdos (educação e saúde)	Dependência financeira do Estado e insuficiente relacionamento com o tecido económico por parte das infra-estruturas científicas e tecnológicas
Oferta de cursos tecnológicos adaptados às necessidades de nível intermédio do tecido empresarial	Débil capacidade organizativa, de gestão empresarial e de sustentabilidade financeira da maioria das infra-estruturas de acolhimento empresarial
Dinâmica recente dos operadores de capital de risco	Mercado financeiro conservador apoiando de forma restrita o financiamento para inovação e expansão de PME (capital de risco, capital-semente, financiamento bancário, etc.)
Dinâmica recente de reforma na Administração Pública, bem como sucedida na simplificação de procedimentos, organização de balcões únicos e redução de custos de contexto para as empresas	Burocracia, falta de transparência, ineficiência de gestão, morosidade processual, falta de enfoque no consumidor, insuficiente qualificação e envelhecimento dos recursos humanos e sobreposições funcionais da Administração Pública
Experiência acumulada nas Associações Empresarias no apoio às PME	Insuficiência de cultura em matéria de avaliação ( <i>accountability</i> ) de agentes e políticas
<b><u>Custos Públicos de Contexto</u></b>	
Evolução positiva do processo de modernização do Estado e das instituições públicas, que coloca a performance nacional neste domínio acima da média europeia, num claro movimento de convergência	Dificuldade de obtenção mais rápida de resultados, considerando os constrangimentos orçamentais e o desfazamento entre as actuais competências dos recursos afectos à Administração Pública e as competências necessárias para permitir atingir os objectivos prioritários de modernização
Concretização de algumas reformas estruturais enquadradas num esforço comum a nível da União Europeia, que lhe confere maior base consensual interna	Forte sectorialização, hierarquização e rigidez organizacional da Administração Pública nacional, claramente inibidoras da sua adequação à lógica emergente de abordagem matriarcal da Administração Pública
Dinâmica e sucesso de experiências de administração electrónica e uma visão política clara quanto à necessidade de serem estendidas	Excessivo número de cidadãos e pequenas empresas que ainda não usam regularmente a Internet para interacção com serviços públicos
Dinâmica e sucesso de experiências de	Falta de cultura de simplificação na administração e de

Rui Miguel Rebelo Alves

simplificação administrativa e legislativa e uma visão política clara quanto à necessidade de ser prosseguida	experiência de avaliação do custo-benefício e análise de risco em matéria de regulação
Dinâmica e sucesso de experiências de modernização da distribuição de serviços públicos, tanto no que se refere à organização em função das necessidades dos utentes, como à sua racionalização territorial, e uma visão política clara quanto à necessidade de generalizar as experiências de sucesso	Excessiva verticalização e falta de cultura de colaboração dentro da Administração Pública; rigidez de carreiras e défice de mobilidade de recursos humanos; défice de instâncias e instrumentos de nível nacional intermédio que assegurem, de forma efectiva e continuada, a coerência e articulação entre os vários níveis de intervenção do Estado no território
Disponibilidade de competências no sector privado para o desenvolvimento de PPP ou para a contratualização de serviços	Incertezas e insuficiências de capacidade técnica de gestão e acompanhamento de projectos públicos em regime de contratualização; excessiva morosidade e falta de flexibilidade do regime de contratação pública; custos de contratualização externa em geral muito elevado relativamente às disponibilidades financeiras da Administração Pública

Uma vez que a nossa condição europeísta se confunde com os objectivos e sobretudo com a prática estratégica, todos os desígnios tentados nesse campo foram sobrepostos em grande medida pela própria UE.

## 2.2. Particularidades geopolíticas

Em termos geopolíticos, Portugal situa-se na área periférica da Europa, sendo o único país na zona continental do *Velho Continente* que faz fronteira com apenas um país. Contudo, não é por ter apenas um país fronteiriço que impede que a Europa seja a base de uma união que se verifica a nível geográfico, histórico, cultural, político e económico. O Estado soberano preconizado por Benedict Anderson, como garante e o emblema da liberdade<sup>144</sup> tem um significado especialmente valorizado no território português já que a sua posição de resistência quase milagrosa em termos geopolíticos fez valorizar quase que simbolicamente o valor da soberania.

Esta relação quase umbilical com a Europa está na base da adesão à UE mas foi a vertente *atlanticista* que venceu o papel de Portugal no mundo durante o período dos Descobrimentos. Motivações de sobrevivência e políticas cruzam-se com as motivações de pôr em prática os conhecimentos geográficos da altura e o ideal de promoção de uma herança comum tão transversal à história desde essa altura e que marcou muito a imagem de Portugal no mundo.

Além dos laços culturais estabelecidos com uma zona muito abrangente em África, Portugal também partilha, pela sua proximidade geográfica, a faixa regional do norte do continente. Os laços de afectividade que conseguiu preservar ao longo dos séculos ultrapassaram as matrizes e os obstáculos

<sup>144</sup> Cfr. ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas*, 7ª Edição, Lisboa, 2005, p. 27.

Rui Miguel Rebelo Alves

culturais e religiosos e são fruto de uma capacidade diplomática e de inteligência que muito devem servir de exemplo para a acção política actual.

Segundo o Professor Políbio Valente de Almeida, existem quatro características essenciais na definição da imagem geopolítica de Portugal:<sup>145</sup>

- Condição de Europeu;
- Atlântico;
- *Stakeholder* de uma zona contígua ao Mediterrâneo;
- Interesses e afinidades em áreas que vão além do seu simples posicionamento geográfico.

Em primeiro lugar, a condição de Portugal enquanto país europeu não é uma mera fatalidade da geografia. Portugal partilha os valores e a cultura europeia e tal como os seus pares, faz parte de um exemplo de integração, com uma história de sucesso e de alargamento ao campo político. Felizmente a barreira geográfica dos Pirinéus, não impediu psicologicamente o país de se dar com os seus pares embora o distanciamento político tivesse custado caro em certos momentos da História. Perante estes factos, temos de considerar o imenso papel de Espanha na condição de único vizinho de Portugal enquanto parceiro comercial, aliado e inimigo crónico e que por todos os factores, veio a influenciar a maneira como se fez política em Portugal. Talvez por causa deste bloqueio, a acção do país foi mais rapidamente deslocada para o mar. Inicialmente e comprovado pelas circunstâncias geográficas, a saída das primeiras naus de Lisboa, tinha como objectivo encontrar pontos de apoio que providenciassem mecanismos defensivos, obrigando Espanha a diminuir as suas tendências agressivas e de domínio ao mesmo tempo que começava a competir com Portugal pela ocupação das principais praças de Comércio do Norte de África. Mesmo que temporárias, as conquistas de praças comerciais, foram importantes para demonstrar o poder militar português e para estimular o comércio. Com este sucesso, Portugal procurou novos caminhos fora da Europa e veio a expandir-se para outros continentes sem dar exclusividade a um só traduzindo este comportamento na “permanente capacidade de escolher, em cada momento em qual se deve apoiar”<sup>146</sup>.

Todo este *curriculum* daquele que não deixa de ser um pequeno Estado, faz com que a legitimação geográfica de pertença à Europa em nome próprio seja totalmente aceite pelos seus parceiros sem que Portugal tenha sido subserviente de qualquer outra potência dominante.

A segunda característica destaca o papel de Portugal enquanto país atlântico. E se ser atlântico não é uma característica tão anormal assim, devemos pensar em tal condição enquadrando a posição geográfica em que o país se encontra e a capacidade que dessa mesma posição deve retirar. Como referido pela Professora Sandra Balão, a vocação oceânica de Portugal, “constitui, para além de uma das mais ricas heranças históricas, uma das mais distintas marcas que sempre caracterizou e caracteriza o *Ser Portugues*”<sup>147</sup>. A mesma autora refere que o facto de Portugal dispor de uma vasta

---

<sup>145</sup> Cfr. ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *op. cit.*, nota 88, p. 360.

<sup>146</sup> Cfr. Idem, p. 361.

<sup>147</sup> Cfr. BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, “Portugal e o Mar na definição da Política Global”, in MARTINS, Manuel Meirinho (org), *Comunicação e Marketing Político – Contributos Pedagógicos*, ISCSP, Lisboa, 2007, 140.

Rui Miguel Rebelo Alves

costa marítima, constituiu-se como factor decisivo capaz de justificar “a opção pelo mar em geral, bem como a orientação dada às várias expedições”<sup>148</sup>.

O mar é um elemento indissociável da história de Portugal. O chamado “mar de origem com os quais as pátrias se confundem”.<sup>149</sup> Portugal tem aqui o grande suporte da sua cultura. O Professor Jorge Dias, fala desta importância, mais do que o elemento político quando refere que “a unificação e a permanência da Nação deve-se ao Mar”<sup>150</sup>. Esse é o grande barómetro do seu sucesso ou insucesso conforme o usa mais ou menos. É o seu grande suporte em termos culturais e políticos e é na costa litoral do país que a grande parte da população se concentra ainda hoje.

Enquanto membro da OTAN, Portugal está longe de ser um sujeito passivo dentro da organização. A integração do país nesta organização e o reconhecimento deste potencial aqui falado são evidência das garantias geopolíticas que pode dar enquanto participante activo numa área vital para o ocidente.

A terceira matriz coloca Portugal na condição de país do Mediterrâneo. Se bem que não esteja banhado pelo Mar com o mesmo nome pode, no entanto, beneficiar desse conjunto de forças, provocando uma influência local que mesmo não sendo grande, deve ser suficiente para vincar essa posição numa área sensível e que separa dois continentes. Além disso, enquanto porta marítima da Europa, Portugal tem essa missão sensível de “guardião” do Mediterrâneo, sendo responsabilizado quase involuntariamente por essa missão. Nestas condições, um poder militar credível é essencial para respeitar e fazer respeitar a soberania nacional e dos países da região.

Finalmente, podemos falar das ligações que Portugal detém com países fora da sua esfera geográfica. O convívio multissecular conseguido ao longo da história fez com que laços culturais, políticos e linguísticos se fossem multiplicando de uma forma incontrolável pelos próprios responsáveis políticos sendo que ainda hoje se mantêm essas marcas em variados quadrantes sociais dentro dos países onde houve uma marca da presença portuguesa.

Este terá sido o grande papel de Portugal no mundo. Um papel de união entre povos e continentes desconhecidos onde o pequeno Estado atlântico veio a desenvolver um papel unificado e pacificador que transformou a era dos Descobrimentos em muito mais do que prosperidade económica. Existe de facto “o passado comum do povo” como disse o Professor Adriano Moreira, destacando as qualidades quase messiânicas do povo português em chegar a outros povos nunca alcançados. É um passado comum plenamente partilhado entre portugueses, índios, africanos, asiáticos e até oceânicos num património cultural que faz parte do “património comum da humanidade”.

### 3. Identidade e características naturais

#### 3.1. O ser português

---

<sup>148</sup> Cfr. Idem, p. 143.

<sup>149</sup> Cfr. ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *op. cit.*, nota 88, p. 362.

<sup>150</sup> Cfr. DIAS, Jorge, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1960, p.8.

Rui Miguel Rebelo Alves

Parte do entendimento da cultura e do ser português está directamente relacionado com o carácter essencialmente expansivo, determinado em parte por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar os laços entre continentes e os homens<sup>151</sup>.

Descobrir a essência do ser português é enfatizar os momentos-chave da História e perceber as suas implicações ao nível socioeconómico.<sup>152</sup> Para nos apercebermos verdadeiramente do valor da cultura portuguesa numa lógica mundial, será imprescindível pensar no valor que o período dos Descobrimentos teve na nossa História. A verdade é que, independentemente dos propósitos que levaram o povo português a sair de Lisboa em frágeis embarcações para destinos incertos, essa realidade colocou Portugal no mapa económico e comercial do mundo trazendo os proveitos inerentes do capitalismo mas com uma rentabilidade quase que escondida, isto é, a imagem que desde cedo, o país começou a edificar.

Neste capítulo, o *Soft Power* não tem de ser obrigatoriamente traduzido pela acção material de um Estado ou por políticas rígidas que visem atingir determinados objectivos concretos. Falamos de factores inatos cuja manipulação só servirá para agilizar e levar a serem cumpridos certos comportamentos.

Ainda hoje, o português é uma das línguas mais faladas no mundo, só ultrapassada pelo Mandarim, Inglês e Espanhol e a sua herança religiosa, cultural e arquitectónica por todo o mundo são traduções de marcas culturais que perduraram durante séculos e que ainda hoje são o cartão-de-visita de um país que tarda em aproveitar essas mais-valias.

Mas nem só do património que o tempo deixou perdurar, vive Portugal. Todo o ambiente de estabilidade democrática e política garantido ao longo dos anos, aliado a um clima temperado e solarengo, tornaram-se ao longo dos anos capazes de transmitir nos círculos mais mediáticos, uma imagem atractiva e capaz de fomentar as mais diversas promoções.

Partir da identidade nacional é um exercício complexo e passível de ser facilmente um erro mas será imprescindível alcançarmos algumas das características mais vulgares do povo português que, por razões geográficas, religiosas e socioeconómicas, desenvolveram traços comuns que servem para explicar muito do *modus operandi* político da actualidade.

Pacifista, sorridente, versátil, pode ser algumas das qualidades mais vezes apontadas aos portugueses numa clara alusão a um modo de viver muito focado na paz de espírito e na importância dada ao bem-estar. Na óptica do grande pensador da cultura portuguesa, o Professor Jorge Dias, a *personalidade base* do português é traçada pela humanidade, sensibilidade, amor e bondade sem que o leve a ser fraco, com uma forte componente religiosa que o incentiva “à crença no milagre e nas soluções milagrosas”<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> Cfr. Idem, p. 10.

<sup>152</sup> Cfr. POOLE, Ross, *Nation and Identity*, London Routledge, London, 1999, p. 24. Ross Poole considera a propósito dos fenómenos sociais que o nacionalismo nasce com a motivação generalizada que estes introduzem na sociedade, atraindo o envolvimento de toda a população e podendo ser aproveitado pelo estado que em última instância, instrumentaliza essa euforia generalizada.

<sup>153</sup> Cfr. DIAS, Jorge, *op.cit.*, nota 150, p. 15. O reconhecido antropólogo compartilha a ideia de que “percorrendo a História, podemos facilmente verificar como estas características apontadas se repetem em diferentes épocas, explicando certas acções e demonstrando a constância de alguns elementos fundamentais da cultura portuguesa”.

Rui Miguel Rebelo Alves

A consciência de pertença a um determinado país exprime-se pela ideia que os portugueses são de Portugal e os restantes são estrangeiros. Para este processo de categorização será imprescindível destacarmos as guerras contra Castela desenvolvidas no século XIV e XV nos reinados de D. Fernando e D. João I que por terem trazido para o seio do interior português, soldados de diversas nacionalidades, conseguiram estabelecer com esse facto, a diferença entre os portugueses e os estrangeiros.

Pouca gente em Portugal discute a velha dicotomia de ser ou não português. O seu papel enquanto Estado-Nação efectivo, legitimado e com o consentimento de um povo, escapa assim à heteronímia de Fernando Pessoa do “problema” de identidade e do velho “ser ou não ser”. A identidade está solidificada, forte e bem definida num conceito bem articulado pelo historiador e politólogo António Costa Pinto. O ser português é moldado por duas singularidade distintas: fronteiras e Estado<sup>154</sup>, enuncia o mesmo académico. A primeira aparece relacionada ao facto de as fronteiras serem estáveis desde a Idade Média e o território ser muito pouco questionado pela ausência de recentes invasões de peso. O facto de ter tido o seu território inviolável em duas Guerras Mundiais serviu para que o orgulho nacional se fosse afastando de cenários de união nacional e onde a solidariedade do país fosse um factor determinante. Ao contrário da maior parte dos países que estiveram envolvidos em conflitos com rivais crónicos e muitas vezes vindos de diversos locais, “os portugueses nunca se afirmaram sobre o ser afirmativamente contra outra coisa”. A falta de divisões territoriais também não afectou o território continental português o que “dispensou” lutas pela recuperação de território na *mainland* portuguesa.

O estereótipo de sociedade “pacífica, com fracas clivagens sociais, de radicalismo político ou nacional” é portanto, assente nas fatalidades históricas revelando uma correlação entre o passado comum dos portugueses e as suas características comuns.

A produção criada por poetas, escritores e filósofos<sup>155</sup> esteve claramente associada às instituições mais populares, criando uma ligação à História e à condição de português e que ainda hoje permanece. Eça de Queiroz, um dos maiores escritores portugueses de sempre, captou no século XIX o doce sentimento de “estar quieto entre os choupais, a ver correr as águas meigas, pensando em coisas saudosas”. Fernando Pessoa foi mais longe na sua análise do povo português, considerando-o mais “um exército do que uma nação de gente com existências individuais”. Povo de brandos costumes como é vulgarmente dito, a nossa condição de nação fortaleza e a falta de conflitos bélicos recentes levou-nos a uma estabilidade psicológica comum que fazem do pacifismo uma característica fundamental do povo português.

O que muitos consideram como pacifismo para alguns pensadores, como José Gil, que desenvolveu obra sobre a história da cultura portuguesa, a sociedade foi classificada como sendo inoperante onde existe “medo de agir, falta de participação política e falta de confiança”. A crise actual e a relativa paz social que se vive em Portugal podem ser reflexo disso mesmo. A falta de hábitos reivindicativos e a pouca cultura política dos cidadãos são uma “almofada de conforto” para muitos políticos. Tome-se como exemplo a Grécia que, no espaço de um ano, realizou mais de oito greves gerais paralisando

---

<sup>154</sup> Cfr. PINTO, António Costa, in “O que é ser português?”, in **100 Anos 100 Marcas, Revista Sábado**, nº 338, Lisboa, 2010, p. 12.

<sup>155</sup> Cfr. POOLE, Ross, *op.cit.*, nota 152, p. 27.

Rui Miguel Rebelo Alves

amiúde o país e fazendo constantes manifestações num contexto socioeconómico similar ao português.

Se transportamos esta característica cultural para o âmbito económico, poderíamos dizer que o “efeito de habituação” se encaixa perfeitamente na sociedade portuguesa. Como exemplo, atentemos no nível de fiscalidade e reparemos que é um dos mais altos da Europa, sem que existam grandes convulsões sociais ao longo dos tempos. Este dado é, contudo, estritamente económico e tem em consideração a natural ineficiência dos recursos o que por si só já reflectiria outras características muito mais condenáveis.

Em suma, podemos considerar que o pacifismo naturalmente português tem derivado num certo conformismo venenoso para o espírito empreendedor que se quer numa sociedade globalizada e competitiva como esta em que vivemos. Contudo Portugal é um povo e uma nação sem problemas de identidade enquanto comunidade definida por uma relação consistente segundo 3 linhas de força que provêm desde a sua origem e definidas pelo Professor Jorge Borges de Macedo<sup>156</sup>:

- Solo exíguo e essencialmente marítimo;
- Língua comum;
- Passado político longamente partilhado.

Em suma, os problemas de identidade colocados a Portugal nunca forma os mesmos que a História colocou a outros povos já que:

- Nunca houve uma ocupação de forma duradoura;
- Nunca se sofreu uma contestação do ser moral ou político de carácter sério;
- Não se tem, no português, próprios elementos antagónicos ou disparidades que de nós mesmo nos dividam.

A crise de identidade só surge quando o futuro sobre o qual apoiamos o nosso projecto vital, se apresenta mais impreciso ou se perde, o que se traduz numa nítida correlação com a actual crise que parecemos viver actualmente. Seguindo o pensamento de Oliveira Martins<sup>157</sup>, o nosso destino é um autêntico enigma.

### 3.2. Contingências históricas e sociais

---

<sup>156</sup> Cfr. **MACEDO**, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa - Constantes e Linhas de Força*, Instituto de Defesa Nacional, pp. 11-14.

<sup>157</sup> Ver **MARTINS**, Guilherme d' Oliveira, *Portugal – Identidade e Diferença*, Gradiva Publicações, Lisboa, 2007. O autor procura reflectir abertamente sobre a não existência de conceitos, nem de explicações globais e muito menos receitas de aplicação instantânea. Há pistas de reflexão para que memória e vida, pertença e respeito mútuo se liguem. Seremos o que quisermos ser, nas condições concretas que nos forem dadas ou que criarmos. E temos de compreender que a cultura só se enriquece se for aberta e cosmopolita, se for ponto de encontro e encruzilhada, a partir das várias culturas da língua portuguesa, mas também lugar de intercâmbio e exigência que envolva a cooperação além fronteiras e um diálogo activo com a educação e a ciência, tendo como referência o que de melhor se faz no mundo.

Ainda que algumas fracturas na sociedade possam deixar marcas na forma de os portugueses se comportarem, a verdade é que existe de facto a marca de um Estado Central. Ao contrário do caso espanhol mesmo já ao lado, em que existem catalães, galegos ou bascos, em Portugal a conotação regional é extremamente reduzida e ainda menos politizada. É um facto que existe mas as motivações prendem-se muito mais com factores económicos do que propriamente com factores políticos. A identidade nacional prevalece claramente em relação à regional, consequência da prevalência de um Estado central extremamente forte aliado a um território pequeno, perfazendo um conjunto de factores que permitiram a manutenção de um poder generalizado por todo o país desde sempre. José Mattoso fala a este respeito da existência de um Estado antes do povo. Ao contrário de outros países em que os nomes derivam das etnias, os francos originaram a França e os Anglos originaram a Inglaterra, o nome Portugal nasce de um centro administrativo (Porto) e não de um povo. O Estado criador de independência nacional é a causa também de uma enorme dependência por parte dos seus subordinados. Se o Estado dá, o Estado tem o dever e o Estado é o culpado. Há uma relação portanto de identificação nacional e de amor/ódio com o Estado sem que este tenha tido um peso extremo ao longo dos séculos.

Esta desconfiança do Estado ainda hoje se mantém viva o que se reflecte muito na enorme economia paralela que vive lado a lado com a sociedade ao mesmo tempo que Portugal enfrenta graves problemas de fuga fiscal ainda por resolver. Uma certa cultura de improviso típica dos Estados latinos foi ganhando forma ao mesmo que aumentam os pedidos ao Estado. António Costa Pinto chega a referir que o facto de “Portugal ter tido até há bem pouco tempo, uma sociedade ruralizada e de fraca escolarização e predominantemente rural, teve como característica o aparecimento de uma forte economia paralela, de biscates e chico-espertismo (...) do lucro das pequenas e médias empresas”<sup>158</sup>. A falta de proximidade de outras potências e de um contexto geopolítico competitivo faz com que o conceito de pequeno empresário ainda seja um “objectivo de vida” em Portugal e alguém que é visto com referência pela sociedade, nomeadamente entre os extractos mais baixos da população.

### 3.3. O factor da expansão

O fardo d’Os *Lusíadas* ainda perdura entre o povo português. Viver em Portugal é viver onde o mar começa e a terra acaba. Qualquer semelhança entre os Descobrimentos e os recentes eventos mediáticos em Portugal não é mera coincidência. A verdade é que este grande acontecimento na História funciona como a âncora moral. Reparemos nos personagens históricos mais vulgarmente referidos: de Vasco da Gama ao Infante D. Henrique, passando por Luís de Camões, todos eles tiveram algum papel importante na época dos Descobrimentos.

A par da expansão, também a emigração exerce uma influência no presente, decorridos séculos desde o início da diáspora portuguesa pelo mundo. O próprio Estado Português pode ser considerado como identidade associada às comunidades que foi construindo ao longo dos séculos.

---

<sup>158</sup> Cfr. PINTO, António Costa, *op.cit.*, nota 154, p. 14.

Rui Miguel Rebelo Alves

As recentes vagas migratórias ainda tiveram muito a marca tradicional dessa época distante, situação que só nos últimos 10 anos, se começa a alterar. A visão do emigrante português vai ultrapassando lentamente as imagens associadas de pouca qualificação e proveniência rural. O típico ser sorridente e simpático tem agora a hipótese de passar a imagem de prosperidade e profissionalismo.

No 2º Semestre de 2007, aquando da II Presidência Portuguesa da União Europeia (PPUE), ficou provada essa mesma capacidade de responsabilidade para lidar com questões de algum grau de complexidade política. A importância da PPUE, acabou por surgir de forma pertinente, ligada ao seu simbolismo cultural e a uma imagem glorificada pela presença do mar, numa grande lição de *Soft Power*, protagonizada pelo governo português face a outros países, que, só muito pouco frequentemente beneficiaram das suas particularidades culturais para se fazerem destacar nas, normalmente, discretas presidências rotativas.

Os resultados desta nova expansão devem ser aproveitados para o futuro. Uma das diásporas mais dispersas do mundo tem que ser quantificada em termos económicos pelo valor comercial da língua e do potencial que esta adquire num contexto diplomático, pelo menos em alguns círculos. Juntemos a isto o espírito sociável do emigrante português e constatamos que uma rede social de um representante do nosso país além-fronteiras é potencialmente diversificada.

A falta de competitividade existente dentro das nossas fronteiras pode ser igualmente combatida com a nova vaga de emigração. O pouco estímulo e a pouca rivalidade existente entre os sectores de produção em Portugal causa um escasso termo de comparação que aumenta exponencialmente se remetermos o nosso papel para o estrangeiro. Ao viajar ganha-se um conceito de universalismo ao mesmo tempo que a fasquia se vai levantar necessariamente.

A questão que agora se levanta é perceber como projectar estas novas características para a diplomacia portuguesa. Será a nossa estratégia baseada no nosso ADN cultural? Essa resposta será tão eficaz quanto a noção de cultura que temos de nós próprios. O Professor Jorge Dias fornece-nos os *Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, que nos permitem caracterizar a noção de uma Cultura Portuguesa<sup>159</sup>:

- Expansiva;
- Psicologicamente complexa;
- Marcada pelo idealismo.

A população de um território que se conserva independente há mais de 9 séculos nunca poderia ter formulado uma cultura de desenho deficiente ou sustentada pela mera participação em valores cuja identidade e características proviessem de outras áreas e de outras finalidades. Houve sempre um garante de coesão interna contra as imposições do exterior e as influências externa tiveram uma origem sobretudo ultramarina por via dos Descobrimentos<sup>160</sup>.

### 3.4. O espaço lusófono

---

<sup>159</sup> Cfr. DIAS, Jorge, *op.cit.*, nota 150 pp. 10-18.

<sup>160</sup> Cfr. Idem, p.14.

Rui Miguel Rebelo Alves

A internacionalização de uma empresa, seja ela de que natureza for, tem sempre algo de aventureiro, mas também de estratégico para todos aqueles que têm ambições de crescer e de diversificar investimento.

Se, para as empresas de alguns países essa tendência surge naturalmente, atendendo à vitalidade e grandeza da sua economia, já para Estados como Portugal, qualquer tentativa de conquista além fronteiras envolve esforço e talento acrescidos, assim como uma dose de elevado de risco. Em tempos, o politólogo Joaquim Aguiar, e também administrador do Grupo José de Mello, dizia que Portugal não tinha empresas com dimensão verdadeiramente internacional. Ou seja, o sector privado nacional (verdadeiro sentido da expressão) nunca conseguiu criar empresas com dimensão suficiente para se imporem no estrangeiro (porque empresas "híbridas" como a Electricidade de Portugal (EDP), a Galp ou a Portugal Telecom (PT) não são mais do que entidades "fabricadas" pelo Estado.

A verdade é que nos últimos anos são cada vez mais as Pequenas e Médias Empresas (PME's), sobretudo de base tecnológica e com forte aposta no conhecimento, que estão a arriscar em novos mercados. Algumas têm tido resultados interessantes e já são referências em sectores específicos.

É com particular satisfação que se constata que tal tendência se estendeu mais recentemente às empresas da área da comunicação, quer de meios de informação, quer de agências, para o espaço natural de crescimento além fronteiras: África lusófona.

Um mercado difícil e cheio de "esquemas", mas imenso no seu potencial. E para quem conhece minimamente a história político-diplomática entre Portugal e África sabe que mais nenhum país ou povo conhece tão bem aquele continente como os portugueses. Há uma proximidade emocional e relação natural que nunca se perdeu, que os franceses ou os ingleses nunca conseguiram cultivar no Continente Negro.

E é neste contexto que os meios de informação e as agências de comunicação podem assumir particular importância em Luanda, mas apenas se encararem a sua aventura como algo mais do que apenas negócio por negócio.

Convém distinguir entre aquilo que são negócios de cariz limitado, nos quais ganhar dinheiro e obter lucro é o objectivo e investimentos estratégicos de médio e longo prazo. Mais do que uma questão de comunicação *corporate*, de eventos ou de produtos na realidade local, a presença em Angola de empresas nacionais especialistas em pensar e comunicar é também uma forma de *Soft Power* e influência de Portugal junto daquele país.

Em termos bilaterais, não há qualquer dúvida que se criam pontes entre Luanda e Lisboa e abrem-se canais de comunicação que, em abono da verdade, têm estado praticamente bloqueados desde a independência daquele país africano. Na vertente multilateral, as agências de comunicação, através do seu conhecimento e características, podem ajudar a fomentar e estimular o projecto da lusofonia, que teima em não desabrochar.

A questão da lusofonia, expressão da mais importante componente cultural lusíada espalhada pelo mundo, parece assumir cada vez uma nova perspectiva dos novos traçados fronteiriços para desenvolver uma função transversal unificadora. A lusofonia deve ter como primeira lição, a firmeza da

Rui Miguel Rebelo Alves

vontade nacional portuguesa pois “dada a impossibilidade sistémica de um Estado transnacional e empresas multinacionais de um determinado país (...) então o policentrismo reapresenta-se inevitável, além de recomendável”<sup>161</sup>.

Ainda quanto ao *Soft Power* repare-se que há décadas que Paris e Londres, através de diversos canais, comunicam e influenciam em África. Portugal, pelo contrário, apenas agora começou a lançar as primeiras edições locais de jornais portugueses e a abrir sucursais de agências de comunicação (com excepção de uma que já está em Angola há alguns anos).

Daquilo que se conhece, há pelo menos três agências já instaladas em Luanda e outra a caminho. O facto de já terem dado esse passo é bastante positivo, esperando-se agora que a sua acção se enquadre numa visão estratégica em que o papel da comunicação não tenha apenas a finalidade do *business*, mas seja vista também como um elemento de projecção dos interesses de Portugal em África e de reforço do projecto da lusofonia.

### 3.4.1. O caso brasileiro

Tomemos como exemplo o Brasil enquanto parceiro histórico e comercial ao longo dos últimos cinco séculos. Menos interessante que África ou o Extremo Oriente em termos económicos (pelo menos à primeira vista), o Brasil veio a revelar recursos económicos extremamente interessantes que fizeram com que a presença colonial portuguesa se fosse acentuando com o decorrer dos séculos. Com toda a carga cultural que uma colonização de mais de dois séculos acarretou, a verdade é que mesmo após o “grito de Ipiranga” declarado por D. Pedro, o Brasil veio-se a manter um parceiro incondicional de Portugal.

As grandes vagas de emigração portuguesa para aquele país contribuíram para a perpetuação das ligações de portugueses àquele território e estão na origem dos primeiros negócios feitos entre os dois países.

A prosperidade que o país tem vindo a atingir, conjugada com o passado cultural em comum, tem produzido e pode produzir ainda mais no futuro, uma ascensão de valores comuns e uma troca de experiências que Portugal poderá vir a não ter com mais nenhum país.

Com especial incidência a partir de 1995, a nova fase das relações económicas entre Portugal e Brasil assentam no “novo descobrimento” desta vez, na qualidade de grandes investidores, trazendo capital e *know how*<sup>162</sup> ao mesmo tempo que se adquirem empresas e se desenvolvem importantes uniões de capitais com o chamado *país-irmão*.

Feitas de altos e baixos, as relações luso-brasileiras sofrem retrocessos periódicos e quando Portugal aderiu à então CEE em 1986, houve talvez a sensação de que a dependência do Brasil em relação à Europa e o seu aumento de protagonismo no continente, estaria continuamente dependente das relações com Portugal.

---

<sup>161</sup> Cfr. **CHACON**, Vamireh, *O futuro político da Lusofonia*, Verbo, Lisboa, 2002, p. 31.

<sup>162</sup> Cfr. **COSTA**, Carla Guapo da, *A Cultura Como Factor Dinamizador da Economia*, ISCSP, Lisboa, 2005, p. 182.

*Rui Miguel Rebelo Alves*

Contudo, durante os últimos 20 anos, o Brasil desenvolveu relações muito favoráveis com a Alemanha e a Itália, aproximando-se da Espanha e nunca descurando o resto dos principais parceiros europeus. Para o caso dos dois primeiros países, não serão factores alheios, as vastas comunidades de descendentes que, ao longo de gerações, têm fortalecido os laços económicos e por conseguinte, a diplomacia nesse campo.

No entanto, a credibilidade política de Portugal no que toca às relações com o Brasil voltou a estar num bom momento, demonstrando à Europa que o peso da história e dos valores culturais, podem pesar num contexto tão complexo como aquele de relações bilaterais em que os Estados se vêem envolvidos. A dimensão e as potencialidades do mercado brasileiro no contexto da América Latina e do Mundo, assim como a proximidade cultural com a Europa, determinam o forte apoio do meio empresarial à proposta da Comissão Europeia de lançar uma Parceria Estratégica com o Brasil.

Se é verdade que Portugal apostou fortemente no simbolismo desta parceria, será também a Europa a beneficiar a médio/longo-prazo de uma rentabilização da parceria estratégica que envolve os dois continentes imune a todas as críticas que dão conta de um benefício da estratégia nacional portuguesa ao Brasil, descurando o resto dos elementos do Mercosul e salvaguardando o sucesso das relações exclusivas com o Brasil. No campo linguístico, Portugal poderá ter um excelente protagonismo, encontrando no Brasil uma excelente base para fazer da língua, o ponto de partida para o aumento das relações bilaterais com a potência sul-americana no campo cultural já que se torna “difícil ignorar a base afectiva intemporal que emana de um universo de familiaridades comuns”.

O facto de o Presidente da Comissão Europeia ser igualmente português, provocou o desconforto em alguns sectores mais cépticos da Europa que não acreditam nas vantagens comuns desta parceria com a maior potência sul-americana.

Não se desmente o impacto ao nível das relações bilaterais portuguesas com o Brasil. Brasília desenvolve prioridades diplomáticas e não será nenhum escândalo se Portugal for um dos beneficiados nesse campo. Contudo, jamais o país deverá ser visto exclusivamente a partir do ponto de vista do Mercosul e como porta-voz de um continente que pretende afirmar-se na Europa.

À parte das questões que possam vir a ser obstáculos para um desenvolvimento das relações entre as duas partes, o Brasil terá todo o interesse em manter-se perto da Europa com vista a melhorar certos aspectos internos que são um problema transversal também à América Latina. A pobreza, a educação, a desigualdade de rendimentos e outras questões sociais são pontos em que a Europa está disposta a ajudar aquela potência regional que só será mais forte quando for sólida no seu plano interno. A sua economia representa, neste momento, 80% do PIB total do Mercosul sendo o maior mercado da UE na região.

Com um crescimento económico ainda bastante longe do desejável, o Brasil beneficia contudo de um grande panorama de riquezas naturais estando na vanguarda do mercado de energias renováveis, desenvolvendo igualmente um programa de biocombustíveis que parece ser bastante seguro.

A herança de Portugal neste campo é, mais uma vez, tão simbólica como relevante em termos de futuro. A parceria com o Brasil só pode sair reforçada deste encontro e a recente Cimeira da CPLP só pode ter fortalecido as relações entre ambos os pólos. Aliás, o alargamento do espaço lusófono é uma

das prioridades da diplomacia portuguesa, investindo-se por isso no Acordo Ortográfico, aparentemente essencial para potenciar a língua portuguesa. Em certos aspectos, o Brasil sempre foi visto como terra de oportunidades para Portugal, na maior das vezes com um certo “ingrediente utópico já presente no pensamento do Padre António Vieira”.

#### 4. Quadro da diplomacia nacional num mundo globalizado e o reforço da ordem interna do Estado para o século XXI

##### 4.1. Diplomacia cultural com a ponte para a economia

A diplomacia actual do mundo globalizado não ocorre apenas para a realização da razão do Estado ou do *príncipe* ou lhe cabe somente a condução de negociações da guerra e da paz<sup>163</sup>. Ao evoluir com a multiplicação dos relacionamentos internacionais, a diplomacia de hoje reveste-se de diferentes modalidades de organização e de método ao mesmo tempo que as suas dimensões se foram uniformizando em termos políticos, culturais, científicos, públicos e sobretudo económicos, nascidos pela necessidade de incluir cada vez mais temáticas na sua política externa e nas várias matérias abrangidas por organizações internacionais especializadas.<sup>164</sup>

Portugal assim como todos os países, desenvolveu os seus próprios mecanismos de diplomacia económica, embora tenha colocado ao serviço dos objectivos económicos outro tipo de estratégias diplomáticas<sup>165</sup>. Como as grandes potências mundiais, também Portugal desenvolveu o seu próprio *Soft Power*, assente no mundo lusófono mas com tendência para se alargar a outros territórios já que os benefícios têm como finalidade o proveito económico e não exclusivamente aquele que será tendencialmente mais cultural.<sup>166</sup>

Esta estratégia, embora não estivesse planeada, começou a ser desenvolvida no século XV com o início dos Descobrimentos e com a chegada a novos territórios, dando início à era da Globalização. Com a chegada a Ceuta, Portugal passou a ser o primeiro país a projectar-se para fora do continente europeu em séculos e a sua língua nunca mais deixou de garantir o seu carácter universal. A par do inglês, espanhol ou francês, o português tornou-se numa das “línguas imperiais”<sup>167</sup> e um instrumento de expansão útil ao nível político e sobretudo nos negócios, enquanto “língua franca” durante os

<sup>163</sup> PALMA, Hugo de Melo, *op.cit.*, nota 115, p.25.

<sup>164</sup> MONGIARDIM, Maria Regina de, *Diplomacia*, Almedina, Coimbra, 2007, p. 443.

<sup>165</sup> Segundo a resolução do Conselho de Ministros nº 152/2006, os principais objectivos da diplomacia económica são: “a) Promover a imagem de Portugal como país produtor de bens e serviços de qualidade para exportação, como destino turístico de excelência e como território preferencial de intenções de investimento, no quadro de uma economia internacional globalizada; b) Cultivar e aprofundar relações com os principais agentes económicos estrangeiros que tenham ou possam vir a ter relações com Portugal, com os decisores de grandes investimentos económicos e com os criadores de fluxos e rotas importantes no plano turístico; c) Apoiar a internacionalização das empresas portuguesas quer no respeitante a estratégias de comercialização quer no atinente à fixação de unidades produtivas no exterior, quer ainda por via da detecção de oportunidades geradores de mais-valias potenciais para o país e suas empresas.

<sup>166</sup> TELES, Ana Filipa, “Portugal and Cultural Diplomacy”, disponível em <http://www.culturaldiplomacy.org/pdf/case-studies/portugal-and-cd.pdf>, consultado a 22 de Novembro de 2011.

<sup>167</sup> Cfr. OSTLER, Nicholas, *Síntese da intervenção de Nicholas Ostler*, *Promoção da Língua portuguesa no Mundo*, Ed. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, FLAD, Lisboa, 2008, p. 25.

períodos de domínio ibérico, estendendo-se desde o Norte de África até à Ásia, passando obviamente pelas Américas.

Actualmente, o português é a sexta língua mais falada do mundo tendo cerca de 640 milhões de falantes espalhados por 8 países. Contudo a expansão do português, tem hoje um embaixador diferente. O Brasil, enquanto potência mundial em afirmação, é hoje o grande responsável pelo crescimento da importância da língua portuguesa quer por via do crescimento da população quer pela sua projecção ao nível dos negócios.

Em Julho de 1996, foi criada a CPLP formada pelos países africanos, antigas colónias de Portugal, pelo Brasil e mais tarde por Timor-Leste. A lusofonia como denominador comum desta organização, pretende potenciar um ambiente de negócios favorável para os seus membros, criando à medida da dimensão da lusofonia, uma organização internacional capaz de funcionar, tendo como instrumento principal o português. Em termos gerais, será muito próximo de uma *Organisation Internationale de la Francophonie* para o francês e de uma *Commonwealth* para a língua inglesa. Organizações estas que pela língua ou afinidades culturais, conseguem um consenso organizacional com vista à criação de um contexto de favorável ao nível económico<sup>168</sup>. Reunidos em Julho de 2008, os membros da CPLP, tentaram criar um mecanismo capaz de rivalizar com o competitivo contexto da Globalização, tentando criar uma estratégia de implementação da língua portuguesa enquanto “língua global” no tal “policentrismo em escala global”<sup>169</sup>, mencionado por Chacon, como ponto de partida para de um projecto económico, social, educacional e até científico-tecnológico.

#### 4.2. Diplomacia cultural como diplomacia pública

Portugal, apesar de ter iniciado uma estrutura de promoção cultural desde o século XVI, esta só foi realmente levada em conta como objectivo político a partir do início do século XX e formalizada em 1929 com a criação da *Junta de Educação Nacional* que promovia a promoção de portugueses em universidades internacionais, expandindo desta forma o português enquanto língua internacional e que esta fosse além dos territórios então dominados por Portugal.

#### Quadro 2 – Entidades e Ministérios Responsáveis pelos Leitorados de Língua e Cultura Portuguesa<sup>170</sup>

Anos	Instituição	Ministério com a Tutela
1921 a 1929		Ministério dos Negócios Estrangeiros
1929 a 1936	Junta de Educação Nacional	Ministério da Instrução Pública
1936 a 1952	Instituto para a Alta Cultura	Ministério da Educação Nacional
1952 a 1976	Instituto de Alta Cultura	Ministério da Educação

<sup>168</sup> Cfr. Idem.

<sup>169</sup> Cfr. CHACON, Vamireh, *op.cit.*, nota 161, p. 36.

<sup>170</sup> Cfr. PALMA, Hugo de Melo, *op.cit.*, nota 115, p.79.

Rui Miguel Rebelo Alves

1976 a 1979	Instituto de Cultura Portuguesa	Ministério da Educação
1979	Instituto de Cultura Portuguesa	Secretaria de Estado da Cultura
1980 a 1992	Instituto de Cultura e Língua Portuguesa	Ministério da Educação
1992 a 1994	Instituto Camões	Ministério da Educação
1994 a ...	Instituto Camões	Ministério dos Negócios Estrangeiros

A evolução desta organização está na origem do aparecimento do Instituto Camões (IC) que formalizado em 1992, é o órgão tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), que se destina a promover a língua portuguesa pelo mundo através da criação de plataformas de ensino do português em todo o mundo aproveitando nomeadamente os territórios onde a diáspora portuguesa mais se veio a impor como os casos dos EUA, França ou Venezuela, países altamente populosos e com íntimas relações económicas com Portugal muito por causa das enormes quantidades de falantes de português quer originários de Portugal quer de 2ª geração.

O 25 de Abril de 1974, fechou um ciclo da promoção da língua portuguesa ao mundo e a entrada na então CEE abriu definitivamente Portugal ao mundo sem que tenha sido criada uma estratégia sólida que salvaguardasse os interesses nacionais e especificamente da língua portuguesa.

Nos anos 90, Portugal voltou a demonstrar uma genuína preocupação no que toca aos assuntos da língua. Esta década fica ainda marcada por uma demonstração de vontade dos governos em exportar uma imagem moderna do país, aproveitando o favorável contexto económico para organizar eventos grandiosos que serviram de maneira geral para promover a imagem de Portugal no mundo. Vejamos alguns dos exemplos marcantes dos últimos 20 anos que serviram para vincar uma nova imagem de Portugal no mundo:

- Europalia, 1991;
- Lisboa, Capital europeia da cultura, 1994;
- Exposição Mundial dos Oceanos, 1998,
- Porto, Capital europeia da cultura, 2001;
- Campeonato da Europa de Futebol, 2004.

Nunca em tão poucos anos, Portugal havia tido tantos eventos de elevada importância para se auto-promover, demonstrando uma capacidade de organização bastante elevada onde o bom gosto e a criatividade foram sempre marcas constantes, aproveitando-se de forma transversal símbolos que numa época ou outra se tornaram marcas culturais para todos os portugueses. A década de 90, fica igualmente marcada pelo aparecimento da internet e pela massificação dos media à escala global, situação que Portugal não deixou de aproveitar para se voltar a aproximar dos povos com quem detinha maior afinidade cultural. Além de ter liberalizado o sector televisivo, Portugal abre portas à internacionalização da sua rede pública de televisão fundando a RTP Internacional e a RTP África, utilizando desta forma o poder mediático para manter a língua portuguesa viva mesmo para quem está

Rui Miguel Rebelo Alves

mais longe e para aqueles que partilham no seu dia-a-dia a língua de Camões, nomeadamente no continente africano.

Esta não deixa de ser uma aposta de risco já que ao contrário de outros canais internacionais promovidos por outras cadeias de televisão que adaptaram a língua ao seu *target*, os canais acima referidos detêm conteúdos exclusivamente falados em português, restringindo desta maneira o acesso aos não-falantes de língua portuguesa.

Também seguindo modelos começados pelos países anglo-saxónicos ou francófonos, Portugal, através do já referido Instituto Camões, abre as portas para a criação de uma rede de escolas onde o português fosse ensinado assim como desponta para a criação de escolas exclusivamente portuguesas no estrangeiro, destinadas às elites locais ou às comunidades de emigrantes.

A nossa Cultura também pode efectivamente ser Poder e foi com base nessa mesma Cultura que o passado foi moldado. Como referiu o Professor Jorge Dias, citado pelo Professor Políbio Almeida, a Cultura é “o saber interiorizado, intuído, orgânico, hierarquizado e disponível para todas as situações do dia-a-dia”<sup>171</sup> pela vontade de todos. É o Poder nu, não materializado em instituições nem comprometido com circunstâncias conjunturais. O mesmo autor aponta para a utilização desta como a melhor resposta da comunidade aos desafios do meio geográfico, e por conseguinte às crises que se apresentam ao Estado. O Poder não deve ter a noção folclórica da Cultura embora essa seja uma tendência da tecnocracia<sup>172</sup>, a desvalorização dos factores não-materiais de poder.

### 4.3. A aposta no *Soft Power*

A propósito da sua concepção para uma nova Estratégia Nacional, o Professor José Adelino Maltez, refere que para enfrentar a força do adversário, “os portugueses têm de aproveitar a circunstância de não os considerarem adversários para fazerem conciliar todos os potenciais participantes na Comunidade Lusíada”<sup>173</sup>.

A propositada não-tradução do termo *Soft Power* para português, dá-nos margem para que o possamos enquadrar teoricamente à luz daquilo que é expectável para a sua utilidade no contexto político português. Há quem utilize a expressão “poder suave” em contraponto com o “poder musculado” do *Hard Power*. Contudo a definição de hoje vai muito mais ao encontro do sentido informático do termo que distingue *software* e *hardware*, sendo que o primeiro diz respeito à programação e o segundo à “máquina” em si<sup>174</sup>. O *Soft Power* na óptica nacional seria todo o tipo de recursos imateriais, como a influência através da cultura e valores, a capacidade de comunicação, o fulgor científico e tecnológico entre outros. Contudo, a nossa análise centrar-se-á apenas nos sectores chave que achamos de relevância para a estratégia nacional.

---

<sup>171</sup> Cfr.. ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *op.cit.*, nota 88, p. 225.

<sup>172</sup> Cfr. Idem, p. 230

<sup>173</sup> Cfr. MALTEZ, José Adelino, *Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991. p. 215.

<sup>174</sup> Cfr. “A arma da sedução”, in *Corrier Internacional*, Outubro de 2008, p. 42.

Outras palavras portuguesas podem ser abrangidas pelo conceito de *Soft Power*. A saber, atracção, sedução, persuasão, envolvimento cultural, influência e no limite, propaganda<sup>175</sup>, são conceitos relacionados com a realidade da teoria de Nye.

O *Soft Power* aqui como poder estrutural, assentará na capacidade de alterar o comportamento dos outros sem recurso à coerção explícita, até porque Portugal não teria capacidade militar para o conseguir na maior parte dos casos, a não ser em operações de manutenção da paz e na aplicação de um *Smart Power* colaborativo<sup>176</sup> presente igualmente em operações humanitárias, reforçando-se o papel da cooperação. É a influência subliminar, “uma forma de poder exercida continuamente sofrida (...) mas não necessariamente de forma inconsciente”<sup>177</sup>. As ideias e os valores impostos aos destinatários quer sejam Estados, empresas ou povos, devem ser tomados como se fossem seus.<sup>178</sup>

Nye considera que o principal rival dos EUA no campo do *Soft Power*, reside na Europa. Pela arte, pela literatura, música, design, moda e comida, os países da Europa dispõem de recursos que podem servir para criar mecanismos de sedução global, referindo-se igualmente à capacidade de ligação da língua portuguesa à América do Sul<sup>179</sup>.

Se é verdade que os escassos recursos humanos e militares fizeram perecer o poderio português em muitos dos sítios conquistados, porque não se apostou continuamente nestes laços culturais para manter o poder? Claro que devemos contextualizar estas problemáticas no tempo e pensar que a cultura poderia ser um factor estratégico para manter o poder, seria praticamente anedótico em praticamente todas as épocas da História. As questões militares e estratégias, há muito que deixaram de ser importantes para os políticos portugueses. Portugal, tem vindo a reconhecer ao longo dos anos a importância do seu património humano e da sua língua no mundo e tenta, ao sabor de planos de curto-prazo, implementar políticas que lhe permitam reconquistar pelo charme e pela diplomacia a importância em locais onde a sua História esteve presente.

Ninguém pode condenar o Estado por falta de acção ou de tentativas de recuperar algumas marcas do passado mas as acções pontuais não se podem confundir com a criação de uma verdadeira estratégia nacional, baseada em macro-objectivos fortes e capazes de prevalecer no tempo e, mais importante, prevalecer aos sucessivos governos que insistem em mudar as prioridades assim que chegam a São Bento.

A relação com países de expressão portuguesa é uma das componentes estruturais das nossas relações externas embora essa relação ainda esteja longe do “grau de harmonia e de vitalidade para

<sup>175</sup> Cfr. Idem.

<sup>176</sup> Esta premissa é em grande medida defendida pela administração Obama tendo sido veiculada pelo secretário adjunto para os Assuntos político-militares norte-americanos, Andrew J. Shapiro como “essential partnerships to achieve capacity building efforts to address shared security concerns, and are thus an essential component of Secretary Clinton’s vision of a smart power foreign policy”. Comunicação disponível em: <http://www.state.gov/t/pm/rls/rm/128752.htm>.

<sup>177</sup> Cfr. JACINTO, José Luís de Moura, *op.cit.*, nota 92.

<sup>178</sup> O poder estrutural aparece aqui não como um processo presente e capaz de alterar todas as fontes constantes de autoridade e de persuasão de forma gradual e como referido pelo internacionalista João Gomes Cravinho, “de acordo com preferências profundas e não de conjuntura” já que o poder estrutural é essa particular capacidade de influenciar o enquadramento dos relacionamentos internacionais.

<sup>179</sup> Cfr. NYE, Joseph S., *op.cit.*, nota 12, p. 75.

Rui Miguel Rebelo Alves

interesse de todos”<sup>180</sup>. As relações com esses países e uma vez reconhecido o papel da língua portuguesa na diplomacia, carecem ainda de ser analisadas a longo prazo. Deixando alguma emotividade de parte, será importante desenvolver uma relação baseada no passado e nos valores culturais comuns, mas também consciente nas mais-valias que esses países têm e nas trocas que podem desta relação nascer. Esse é o principal argumento que deve prevalecer nas opções assumidas por Portugal nas relações com o Brasil, África ou Timor. Esta, é uma tarefa de execução permanente porque os interesses vão mudando assim como os equilíbrios e Portugal não pode esperar pela oportunidade perfeita já que, como diz o Professor Adriano Moreira permanece “a matriz que é a pequena Pátria portuguesa e que para todos ser seria útil que se transformasse na Pátria da nova paz e convívio”<sup>181</sup>.

Que ninguém condene Portugal por apostar na sua História e no seu passado para se demarcar no presente. A História da acção política não se compadece mais com receios e numa altura em que as relações de interdependência vulnerabilizam os pequenos Estados, Portugal deve ter uma oportunidade de ouro para num certo “regresso ao passado” conseguisse solidificar de forma capaz as relações com países outrora descobertos e colonizados, com uma matriz cultural completamente portuguesa e com uma língua a servir de elo de ligação a todos os que partilham desta matriz.

Os territórios além-mar para utilizar um termo romantizado pela História, representam ainda um investimento seguro. A actual crise mundial e as fragilidades da economia portuguesa no contexto tão competitivo do mundo ocidental, obrigam o país a repensar o seu mapa de prioridades e a mostrar mais perto de uma realidade “expansionista” em termos económicos e de longo-prazo. Se é verdade que no aspecto cultural não faltarão argumentos para marcar uma posição firme, a falta de vontade de política e de capital podem ser obstáculos capazes de travar a acção no futuro.

Como foi dito por nós anteriormente, há muito que a preocupação do Estado deixou de ser a manutenção do território por via das vantagens das integrações regionais que amenizaram conflitos e estabeleceram limites legais à acção dos Estados. Daí que, esta é sem dúvida a era preferencial para pôr em prática os planos mais ambiciosos dentro da área económica. É por aqui que se assegura a sobrevivência de uma nação e das futuras gerações. É a capacidade de risco e de mostrar ao mundo uma certa despreocupação com os dogmas geopolíticos que irá promover o nome de Portugal e isso não pode ser nunca um objectivo do poder político mas sim do poder nacional.

São incontáveis os desafios que Portugal superou ao longo da sua história e que pareciam demasiado excessivos para a dimensão do país. Ter sobrevivido ao domínio espanhol, enfrentar um mar desconhecido e uma crónica pobreza material, são factores históricos que devem impulsionar novos objectivos e a consciencialização de que os problemas inatacáveis são aqueles que fomentam a descoberta e a capacidade de superação dos países às adversidades. É verdade que passados quase 40 anos desde o seu redimensionamento territorial, Portugal ainda vive, hoje, uma nova mentalização geopolítica e uma redefinição de prioridades muito afectada pelo contexto global que entretanto se atravessou no caminho dos pequenos Estados. Reconciliar-se com o passado ao mesmo tempo que

---

<sup>180</sup> Cfr. **ALMEIDA**, Políbio F.A. Valente de, *op. cit.*, **nota 88**, p. 369.

<sup>181</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *op. cit.*, **nota 15**, p. 369.

se definem objectivos de futuro tornam-se assim prioridades decisivas para a construção de uma estratégia nacional que deverá recolocar o país novamente na rota da prosperidade.

#### 4.3.1. O papel principal do Instituto Camões na diplomacia

Actualmente, o IC <sup>182</sup>trabalha na formação inicial de professores no estrangeiro, com 31 cursos na área dos Estudos Portugueses, abrangendo 4.645 alunos. Implementa a formação contínua de professores de português em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, com 50 núcleos de formação, 125 formadores, 1.762 formandos, abrangendo 340.400 alunos do ensino básico e secundário.

O IC assegura o ensino da Língua e Cultura Portuguesa em 230 instituições de Ensino Superior, em 64 países, através de leitorados, 25 cátedras e com o apoio de 56 Centros de Língua Portuguesa. A sua rede é constituída por 389 docentes. Promove ainda a formação específica para quadros da administração pública e empresas em países onde o português é língua de trabalho, língua de comunicação, língua de ciência, língua de Direito, língua de Diplomacia, língua de negócios, língua de turismo. Os programas de cooperação neste âmbito abrangiam, em 2007/2008, 23 instituições, 43 cursos e 687 formandos em Timor-Leste, África do Sul, S. Tomé e Príncipe, Tunísia e Argélia<sup>183</sup>.

Além deste meritório papel na origem da educação escolar das crianças, o Instituto Camões concede centenas de bolsas escolares que permitem o intercâmbio de estudantes que tenham particular interesse na língua portuguesa, nomeadamente entre países lusófonos. O IC coordenada igualmente as actividades culturais da rede diplomática e consular nacional através de generosos planos de actividades que podem atingir mais de 900 projectos (2008).

Fora do espaço lusófono, Portugal assina desde 1954, diversos acordos culturais com outros países tendo até hoje, cerca de 75 acordos com países externos à lusofonia, nomeadamente no continente europeu.

A língua portuguesa também tem ganho especial relevo nas organizações internacionais sendo uma discussão vulgar a promoção desta junto da ONU para a tornar uma das línguas de trabalho da maior organização internacional. Para já, o IC tem promovido a formação de diversos intérpretes e tradutores para organizações onde o português é língua de trabalho como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Southern African Development Community (SADC), a União Africana (UA) ou o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). À semelhança da estratégia bem delineada pelo *Soft Power* americano, Portugal fornece junto destas organizações internacionais, cursos de língua portuguesa além de mostras de actividades culturais de promoção da realidade nacional.

Actualmente, o IC trabalha na fomentação de uma *network* que mantenha todos os centros de língua portuguesa ligados e que promovam de forma mais eficaz a língua e cultura portuguesas junto de regiões do globo que por razões estratégicas são de uma forma ou outra altamente prioritárias. Falamos aqui de uma perfuração junto da zona do Magrebe, África subsariana, países da ASEAN ou

---

<sup>182</sup> Ver Anexo I, Missão do Instituto Camões.

<sup>183</sup> Cfr. Site Oficial do Instituto Camões, <http://www.instituto-camoes.pt/>.

zona do Golfo Pérsico. Manter a língua portuguesa visível e manter relações com outras instituições de diplomacia cultural, são para já dois objectivos prioritários a que Portugal está particularmente atento numa teia estratégica que vai muito mais além da simples promoção linguística numa lógica de longo-prazo.

Com uma estratégia cada vez mais massificada e bem delineada, a língua portuguesa é vista como meio preferencial para expandir o *Soft Power* nacional, permitindo que as gerações mais novas mantenham contacto com a língua dos seus pais, favorecendo a integração destas num ambiente de negócios que possa vir a envolver Portugal e fomentando não só a promoção da língua com o seu ensino mas também da cultura portuguesa<sup>184</sup> e dos elementos que a tornam “sedutora” na acepção de Nye sobre este termo.

## 5. Desafios para este século

### 5.1. A língua portuguesa como factor imprescindível

A falta de um efectivo mercado cultural faz com que Portugal pareça transformar “a procura das raízes” no “prosseguimento do nosso destino”<sup>185</sup> e esse destino esbate na dependência da comunidade dos portugueses que somos pela língua, na óptica do Professor José Adelino Maltez. A falta de um efectivo mercado cultural impõe uma ascensão da língua enquanto mecanismo de promoção do país e da sua imagem.

Não pretendemos com a definição de um esboço estratégico regressar às marcas repescadas do passado. A combinação daquilo que se entendem como novos e velhos factores de poder<sup>186</sup> são, no contexto da Globalização o mais frequente comportamento para a criação e afirmação de identidades e etnicidades distintas e mutáveis. As identidades específicas e com elas, os nacionalismos culturais, surgem como resposta estratégica ao desejo de autonomia<sup>187</sup> sendo que, no caso português, essa autonomia está garantida passado a intenção sobretudo pela maximização do valor dessa identidade na sociedade. Este nacionalismo é construído a partir de sentimentos e de pertenças comuns, o “ancoradouro básico”<sup>188</sup> num mundo de instabilidades comuns.

Durante as últimas década, tem-se tido notória a percepção que as línguas podem ser igualmente passíveis de serem utilizadas como instrumentos estratégicos não só por parte dos países, mas também enquanto parte das organizações internacionais. Sendo a terceira língua mais falada com

---

<sup>184</sup> Nesta área, segundo o seu sítio na internet, o Instituto Camões actua principalmente como agente congregador de esforços, tendo em conta a sua missão de orientação e coordenação da política cultural externa de Portugal. A sua realização passa, nomeadamente, pela orientação e financiamento da programação cultural realizada pela rede diplomática e pelos seus Centros Culturais (19) e Centros de Língua (44) em todo o mundo, apoiando as actividades de terceiros no esforço da internacionalização da cultura portuguesa, não deixando, no entanto, de promover, a outra escala, actividades próprias, pensadas em formato de itinerância de acordo com as prioridades geopolíticas definidas governamentalmente.

<sup>185</sup> Cfr. MALTEZ, José Adelino, “As Raízes e o Destino da Cultura Portuguesa”, in **Boletim da Academia Internacional da Cultural Portuguesa**, nº17, 1990, p.105.

<sup>186</sup> Cfr. MOREIRA, Carlos Diogo, “A Questão do Nacionalismo”, Palestra no âmbito do Fórum das Ciências Sociais, ISCSP.

<sup>187</sup> Cfr. Idem.

<sup>188</sup> Cfr. Idem, *ibidem*.

Rui Miguel Rebelo Alves

sede na Europa, o papel do português junto da promoção da UE, a par do seu papel na CPLP, é um vector imprescindível para as estratégias demarcadas para o presente século. O crescimento populacional, especialmente no Brasil, tenderá a favorecer ainda mais o crescimento da língua portuguesa que deve manter a sua aproximação às gerações mais novas.

Contudo, o grande condutor destas políticas terá de ser inevitavelmente o Estado. Segundo um estudo recente levado a cabo pelo ISCTE, a língua portuguesa terá um valor económico equivalente a 17% do Produto Interno Bruto<sup>189</sup>, naquela que foi a primeira avaliação quantitativa da língua portuguesa. A procura actualmente existente em África ou na China como vista à aprendizagem do português, prende-se em grande escala com interesses económicos e comerciais coincidindo geograficamente com os grandes mercados emergentes e com os quais Portugal deve fomentar relações comerciais privilegiadas numa altura em que o sector exportador pode e deve ser o grande veículo para a retoma económica do país num período de grande fragilidade financeira e em que a credibilidade nacional atravessa um grave problema.

A nível europeu, Portugal toma parte importante em organizações que promovem o diálogo intercultural e a promoção linguística dos Estados-Membros<sup>190</sup>. Através do IC, Portugal faz parte do European Union National Institutes for Culture (EUNIC) e do European Federation of National Institutions for Language (EFNIL), organizações que zelam pela promoção de uma identidade europeia baseada na "unidade na diversidade", slogan cultural da União e valor transversal à preservação da identidade cultural dos países membros da UE.

Será por isso fazer uma análise integrada dos diversos cenários de inserção geopolítica sendo que a principal dificuldade tem passado sobretudo por esta difícil análise prospectiva dos diversos contextos mas que se deve manter irredutível mesmo quando os sinais negativos começarem a aparecer.

A difícil constatação dá-se pelo enorme desfasamento entre aquilo que é dito no discurso político e aquilo que é efectivamente levado a cabo na prática tendo em conta os óptimos recursos da universalidade da cultura e da língua portuguesa, embora o Programa de Governo, contemple um capítulo só dedicada à internacionalização da língua portuguesa<sup>191</sup>. Esta importância extrema dada à língua prende-se com a sua relevância como marca universal da identidade nacional e pólo agregador de interesses políticos, culturais e económicos. Uma "janela de oportunidades" para o mundo promovendo o interesse nacional. O que foi feito até agora será sempre pouco tendo em vista o fraquíssimo desenvolvimento económico do país nos últimos tempos. A pouca noção de uma estratégia de longo-prazo e a incapacidade de valorizar a diplomacia cultural como parte de um *cluster* diplomático de interesse nacional são factores que podem custar muito caro ao país remetendo-o para o crónico insucesso em que parece estar condenado a viver.

## 5.2. Uma estratégia nacional para o mar

---

<sup>189</sup> Cfr. "Língua Portuguesa representa 17% do PIB", disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20081119.htm>, consultado a 16 de Setembro de 2011.

<sup>190</sup> Cfr. TELES, Ana Filipa, *op.cit.*, nota 166, p. 7.

<sup>191</sup> Ver Anexo II. O Programa de Governo mencionado, reporta para o governo agora demissionário e será extremamente interessante analisar a manutenção destes objectivos estratégicos tendo em vista o novo executivo previsto para Junho.

Embora tenham sido visíveis algumas desvantagens na posição geográfica portuguesa, nomeadamente no que toca a constituição do chamado “sentimento de ilhéu”<sup>192</sup>, o mar, constituiu-se com a grande “matéria-prima” entre os séculos XV-XVIII<sup>193</sup>, sendo urgente a sua recuperação no quadro económico actual.

Em relação a esta temática, Portugal tem uma Estratégia Nacional definida a 10 anos, tendo começado em 2006 por altura do XVII Governo Constitucional<sup>194</sup>. Embora não estejam definidos elementos propriamente estratégicos ou diplomáticos neste tipo de estratégia, está contemplado um aproveitamento muito mais capaz e de acordo com o potencial atlântico de Portugal em relação à sua Zona Económica Exclusiva (ZEE)

Sendo assim, foram lançadas as bases para a discussão de como o mar poderá tornar-se num dos principais factores de desenvolvimento do País, se devidamente explorado e salvaguardado. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelo Governo, define como uma das suas linhas de acção o aproveitamento do oceano enquanto factor de diferenciação e desenvolvimento. Adicionalmente, o Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008, guiou para a concretização das linhas de orientação constantes da Estratégia de Lisboa, reconhecendo que o oceano é um factor diferenciador de referência e uma oportunidade para colocar Portugal no centro de uma rede económica de criação de valor associado ao mar. No entanto, são igualmente conhecidos constrangimentos e desajustamentos que não têm permitido colocar este potencial ao serviço do desenvolvimento económico e social.

É necessário que se definam os mecanismos que possibilitem tirar o melhor partido dos recursos disponíveis, conhecer o património marinho promovendo a sua utilização e preservação, recuperar e tornar economicamente viável de forma sustentável a exploração dos recursos naturais depauperados, resolver os problemas de conflitos sectoriais nas utilizações do mar e apostar nas novas actividades em que Portugal possa ser competitivo, diferenciando-se e aproveitando as oportunidades que se lhe apresentem<sup>195</sup>. Só é possível dinamizar uma economia do mar forte, moderna e sustentada através da clarificação e da transparência dos processos de licenciamento das actividades, bem como da criação de mecanismos de atracção de investimento baseados em informação sólida e credível. Além disso, as naturais preocupações com o problema do controlo e fiscalização de actividades ilegais num contexto de globalização<sup>196</sup> fazem com que esta preocupação com meio marítimo seja mais vincada, assim como todas as missões relacionadas com a segurança colectiva e cooperação internacional ao nível militar.

Um dos maiores desafios na formulação de uma estratégia nacional para o mar resulta da dificuldade em avaliar a situação actual e prever os potenciais desenvolvimentos. A verdade é que até agora, e estando precisamente a meio do desenvolvimento desta estratégia começada em 2006, está-se ainda

<sup>192</sup> Cfr. **BALÃO**, Sandra Rodrigues, *op.cit.*, nota 147 p.140.

<sup>193</sup> Cfr. *Idem*, p. 141.

<sup>194</sup> Ver Anexo III.

<sup>195</sup> Cfr. *Estratégia Nacional para o Mar*, Ministério da Defesa Nacional, disponível em <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Mar/estrategia/>, consultado a 26 de Janeiro de 2011.

<sup>196</sup> Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, *op.cit.*, nota 147 p.161.

bastante longe de poder avaliar com segurança os resultados da política definida e das medidas postas “em marcha”.

Uma vez mais a grande questão passa por elevar o discurso político à acção num recorrente comportamento da História recente ao nível nacional.

Incompreensível? Certamente. A maior ZEE do mundo, ao dispor de um Estado integrado e moderno, continua a ser barbaramente ignorado por via de uma letargia institucional que vai ao encontro da intrínseca falta de espírito capitalista do povo português e que apesar do discurso político se vê tremendamente desfasado da realidade. Aqui será importante recuperar o paradoxo enunciado pelo Professor Eduardo Lopes Rodrigues quando refere o papel do Estado Membro enquanto regulador do meio concorrencial ao mesmo tempo que terá sempre um papel de violador das regras se tais comportamentos forem desferidos contra as máximas europeias.<sup>197</sup>

Nos últimos tempos e mais recentemente na campanha eleitoral para a eleição do Presidente Cavaco Silva para um segundo mandato, foi mesmo posta a hipótese de ser criado um Ministério do Mar. Esta discussão tem sido vulgar e coincide com o facto de Portugal deter a maior ZEE da Europa e uma das maiores do mundo. Para alguns países, este seria motivo suficiente para que grande parte da sua economia se centrasse em redor do oceano. Contudo, em Portugal, a vontade política, o corporativismo de certos sectores da sociedade e a incapacidade logística aliados a restrições comunitárias, retardam a eleição deste “nicho” geopolítico como factor de referência na evolução económica do país<sup>198</sup>.

Os caminhos da reafirmação nacional, revelam-se extremamente complexos e tortuosos pelas razões estruturais de um mundo globalizado onde qualquer estratégia nacional deve estar enquadrada segundo as necessidades do mundo. É uma consequência visível da Globalização sendo que os operadores económicos visam cada vez menos as estratégias de investimento nos Estados-Nação preferindo assumir esse comportamento numa lógica regional<sup>199</sup>, dificultando de forma ainda mais acentuada o próprio papel do Estado enquanto actor independente. Os mercados internos são cada vez mais restritos e as regiões politicamente demarcadas têm essa mais valia de serem economicamente emancipadas.

A modernização surge indefectivelmente como uma tomada de consciência nacional, devendo-se questionar o papel do Estado como entidade própria no seu desenvolvimento económico ao mesmo tempo que emprega traços distintivos com os seus vizinhos<sup>200</sup> e nesta estratégia de diferenciação impõe-se mais do que nunca o envolvimento da cultura nos factores distintivos de cada um<sup>201</sup>.

---

<sup>197</sup> O mesmo autor refere que os problemas com que Portugal se confronta hoje, eram previsíveis há 10 anos. “O problema não está na nossa decisão de nos termos candidatado a pertencer à UEM/Europa, e, de termos sido bem sucedidos. O problema residiu em não termos tido as políticas adequadas para aumentar, de forma sustentada, e, em todas as vertentes, a competitividade real do País.”

<sup>198</sup> Cfr. **SOARES**, Carla, “Cavaco defende Ministério do Mar”, disponível em, [http://www.jn.pt/eleicoes/presidenciais2011/Interior.aspx?content\\_id=1757278](http://www.jn.pt/eleicoes/presidenciais2011/Interior.aspx?content_id=1757278), consultado a 5 de Fevereiro de 2011.

<sup>199</sup> Cfr. **DIECKOFF**, Alain, *A nação em todos os seus estados: as identidades nacionais em movimento*, Instituto Piaget, 2005, p.34.

<sup>200</sup> A este respeito, Walter Connor aponta que a percepção da diferença aumenta igualmente o grau de consciência cultural numa “progressão dos meios de comunicação e de transporte” fruto da Globalização

<sup>201</sup> Cfr. **DIECKOFF**, Alain, *op.cit.*, nota 199 p. 37.

Rui Miguel Rebelo Alves

## CONCLUSÕES

*“Só podemos pensar a Europa, pensando em português, porque só podemos atingir o universal europeu através da nossa diferença, enraizada na história. A não ser que se tente um revisionismo de repúdio da nossa própria história, negando a memória e o projecto daquilo que Almerindo Lessa qualificava com o abraço armilar que, aliás, constitui o cerne do nosso símbolo nacional”*

José Adelino Maltez in *Pensamento da Ciência Política e Introdução à Teoria Política*, 2ª Edição, ISCSP, Lisboa, 1996.

Uma boa dissertação é antes de mais, aquela que nos permite tirar conclusões válidas para o meio científico onde nos inserimos e será portanto indispensável pensar naquilo que foi aqui relatado através de uma análise e aquela que parece ter sido a realidade da acção política do Estado. A delimitação de alguns objectivos específicos dentro desta dissertação proporcionou a inevitabilidade da pluridisciplinaridade<sup>202</sup> e a verdade é que tal foi alcançável graças à convergência de abordagens tanto na área da Ciência Política, Relações Internacionais, História, Sociologia ou Geografia, consultadas para a elaboração deste documento.

A necessidade de saber se o *Soft Power* poderia ser uma ferramenta de referência para os Estados na prossecução dos seus objectivos, foi inteiramente legitimada. Depois da operacionalização do conceito e depois de estudar a sua aplicação prática no caso português, temos a certeza de que, quando bem utilizado, este pode representar e construir uma ferramenta do poder com enorme potencial para os governos nacionais nomeadamente tendo em vista a execução de uma estratégia de longo-prazo, face às alterações que a Globalização tem promovido ao longo dos anos tanto ao nível económico como ao nível social. A intencional resenha histórica de Portugal fundamentou a afirmação de que o país está mais do que preparado para fazer face aos desafios do futuro mas necessitará de uma política mais autónoma e menos dependente dos círculos supra-nacionais.

A nível geral, tendo como objectivo último o desenvolvimento da economia nacional, não há críticas centradas na falta de investimento no seu global. A grande questão parece residir na qualidade desse investimento. Pela sua posição favorável de Estado-Membro da UE e pelo natural desenvolvimento socioeconómico do país, foi proporcionado a Portugal um índice de investimento muito alto mas desproporcionado a muitos níveis como reflecte a este respeito, o Professor Vítor Santos<sup>203</sup>:

- O Estado investiu mais em infra-estruturas e hardware e menos no conhecimento e no software;

---

<sup>202</sup> Cfr. **SILVA**, Augusto Santos, **PINTO**, José Madureira, “Uma Visão Global sobre as Ciências Sociais”, in *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª Edição, Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, 1986, p. 25.

<sup>203</sup> Cfr. **SANTOS**, Vítor, “Crescimento e Competitividade em Portugal”, edição do autor, texto policopiado ISEG, 2011.

Rui Miguel Rebelo Alves

- As empresas investiram prioritariamente em edifícios e equipamentos e não na organização e na inovação;
- As próprias famílias cuidaram mais da habitação e do automóvel do que da educação.

Esta dinâmica global, contudo, tem uma abrangência heterogénea na medida em que a sua fórmula única de actuar não leva em consideração as peculiaridades de cada país. Desta forma, o seu impacto será determinado, por um lado, pela intensidade com que o processo de Globalização ocorre numa dada nação e, por outro, pela capacidade de reacção dessa nação frente aos imperativos globais<sup>204</sup>. Essa dialéctica irá acabar por reflectir, de forma inequívoca, a posição que cada nação possui na hierarquia mundial e por conseguinte, os impactos mais ou menos negativos da Globalização.

Uma das consequências poderá ser a assustadora eficácia dos actores do mercado financeiro global e que acabam por decidir sobre o destino de nações inteiras. Com efeito, os “julgamentos” das agências internacionais sobre os riscos dos países, podem custar muito a essas nações, desprovidas de qualquer capacidade de ingerência nesse processo ao contrário do que sucede com os primeiros. Nesse sentido, a sujeição às directrizes do mercado financeiro global torna-se um assalto à democracia<sup>205</sup>, além de colocar em risco as conquistas sociais do século XX, na medida em que caberia ao Estado-nação a protecção dos direitos básicos dos indivíduos mediante a promoção de políticas públicas e económicas.

### A ausência de Estratégia Nacional

Nos documentos que promovem o turismo português, Portugal é descrito como tendo altas vantagens competitivas ao nível da qualidade de vida, do acesso estratégico a mercados ou da força de trabalho qualificada e flexível. Contudo, será curioso que no mesmo patamar aparecem factores como o clima, património natural e cultural e sobretudo, a experiência global e inter-cultural<sup>206</sup>.

Portugal celebrou em 2010, 81 anos de iniciativas de diplomacia cultural e 18 anos de existência do IC. Apesar dos óbvios esforços no sentido de promover a língua portuguesa, a verdade é que para a maior parte das pessoas, a estratégia de *Soft Power* é ainda pouco conhecida na sua generalidade, não sendo por isso, o alvo da massificação que deveria partir de dentro para fora. A falta de visibilidade deste tipo de políticas é, por isso, a principal crítica sendo que a sua menção através dos canais mediáticos por parte dos intervenientes políticos é cada vez mais vulgar embora isso na prática não se verifique. Por exemplo, será interessante notar que, no ano passado, o orçamento para o IC foi menos de 15 milhões de euros, números ridículos para um Instituto que vale muito mais do que a sua simples promoção linguística e que tem cada vez mais dificuldade em responder à crescente procura que se

---

<sup>204</sup> Cfr. SCHNEID, Cintia Maria, “O Impacto da Globalização na Elaboração de Políticas Públicas Urbanas: Uma Possibilidade de Aproximar a Cidade e a Cidadania”, texto policopiado, p. 1392, disponível em [http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/cintia\\_maria\\_scheid.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/cintia_maria_scheid.pdf), consultado a 23 de Dezembro de 2011

<sup>205</sup> Cfr. Idem, p. 1395.

<sup>206</sup> Cfr. Ministério da Economia e da Inovação, “Portugal. Mais do que imagina”.

Rui Miguel Rebelo Alves

tem verificado nos últimos tempos e que provavelmente se poderá continuar a verificar com a melhoria do ambiente de negócios no exterior e com a contínua aposta de Portugal no sector das exportações. Além da necessidade premente de manter o instrumento linguístico como principal vector do *Soft Power*, Portugal tem necessidade de uma constante análise *ex-ante* das suas políticas para de forma assertiva, implementar estratégias eficazes e fazer um *benchmarking* de todas as políticas semelhantes que são implementadas em casos de sucesso com o espanhol, o alemão e claro está o caso dos EUA.

Para isso dever-se-á fomentar um debate sério quanto às questões do interesse nacional, deixando de fora o carácter eminentemente retórico da questão, estabelecendo-se qual o verdadeiro papel de Portugal no mundo e qual a sua missão para este século. Só com a criação de objectivos bem definidos e com a mentalização dos parceiros privados para a importância da promoção nacional é que Portugal poderá voltar a ter uma palavra a dizer enquanto Estado e enquanto ente autónomo da realidade internacional com uma necessidade cada vez maior de se afirmar pelas suas próprias armas sem que tenha de depender de contextos ou organizações acima de si. A estrutura diplomática do Estado moderno tem hoje uma acção comum na busca dos interesses eminentemente económicos. A existência de políticas reforçadas ao nível da diplomacia pública e cultural devem em grande medida reforçar o vector económico cujas estratégias privadas podem e devem estar em consonância com o interesse nacional até porque não nos esqueçamos que a prática de políticas se *Soft Power* têm a vantagem de não se preocuparem com a opinião pública e com a popularidade em si já que esta não é a finalidade essencial deste comportamento político do Estado<sup>207</sup>.

Clarificar a questão da *marca Portugal* seria igualmente interessante sendo parte integrante desta mesma parceria fortalecida entre entidades públicas e privadas em busca de um objectivo comum.

Para além desta sensibilização, deverá existir uma maior interligação entre organismos, as câmaras de comércio e associações de empresários de forma a desenvolver um esforço coordenado de divulgação internacional da marca Portugal e de modo a aumentar a taxa de notoriedade internacional. Como qualquer actividade económica, esta estratégia exige confiança e investimento por parte de quem acredita num projecto, sintetizada por Cynthia Schneider quando esta defende que o “*Soft Power* requires hard dollars”<sup>208</sup>. É um investimento elevado com riscos que valerão a pena correr sobretudo se pensarmos nos efeitos de longo-prazo que uma política bem conseguida pode perpetuar para o futuro enquanto plano integrado de cultura e economia em simultâneo.

Este novo modelo de diplomacia para ser implementado parece dever ter em conta uma estratégia nacional acima de interesses partidários e corporativistas e que corresponda a um projecto de longo prazo que contribua para a melhoria do relacionamento internacional de Portugal, para o aumento da competitividade das nossas empresas, para o prestígio internacional e valorização da marca Portugal no mercado global em que a competitividade dos Países se mede cada vez mais pelos seus factores

---

<sup>207</sup> Cfr. **NYE**, Joseph S., *op.cit.*, nota 12, p. 18.

<sup>208</sup> Cfr. **SCHNEIDER**, Cynthia P., *Culture Communicates: US Diplomacy That Works*, in *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*, Ed. Jan Melissen, Hampshire, Palgrave Macmillan, 2007, p.163.

intangíveis como o seu *Brand State*, os Recursos Humanos e as empresas nacionais com capacidade e vontade de internacionalização.

Apesar de poder vir a ser um processo demorado, é preciso ter presente que a capacidade para resolver de forma sustentada os desafios da competitividade real do país, será sempre necessário não só o Estado mas também todo o sector empresarial e de uma forma geral todas as forças vivas da sociedade<sup>209</sup> aproveitando o que Nye refere como “soft power of their own”<sup>210</sup> e canalizado essas forças privadas para os objectivos políticos.<sup>211</sup>

Na actualidade, todos os países para serem competitivos e conseguirem assim atrair empresas e capital terão de apostar na conjugação dos factores tradicionais (recursos naturais e na mão-de-obra) com os factores aportados pela Globalização (conhecimento e inovação). Da conjugação destes factores nasce o novo modelo de competitividade dos territórios<sup>212</sup>. Estes terão de passar a apostar no que têm de específico, que não seja facilmente transmissível para as outras regiões, abandonando a tradicional diferenciação territorial do mercado assente no factor crítico da distância. Potenciar a especificidade parece um trunfo maior do que a singularização da universalidade embora a globalização pareça ditar o caminho contrário. É imperiosa esta definição ao mesmo tempo que nos colocamos sempre que possível no lugar do outro, de todos e de cada um, “ponderando as múltiplas formas culturais de alusão, *overstatement* e *understatement*”<sup>213</sup>, os sistemas de referência estranhos. A evocação do conceito de “nacionalismo na globalização” terá como vantagem o regresso aos projectos nacionais de forma a contrariar o inevitável parcelamento económico. Não deixa de ser verdade que a globalização difunde os princípios básicos da economia e dos direitos do Homem, generalizando comportamentos e proporcionando o erguer de uma civilização mundial<sup>214</sup>. Contudo, existem fragmentos e crises irremediáveis com o actual paradigma a que juntam o paradoxo do nacionalismo proveniente da “singular dialéctica entre semelhança e diferença”<sup>215</sup>. Menores as diferenças que separam os homens neste contexto altamente globalizado e mais aguçadas serão as intenções nacionalistas dos povos e que a certo nível, nomeadamente no que diz respeito ao estado económico em que se encontra o mundo, deverão sofrer um agravamento.

### Estado ou mercado?

A necessidade de saber, enquanto pergunta de partida, se o Estado deveria ter um papel mais relevante no actual contexto económico, é igualmente passível de ser respondida afirmativamente.

<sup>209</sup> Cfr. RODRIGUES, Eduardo Raúl Lopes, *op.cit.*, nota 86, p. 122.

<sup>210</sup> Cfr. NYE, Joseph S., *op.cit.*, nota 12, p. 17.

<sup>211</sup> Para Nye, a capacidade de criar um *cluster* de interesses políticos e privados é um sinal de inteligência por parte do poder instituído, nomeadamente numa era de informação global onde qualquer mensagem tem hipótese de circular a uma velocidade estonteante.

<sup>212</sup> Cfr. ALVES, António Joaquim da Fonseca Salvado, “A competitividade dos territórios num contexto de Globalização: Uma Utopia ou uma Realidade”, p.8, disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/509.pdf>, consultado a 6 de Janeiro de 2011.

<sup>213</sup> Cfr. MOREIRA, Carlos Diogo, *op.cit.*, nota 76, p. 35.

<sup>214</sup> Cfr. DIECKOFF, Alain, *op.cit.*, nota 199 p.25.

<sup>215</sup> Cfr. Idem, p. 28.

Rui Miguel Rebelo Alves

Parece hoje haver amplo consenso relativamente à inadequação de conceber o Estado e o Mercado, como sendo dois mecanismos alternativos de afectação de recursos. De facto, no debate sobre o papel que o Estado deve ter relativamente ao funcionamento do sistema económico, as posições extremas de natureza liberal, ou as posturas excessivamente voluntaristas, que não reconhecem ao mercado virtualidades como mecanismo de afectação de recursos, tendem a não reunir a aceitação da generalidade dos cidadãos.

A grande maioria dos políticos, líderes de opinião e economistas tendem a considerar Estado e mercado como sendo dois quadros institucionais complementares<sup>216</sup> já que existe hoje um amplo consenso em torno de uma concepção em que se atribui aos agentes económicos privados e à sociedade civil, o protagonismo essencial no processo de desenvolvimento económico mas em que se reconhece que os mercados exibem imperfeições no seu funcionamento que exigem, por parte dos governos, a adopção de alterações de natureza institucional, de regulamentos ou a utilização de instrumentos de política económica que permitam corrigir os fracassos de mercado.

Parece-nos também relevante realçar que, face ao novo contexto de Globalização crescente, passa a existir uma contradição entre o âmbito transnacional das actividades económicas e a jurisdição nacional que está ainda subjacente às políticas económicas ou, adoptando a terminologia de Robert Gilpin e Immanuel Wallerstein existe um desajustamento entre a transnacionalização das economias e a manutenção de um sistema de Estados competitivos<sup>217</sup>, sendo urgente a criação de mecanismos que permitam ao Estado uma maior liberdade quanto às suas políticas económicas.

Nesta perspectiva e tal como enunciado ao longo da dissertação, justifica-se uma reflexão prospectiva sobre as novas formas de regulação da economia global e os eventuais efeitos que esta reformulação terá sobre os Estados-Nação. Escolhemos por isso três questões que poderão servir para debate futuro e que resumem em grande medida as conclusões desta dissertação:

- Vamos assistir à desagregação dos Estados, tal como hoje os conhecemos, ou será que a gestão das tensões será feita ao nível dos grandes blocos regionais emergentes?
- Será que os blocos regionais são uma primeira tentativa no sentido de garantir a regulação global ou, antes pelo contrário, estamos a assistir ao aparecimento de um mundo de blocos regionais fechados?
- Será que a Globalização é um fenómeno irreversível ou, antes pelo contrário, iremos assistir a um retorno ao protecçãoismo?

Estas questões serão aquelas que nos parecem mais passíveis de gerar uma futura discussão sobretudo a um nível cada vez mais económico já que as conclusões evidenciadas direccionam-se sobretudo para essa complementaridade cada vez mais evidente entre a acção política e a acção económica, evidente na análise do Professor Adriano Moreira quando este refere que um dos

---

<sup>216</sup> Cfr. **SANTOS**, Vítor, *Novos Temas das Políticas Públicas*, edição do autor, texto policopiado, ISEG, 2011, p. 16.

<sup>217</sup> Veja-se, a este propósito, **GILPIN**, Robert, *Challenge of Global Capitalism*, The University Press Group, 2002.

Rui Miguel Rebelo Alves

processos da luta pelo Poder, baseados no modelo de Althusser, seria a “invasão” da tecnocracia civil para suscitar esta relação mútua, mesmo que contrária ao pensamento liberal<sup>218</sup>.

Apesar das mutações induzidas pela consolidação de uma nova ordem económica internacional contribuir para alterar o papel económico e político dos territórios nacionais, não nos parece, tal como consideram alguns analistas, que estejamos a assistir a um processo de desagregação do Estado-Nação mas apenas à reavaliação da sua autonomia e dos seus processos de sustentabilidade. No sentido de dar resposta a fracassos de mercado de âmbito global (processo de decisão das empresas multinacionais, fenómenos ambientais) como seja, por exemplo, o problema do aquecimento global, as temáticas que são discutidas e negociadas no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou a nível regional (todos os problemas suscitados pelas diferentes modalidades de integração regional, como seja, apenas para dar um exemplo, o caso concreto da UE), os governos nacionais tendem, cada vez mais, a “transgovernamentalizar-se” e a desenvolver um processo de internacionalização da tomada de decisão, muito baseado na aplicação do princípio da subsidiariedade.

Na verdade, a grande conclusão a retirar deste trabalho é a capacidade de o Estado, mesmo num contexto economicamente assente no modelo neo-liberal, conseguir ter influência no crescimento económico do país, utilizando por isso uma acção política devidamente contextualizada e adaptada às circunstâncias. É provável que estas respostas nos conduzam à elaboração de um novo nacionalismo ao nível económico. A evidência de que a Globalização conduziu os Estados de segundo nível ao estrito cumprimento da convergência de interesse das grandes potências económicas, cria o desencanto natural de quem está vedado a uma estratégia própria e de quem pouco ganhou com a liberalização do comércio mundial. A ideia veiculada pelo Professor Carlos Diogo Moreira de que “todos são iguais, mas uns são mais iguais do que outros”<sup>219</sup> é a relação que o “nacionalismo comercial” tem em comum com o nacionalismo clássico e a verdade é que as implicações se traduzem na ordem interna do país, questionando-se a verdadeira residência do poder político, onde se perdeu e aquilo que ganhou. A criação da União Europeia, encarada “ingenuamente” como um antídoto contra os nacionalismos sub-estatais internos ao próprio Estado parece vítima das próprias contradições económicas que o mundo atravessa neste momento, deixando para segundo plano as questões étnicas e culturais. A verdade é que hoje e enquanto se escrevem estas páginas, a soberania económica do Estado deixou de ser garantida pela simples pertença a um mundo globalizado e interdependente, exigindo-se de forma sustentada o regresso do Estado ao seu papel regulador ao nível económico, o aspecto mais importante da sua acção nos dias de hoje.

---

<sup>218</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *op.cit.*, nota 2, p. 170.

<sup>219</sup> Cfr. MOREIRA, Carlos Diogo, *op.cit.*, nota 186

Rui Miguel Rebelo Alves

## BIBLIOGRAFIA

### Obras relevantes para a investigação

ALMEIDA, Cátia dos Santos Paulino Ribeiro de, *A marca Portugal vista por correspondentes de meios de comunicação social estrangeiros*, ISEG, Lisboa 2008.

ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *Do Poder do Pequeno Estado*, ISCSP, Lisboa, 1990.

ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de, *Ensaio de Geopolítica*, ISCSP, Lisboa, 1994.

ALVES, Ana, *China's Lusophone Connection*, SAIIA, Joanesburgo, 2008.

ALVES, António Joaquim da Fonseca Salvado, "A competitividade dos territórios num contexto de Globalização: Uma Utopia ou uma Realidade", consultado electronicamente.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas*, 7ª edição, Edições 70, Lisboa, 2005.

AZEVEDO, Ana Maria, "Portugal – Brasil: 500 anos para redescobrir a História", in Embaixador KNOPFLI, Francisco (coord), *As Políticas Exteriores de Brasil e Portugal – Visões Comparadas*, ISCSP, Lisboa, 2004.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira, AZEVEDO, Ana Gonçalves de, *Metodologia Científica – Contributos Práticos para a Elaboração de Trabalhos Académicos*, texto policopiado.

BARRETO, António, *Tempo de Incerteza*, Relógio d'Água editores, Lisboa, 2002.

BAYLIS, John, SMITH, Steve, *The Globalization of World Politics*, 2ª edição, Oxford University Press, Oxford, 2001.

BHAGWATI, Jagdish, *In Defense of Globalization*, Oxford University Press, New York, 2004.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *A Fórmula do Poder: Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, ISCSP, Lisboa, 2001.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, "Comunicação, Secretismo e etnocentrismo Global", in MARTINS, Manuel Meirinho, *Comunicação e Marketing Político – Contributos Pedagógicos*, ISCSP, Lisboa, 2006

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, "Economic Diplomacy Networks: The Portuguese Casa", in COSTA, Carla Guapo (org), *New Frontiers for economic diplomacy – Some contributions on strategic issues based on the international conference "New Frontiers for Economic Diplomacy"*, ISCSP, Lisboa, 2009

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo, Uma Visão Analítica*, texto policopiado, ISCSP, Lisboa, 2008.

Rui Miguel Rebelo Alves

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, "Portugal e o Mar na definição da Política Global", in MARTINS, Manuel Meirinho (coord), *Comunicação e Marketing Político – Contributos Pedagógicos*, ISCSP, Lisboa, 2007.

BERRIDGE, *Diplomacy – Theory and Practise*, 3ª Edição, Palgrave Macmillan, New York, 2005.

BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan: uma introdução à política externa dos Estados modernos*, ISCSP, Lisboa, 2001.

BESSA, António Marques, *Quem Governa? Uma análise Histórico-Política do Tema da Elite*, ISCSP, Lisboa, 1993.

BRUBAKER, Rogers, *Nationalism Reframed – Nationhood and the national question in the New Europe*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

CHACON, Vamireh, *O futuro político da Lusofonia*, Verbo, Lisboa, 2002.

CLEGG, Stewart R., COURPASSON, David, PHILLIPS, Nelson, *Power and Organizations*, Sage Publications, Londres, 2006.

CLINE, Ray S. e NITZE, Paul H, *The Power of Nations in the 1990's: A Strategic Assessment*, University Press of America, 1994.

COSTA, Carla Guapo da, *A Cultura Como Factor Dinamizador da Economia*, ISCSP, Lisboa, 2005.

COSTA, Carla Guapo da (org), *New frontiers for economic diplomacy: some contributions on strategic issues based on the International Conference*, ISCSP, Lisboa, 2009.

COSTA, Carla Guapo (org), *Public policies as a privileged instrument to promote competitiveness: the case of a small open economy in a globalized arena*, ISCSP, Lisboa, 2010.

DEUTSCH, Karl, *The Nerves of Government*, Collier Macmillan Publishers, Londres, 1966.

DIAS, Jorge, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1960

DIAS, Jorge, *Estudos de Antropologia*, Volume II, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

DIECKOFF, Alain, *A nação em todos os seus estados: as identidades nacionais em movimento*, Instituto Piaget, 2005.

DURKHEIM, Émile, *As Regras do Método Sociológico*, 5ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1993.

FERRO, Marc, *A I Guerra Mundial*, 2ª Edição, Edições 70, Lisboa, 1990.

FRASER, Matthew, *Weapons of Mass Distraction: Soft Power and American Empire*, St. Martin's Press, 2005.

Rui Miguel Rebelo Alves

FUKUYAMA, Francis, *O fim da história e o último homem*, Gradiva Publicações, Lisboa, 1999.

GILPIN, Robert, *Challenge of Global Capitalism*, The University Press Group, 2002.

GILPIN, Robert, *US Power and the multinational corporation*, New York, 1980.

HOLSTI, K.J. *International Politics – A Framework for analysis*, 7ª edição, Prentice-Hall, New Jersey, 1995.

HUNTINGTON, Samuel, "Political development and political decay", in *World Politics*, vol. 17, nº 3, 1965.

JACINTO, José Luís de Moura, *A Nudez do Político*, ISCSP, Lisboa, 2004.

JESSUP, Philip, *Transnational Law*, Yale University Press, New Haven, 1956.

KEOHANE, Robert O., *Theory of World Politics*, consultado electronicamente.

KRASNER, Stephen D., *Approaches to the State: Alternative Conceptions and Historical Dynamics*, Comparative Politics, Volume XVI, nº 2, 1984.

KURLANTZICK, Joshua, *Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World*, Yale University Press, Yale, 2008.

LARA, António Costa de Albuquerque de Sousa, *Ciência Política: metodologia, doutrina e ideologia*, ISCSP, Lisboa, 1998.

LARA, António Costa de Albuquerque de Sousa, *Ciências Política: o estudo da ordem e da subversão*, ISCSP, Lisboa, 2004.

LEAL, Miguel, *Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*, Quidnovi, 2008.

LUKES, Steven, "Power and the battle for hearts and minds: on the bluntness of soft power," in BERENSKOETTER, Felix and WILLIAMS, M.J., *Power in World Politics*, Routledge, 2007.

MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa - Constantes e Linhas de Força*, Instituto de Defesa Nacional.

MAGALHÃES, Calvet de, *A Diplomacia Pura*, Editora Bizâncio, Lisboa, 2005.

MALTEZ, José Adelino, *A nova posição internacional de Portugal depois da adesão à CEE*.

MALTEZ, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, Principia, S.João do Estoril, 2002.

MALTEZ, José Adelino, *Pensamento da Ciência Política e Introdução à Teoria Política*, 2ª edição, ISCSP, Lisboa, 1996.

Rui Miguel Rebelo Alves

- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução*, Vol.2, Tribuna, Lisboa, 2005.
- MARSHALL, Peter, *Positive Diplomacy*, Macmillan, London, 1999.
- MARTINS, Guilherme d' Oliveira, *Portugal – Identidade e Diferença*, Gradiva Publicações, Lisboa, 2007.
- MARTINS, José A. Lomba, *Cooperação euro-africana: perspectivas eurocêntrica e autóctone*, Porto, 1988.
- MARTINS, Manuel Meirinho, *Participação Política e Democracia: O Caso Português (1976-2000)*, ISCSP, Lisboa, 2004.
- MATOS, Rui Paula, *Em busca da Globalização feliz – Análise e Reflexão Política*, Hugin, Lisboa, 2005.
- MCCORMICK, John, *The European Superpower*, Palgrave Macmillan, 2006.
- MELISSEN, Jan (ed), *The new public diplomacy: soft power in international relations*, Palgrave Macmillan, Houndmills, 2005.
- MELO, Raquel Alexandra dos Santos Reis de, *O impacto do Euro 2004 na percepção da Marca Portugal*, ISEG, Lisboa, 2007.
- MERTON, Robert K., *The New Institutionalism in Sociology*, Stanford University Press, Stanford, 2001.
- MONGIARDIM, Maria Regina de, *Diplomacia*, Almedina, Coimbra, 2007.
- MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, 1993.
- MOREIRA, Adriano, *Comentários*, Lisboa, 1989.
- MOREIRA, Adriano, *O Papel das Pequenas Potências*, ISCSP, Lisboa, 1983.
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2002.
- MOREIRA, Carlos Diogo, *Planeamento e estratégias de investigação social*, ISCSP, Lisboa, 1994.
- MORGENTHAU, Hans J., *Politics Among Nations*, Nova Iorque, 1948.
- NYE, Joseph S., "Notes for a soft power research agenda".
- NYE, Joseph S., *Soft power: the means to success in world*, New York, Public Affairs, 2004.
- NYE, Joseph S., *The Powers to Lead*, Oxford University Press, New York, 2008.

Rui Miguel Rebelo Alves

- OLIVEIRA, Luís Soares de, *História Diplomática – O Período Europeu 1580-1917*, Pedro Ferreira, Lisboa, 1994.
- OLIVEIRA, Teresa d', *Teses e dissertações – recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*, Editora RH, Lisboa, 2002.
- OSTLER, Nicholas, “Síntese da intervenção de Nicholas Ostler”, in *Promoção da Língua portuguesa no Mundo*, Edições Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2008.
- PALMA, Elisabete Proença Rodrigues e Cortes, *A ajuda pública do desenvolvimento cultural dos PALOP*, ISCSP, Lisboa, 2005.
- PALMA, Hugo de Melo, *Diplomacia Cultural ou Diplomacia Pública? Reflexões sobre a política cultural externa de Portugal, I*, texto policopiado, ISCSP, 2008.
- PETERS, B.Guy, *El nuevo institucionalismo. La teoría institucional em ciencia política*, Gedisa, Barcelona, 2003.
- POOLE, Ross, *Nation and Identity*, Routledge, London, 1999.
- RODRIGUES, Eduardo Raúl Lopes, *Gestão Estratégica – Reflexões Introdutórias Focadas nos Desafios de Portugal no séc. XXI*, texto policopiado, ISCSP, 2008.
- RODRIGUES, Eduardo Raul Lopes, *Instituições e Políticas de Regulação*, texto policopiado, ISCSP, 2008.
- SANTO, Paula do Espírito, *O Processo de Persuasão Política – Abordagem Sistémica da Persuasão com Referência ao Actual Sistema Político Português*, texto policopiado, ISCSP, Lisboa, 1996.
- SANTOS, J. Albano, *Economia Pública*, ISCSP, Lisboa, 2010.
- SANTOS, Vítor, “Crescimento e Competitividade em Portugal”, edição do autor, texto policopiado, ISEG, 2011.
- SANTOS, Vítor, “Novos Temas das Políticas Públicas”, edição do autor, texto policopiado, ISEG, 2011.
- SANTOS, Victor Marques dos, *Conhecimento e mudança. Para uma epistemologia da Globalização*, ISCSP, Lisboa, 2002.
- SCHNEID, Cintia Maria, *O Impacto da Globalização na Elaboração de Políticas Públicas Urbanas: Uma Possibilidade de Aproximar a Cidade e a Cidadania*, texto policopiado, consultado electronicamente.
- SCHNEIDER, Cynthia P., “Culture Communicates: US Diplomacy That Works”, in MELISSEN, Jan, (ed), *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*, Palgrave Macmillan, Hampshire, 2007.
- SILVA, Augusto Santos, *Entre a Razão e o Sentido – Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais*, 3ª edição, Edições Afrontamento, Porto, 1988.

Rui Miguel Rebelo Alves

SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª Edição, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, 1986.

SILVERMAN, M., *Deconstructing the Nations*, Londres, 1993.

SISMAI, Mihaly, *The Future of Global Governance – Managing Risk and Change in the International System*, United States Institute of Peace Press, Washington, 1994.

STEINMO, Sven, THELEN, Kathlen, LONGSTRETH, Frank, *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992.

TELES, Ana Filipa, “Portugal and Cultural Diplomacy” texto policopiado, consultado electronicamente.

WALTZ, Kenneth N., *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva Publicações, 2002.

WATSON, L.W., *Multiculturalism*, Open University Press, 2000.

YAN, Yunxiang, “McDonald’s in Beijing: The Localization of Americana”, in WATSON, James (ed), *The Golden Arches East*, McDonald’s in East Asian, Stanford University Press, Stanford, 1997.

ZIPPELIUS, Reinhold, *Teoria Geral do Estado*, 3ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.

### **Publicações periódicas**

KENNEDY, Paul, “Um Capital de Simpatia Muito Frágil”, in *Courrier Internacional*, nº 156, Lisboa, Fevereiro de 2009.

LEAL, Ana Catarina Pereira Mendes, “A Diplomacia Económica em Portugal no Século XXI – que Papel no Investimento Directo Português no Exterior?”, in *Negócios Estrangeiros*, 2007.

MALTEZ, José Adelino, “As Raízes e o Destino da Cultura Portuguesa”, in *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº17, 1990.

MALTEZ, José Adelino, “Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa”, in *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº18, 1991.

MEIRELES, Luísa, “A língua é um instrumento de poder”, in *Expresso - 1ºcaderno*, 2008.

MOREIRA, Adriano, “A canção de Harrow”, in *Diário de Notícias*, 11 de Dezembro de 2008.

MOREIRA, Adriano, “A Diplomacia Portuguesa”, in *Revista Negócios Estrangeiros*, Fevereiro de 2007.

MOREIRA, Adriano, “O Poder Cultural”, in *Nação e Defesa*, Abril-Junho, 1981.

Rui Miguel Rebelo Alves

MOREIRA, Carlos Diogo, "Identidades Culturais, Pluralismo e Globalização", in *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, nº 1, Janeiro/Abril, 2007.

ROCHA, Paula, "O que é ser português?", in *100 Anos 100 Marcas, Revista Sábado*, nº 338, Lisboa, 2010.

RODRIGUES, Eduardo Raul Lopes, "A nova estrutura do Tratado de Lisboa e a Política de Concorrência na União Europeia", in *Temas de Integração*, nº26, Almedina, 2008.

SOARES, Carla, "Cavaco defende Ministério do Mar", in *Jornal de Notícias*, 14 de Janeiro de 2011.

WHITNEY, Joel, "A Arma da Sedução", in *Courier Internacional*, nº 156, Lisboa, Fevereiro de 2009.

"Playing soft or hard cop", in *The Economist*, January 19, 2006.

### **Internet**

CAMPBELL-JOHNSTON, Rachel, "A man with a taste for the theatrical against the backdrop of a brave new world" in *Times Online*, 21 de Janeiro de 2009, disponível em: [http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/us\\_and\\_americas/us\\_elections/article5556175.ece](http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/us_and_americas/us_elections/article5556175.ece)

CLINTON, Hillary, "Hillary Clinton Advocates Smart Power", disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=PNQQyKBmI04>

Cultural Diplomacy, <http://www.culturaldiplomacy.org/index.php?en>

EUROCID, <http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio>

HOOGMOED, Sylvester, *Europe in the Third Millenium*, disponível em: <http://home.tiscali.nl/sylvester/iiii.html>

Instituto Camões, <http://www.instituto-camoes.pt/>

Instituto de História Contemporânea, <http://www.ihc.fcsh.unl.pt/>

Instituto Internacional de Língua Portuguesa, <http://www.ipad.mne.gov.pt/>

Instituto Português no Oriente, <http://ipor.org.mo/main/index.html>

Instituto Português para o Desenvolvimento, <http://www.ipad.mne.gov.pt/>

Instituto Português de Relações Internacionais, <http://www.ipri.pt/>

Janus Online, <http://janusonline.pt/index1.html>

Lusa, <http://www.lusa.pt/lusaweb/>

Rui Miguel Rebelo Alves

LEVI, Lúcio, *Globalization and the decline of the state-centric paradigm*, disponível em: [http://agora.qc.ca/cosmopolis.nsf/Articles/no2007\\_2\\_Globalization\\_and\\_the\\_decline\\_of\\_the\\_state-centric?OpenDocument](http://agora.qc.ca/cosmopolis.nsf/Articles/no2007_2_Globalization_and_the_decline_of_the_state-centric?OpenDocument)

Ministério dos Negócios Estrangeiros, <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/>

NYE, Joseph S., “Propaganda Isn't the Way: Soft Power”, in *International Herald Tribune* disponível em: [http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/1240/propaganda\\_isnt\\_the\\_way.html](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/1240/propaganda_isnt_the_way.html)

NYE, Joseph S., “The U.S. can reclaim 'smart power'”, in *Los Angeles Times*, disponível em: <http://www.latimes.com/news/opinion/commentary/la-oe-nye21-2009jan21,0,3381521.story>

NYE, Joseph S., “Think Again: Soft Power”, disponível em: [http://yaleglobal.yale.edu/display\\_article?id=7059](http://yaleglobal.yale.edu/display_article?id=7059)

Observatório de Língua Portuguesa, <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>

OMESTAD, Thomas, “A Small Improvement in U.S. Popularity Abroad”, in US News online, disponível em <http://www.usnews.com/news/world/articles/2008/04/01/a-small-improvement-in-us-popularity-abroad>

Portal do Governo Português, <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Pages/Inicio.aspx>

RODRIGUES, Cândido Moreira, “Apontamentos sobre o pensamento de Carl Shmitt: um intelectual nazi”, disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum12\\_art06\\_rodrigues.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum12_art06_rodrigues.pdf)

ROTHMAN, Stanley, *Functionalism and its critics: an analysis of the writings of Gabriel Almond*, Smith College, disponível em: [http://www.mmisi.org/pr/01\\_01/rothman.pdf](http://www.mmisi.org/pr/01_01/rothman.pdf)

SHAPIRO, Andrew J., “Political-Military Affairs: Smart Power Starts Here”, disponível em: <http://www.state.gov/t/pm/rls/rm/128752.htm>

STANDISH, Louis, “Obama Hopes Soft Power Will Restore U.S”, in *Watching America*, disponível em: <http://watchingamerica.com/News/18196/obama-tries-to-furbish-up-the-us-image-with-soft-power/>

QUEIROZ, Manuel, “Obama e a NATO do soft power”, in I Online, disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/89538-obama-e-nato-do-soft-power>

THAYNER, Charles A., *China's Soft Power vs America's Smart Power*, disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2010/08/31/chinas-soft-power-v-americas-smart-power/>

UNESCO, <http://www.unesco.pt/>

“Língua Portuguesa representa 17% do PIB”, disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20081119.htm>

Rui Miguel Rebelo Alves

“International Law, Great Powers, and Switzerland’s Foreign Policy”, disponível em: <http://blirg.wordpress.com/2010/04/26/insight-why-public-international-law-is-vital-for-switzerland/>

“Jefferson’s Religious Beliefs”, disponível em: <http://www.monticello.org/site/research-and-collections/jeffersons-religious-beliefs>

“O marketing como instrumento de difusão da Língua Portuguesa”, in *Instituto Camões*, disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/encarte-ij/o-marketing-como-instrumento-de-difusao-da-lingua-portuguesa.html>

“Radio Free People”, in *NationMaster.com*, disponível em: <http://www.nationmaster.com/encyclopedia/Radio-Free-Europe>

### **Documentação oficial**

Comissão Europeia, “Tratado que institui a Comunidade Europeia”, em conformidade com o Tratado de Nice.

Decreto Regulamentar nº 46/2007 de 27 de Abril

Department of the Navy – Naval Historical Center, “Tsunami (Tidal Wave) Disasters and the U.S. Navy”, disponível em: <http://www.history.navy.mil/faqs/faq130-1.htm>

Ministério da Defesa Nacional, “Estratégia Nacional para o Mar”.

Ministério da Economia e da Inovação, “Portugal. Mais do que imagina”.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Balanço da Presidência portuguesa da União Europeia”, Lisboa, 2008.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia: 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007”, Lisboa, 2007.

Observatório do QREN, “Programa Operacional Factores de Competitividade (2007-2013)”, Lisboa, 2008.

Presidência do Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2006.

Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, “Declaração Comum da Cimeira UE-Brasil”, Lisboa, Julho de 2007.

### **Conferências e Palestras**

ANTUNES, Manuel Lobo, “O Brasil e a Presidência Portuguesa da UE”, comunicação proferida no Colóquio “1808-2008 e o Futuro das Relações Económicas Portugal/Brasil”, Lisboa, 10 de Abril de 2008.

MOREIRA, Carlos Diogo, “A Questão do Nacionalismo”, palestra no âmbito do Fórum das Ciências Sociais, ISCSP.

Rui Miguel Rebelo Alves

### **Matriz das Epígrafes dos capítulos**

#### **Início da Dissertação**

QUEIROZ, Eça, *Correspondência*, Livros do Brasil, 1984.

#### **Introdução**

MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Coimbra, Almedina, 1993.

#### **Nota Metodológica**

SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª Edição, Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, 1986.

#### **Capítulo I**

HUGO, VICTOR, *O Pensamento de um escritor e rosa cruz. Victor Hugo, uma obra de ficção virada para o social*, disponível em: <http://www.svmvmbonvm.org/victorhugo.pdf>

#### **Capítulo II**

RUMSFELD, Donald, "Donald Rumsfeld and Smart Power", artigo de Joseph Nye, disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/nye32/English>

#### **Capítulo III**

SILVA, Agostinho da, "Agostinho da Silva: um pequeno mosaico biográfico", in *O Patifundio online*, disponível em: <http://opatifundio.com/site/?p=3320>

#### **Conclusões**

MALTEZ, José Adelino, *Pensamento da Ciência Política e Introdução à Teoria Política*, ISCSP, 2ª edição, Lisboa, 1996.

# **ANEXOS**

## **Anexo I – Missão Camões**

O Instituto Camões é um instituto público, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio que prossegue atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros nas áreas da cultura e do ensino. Articula a sua acção com outras instâncias competentes do Estado, nomeadamente os Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Instituto Camões tem por missão propor e executar a política de divulgação e de ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e promover o português como língua de comunicação internacional. Nesse âmbito, gere a rede do ensino português no estrangeiro, que abrange a educação pré-escolar e os ensinos básico, secundário e superior. No domínio da educação e formação ao longo da vida, coordena e desenvolve ensino a distância, apoia a investigação no domínio da língua e promove sistemas de avaliação, certificação e creditação.

Outra das atribuições nucleares do Instituto Camões diz respeito à difusão e promoção da cultura portuguesa no estrangeiro, concebendo, promovendo, propondo, apoiando e executando acções que favoreçam a divulgação de diferentes formas de expressão artística, apoiando a edição de autores portugueses em língua estrangeira e atribuindo bolsas a alunos e professores da rede internacional. Assegura ainda a representação do país na negociação de acordos culturais e respectivos programas de cooperação.

O Instituto Camões, na sua dimensão europeia, integra a EUNIC (European Union National Institutes for Culture/Rede de Institutos Culturais da União Europeia) e a EFNIL (European Federation of National Institutions for Language/Federação Europeia de Institutos Nacionais de Línguas), desenvolvendo parcerias para uma acção conjunta.

Actualmente, o Instituto Camões desenvolve actividade em 69 países, possui 19 Centros e Pólos Culturais, está presente em 294 instituições de Ensino Superior e Organizações Internacionais apoia 30 Cátedras, 49 pólos de Formação Contínua de Professores do Ensino Básico e Secundário e coordena 57 Centros de Língua Portuguesa. Esta actividade envolve 1142 professores desde a educação Pré-escolar aos ensinos básico, secundário e ensino superior, num total de 155.000 alunos.

O Instituto Camões conta ainda com o Centro Virtual Camões que dá apoio ao ensino e aprendizagem da língua e serve a divulgação da cultura portuguesa no mundo.

## **Anexo II – Programa do XVIII Governo na área da Política Externa, Integração Europeia e Comunidades Portuguesas**

Portugal no processo de reorganização do sistema internacional

Nas próximas décadas, vamos assistir a profundas transformações no sistema internacional, com sérias consequências para Portugal e para os portugueses. Essas transformações são o resultado de mudanças estruturais na economia mundial, com importantes implicações geopolíticas, pondo em causa a ordem mundial estabelecida nos últimos 60 anos. A crise financeira e a recessão económica vieram acentuar a urgência da reorganização do sistema internacional, adaptando-o à nova realidade mundial, macroeconómica e geopolítica. Portugal deve ter um papel relevante neste processo, através de uma participação activa nas instituições e organizações internacionais que integra, valorizando cada vez mais as nossas relações históricas fora do espaço europeu.

Portugal deve bater-se por uma ordem internacional que valorize o multilateralismo como mecanismo central para o relacionamento e para a resolução dos conflitos entre Estados e como via para a solução dos principais problemas mundiais. Neste sentido, participaremos nas negociações para um novo Acordo de Comércio Internacional (Ronda de Doha) e para um novo Acordo sobre Alterações Climáticas (pós-Quioto).

Daremos, por outro lado, particular ênfase à reforma do Sistema das Nações Unidas e do Conselho de Segurança.

A Carta das Nações Unidas continua a ser a principal referência do multilateralismo e é nesse pressuposto que assentará a nossa candidatura ao Conselho de Segurança, como membro não-permanente, para o biénio 2011-2012.

Nesta perspectiva, Portugal deve continuar a assumir a sua quota nas operações de paz e de segurança internacionais no contexto das várias organizações que integra, como as Nações Unidas, a NATO, a União Europeia, a OSCE ou CPLP.

Assiste-se nos últimos anos à degradação das condições de segurança colectiva, face a novas ameaças e a novos conflitos que têm agravado as tensões geopolíticas, particularmente em regiões em que se projectam alguns dos nossos interesses.

Os nossos compromissos com a NATO estarão particularmente em foco ao longo do próximo ano, em que organizamos, pela primeira vez, uma Cimeira da Aliança, onde se deverá aprovar o novo Conceito Estratégico da Organização.

Portugal na construção europeia

Na presente conjuntura, a actuação do Governo a nível da UE privilegiará a necessidade de ultrapassar a crise económica e financeira mundial e atenuar os seus efeitos, promovendo medidas que permitam relançar o emprego e o crescimento.

A Estratégia de Lisboa (EL) constitui o enquadramento adequado para a resposta à crise económica e financeira. Daí a importância da sua manutenção no pós-2010.

Será, também, num contexto difícil de pós-crise e numa Europa alargada a 27 Estados-membros que decorrerão as negociações para as perspectivas financeiras da União, para o período seguinte a 2013. Particular atenção será também atribuída à discussão da futura política de Coesão.

O Governo manterá o firme empenho na concretização da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e, muito em particular, na operacionalização das várias inovações nele anunciadas, impondo-se o esforço adicional de continuar a participar em todos os núcleos de integração aprofundada, tal como no passado, desde Schengen ao Euro.

Importa capacitar a União para a obtenção de resultados mais próximos dos cidadãos, conferindo-lhe maior legitimidade democrática. A este respeito, as comemorações dos 25 anos da adesão de Portugal à União Europeia constituirão uma oportunidade singular.

No plano externo, o Governo continuará a defender o estrito respeito pelos compromissos assumidos no âmbito do consenso europeu em torno do alargamento.

No plano global, estão hoje lançadas as bases para que a União possa estreitar o seu relacionamento com outras regiões, nomeadamente com a América do Norte, com a América Latina, com África e com a Ásia. O eixo transatlântico assume particular importância na actual conjuntura, assinalando-se o empenho da nova Administração norte-americana no reforço do diálogo e do multilateralismo, como instrumentos privilegiados para a governação internacional.

Com a perspectiva da entrada em vigor do Tratado de Lisboa dar-se-á uma importante alteração institucional nas áreas da PESC e da PESD. Portugal deve estar na linha da frente do aprofundamento daquelas políticas.

Com a firme convicção da enorme importância do sector marítimo para Portugal, o Governo empenhar-se-á no desenvolvimento de uma política marítima integrada para a União, cuja base foi lançada durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, em 2007.

As relações económicas externas

Os impulsos da globalização continuarão a estimular a internacionalização da economia portuguesa. Será particularmente importante promover políticas públicas que possam contrariar dois aspectos penalizadores para a economia portuguesa: um atraso estrutural do empresariado e dos processos de produção, e a grande crise internacional, que é particularmente severa para economias abertas como a nossa.

Em ambos os casos, a resposta a dar nesta legislatura exige o reforço dos instrumentos para a internacionalização e uma coordenação mais acentuada desses instrumentos. Há que reforçar os mecanismos de apoio à participação portuguesa em feiras internacionais e o conhecimento sobre fontes de financiamento internacional, incluindo os bancos multilaterais; e há que assegurar uma articulação muito forte entre o empresariado e as redes de conhecimento desenvolvidas pelas Embaixadas.

A captação de investimento externo continuará a ser uma prioridade e, muito em particular, o investimento que cria emprego qualificado e competitivo. Também nesta matéria se exige agora uma articulação mais estreita e coordenada com os diferentes serviços do Estado no exterior.

O reforço da capacidade de penetração internacional dos agentes económicos portugueses passa, também, pelo desenvolvimento de novas formas de parceria com o empresariado da diáspora portuguesa. O novo impulso a dar à internacionalização da economia portuguesa deve assumir-se como prioridade da acção externa do Estado português.

#### Comunidades portuguesas

O Governo coordenará as diferentes políticas nacionais de modo a garantir aos emigrantes o pleno exercício dos direitos de cidadania em plano de igualdade com os demais cidadãos que residem em Portugal.

Por outro lado, o Governo continuará a modernização das estruturas da rede consular, cujo objectivo central consiste na melhoria constante do atendimento, particularmente através da utilização das tecnologias de informação e comunicação. Nesta vertente, de serviço da Administração Pública, os consulados constituirão verdadeiras Lojas do Cidadão.

Na missão atribuída aos postos consulares, as componentes de acção cultural, promoção económica e acção social constituirão outra prioridade, que visa reforçar a ligação às múltiplas instituições nos diferentes países de acolhimento, em linha com o Regulamento Consular recentemente aprovado.

A produção intelectual e artística na Diáspora merecerá atenção particular, designadamente através da promoção de intercâmbios de experiências, dando maior visibilidade à produção e apoiando e

fomentando o aparecimento de novos talentos nas várias áreas da cultura, das artes à literatura. Os programas Talentos e Lusavox, recentemente criados, inscrevem-se já nestes objectivos.

As relações com os empresários portugueses no estrangeiro constituirão o pilar do programa Netinvest, cujo objectivo central se propõe contribuir para facilitar as condições ao investimento em Portugal, bem como a realização de parcerias entre os empresários nacionais com sede em Portugal e os restantes instalados no estrangeiro.

O reencontro com a Diáspora convoca, desde logo, ao diálogo com a juventude. Levar os jovens das terceira e quarta gerações à descoberta de Portugal é uma responsabilidade histórica que permitirá homenagear a memória da emigração.

A promoção e expansão da rede de ensino da Língua e Cultura Portuguesa, para além da Europa, em que já são investidos anualmente cerca de € 50 milhões, continuarão a ser uma das prioridades centrais do Governo, enquadrada na nova missão de que o Instituto Camões está investido.

Serão criados incentivos ao mérito para as associações que se destaquem na sua actividade em prol da Comunidade que servem.

No âmbito das Políticas Sociais, serão reforçadas as acções que visam contribuir para minorar situações de pobreza extrema. A prestação dos apoios atribuídos ao abrigo do ASIC - Apoio Social para Idosos Carenciados e ASEC - Apoio Social para Excluídos e Carenciados será continuada, sendo desenvolvidos mecanismos para aumentar a fluidez dos processos formais.

Dar continuidade ao reforço da Cooperação

Para além de consolidar o trabalho de organização interna da Cooperação portuguesa, as prioridades para esta legislatura são as seguintes:

Desenvolver a cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa, no quadro da CPLP e no plano bilateral;

Diligenciar no sentido da criação de um Estatuto do Cidadão da CPLP;

Promover a aplicação dos Acordos de Brasília, bem como a actualização de acordos para concessão de vistos;

Continuar a caminhar no sentido de honrar os compromissos internacionais em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento;

Continuar o diálogo e as parcerias com a sociedade civil portuguesa, em particular o Fórum para a Cooperação e os projectos envolvendo fundações, universidades, ONGs, câmaras e empresas no âmbito da responsabilidade social empresarial;

Continuar a reforçar a coordenação interministerial da cooperação, promovendo a coerência de políticas para o desenvolvimento e os mecanismos de articulação das políticas de segurança e desenvolvimento;

Prosseguir com os «Clusters da Cooperação Portuguesa», densificando as intervenções e criando novas sinergias;

Aproveitar futuros enquadramentos internacionais, resultantes da Conferência de Copenhaga de Dezembro de 2009, para desenvolver uma valência de combate às alterações climáticas;

Estabelecer pontes com mais-valias económicas portuguesas, por exemplo nas áreas das energias renováveis e das tecnologias de informação;

Melhorar a coordenação com instrumentos de apoio à internacionalização, nomeadamente linhas de crédito concessionais e melhorar a capacidade de intervenção da SOFID e a sua articulação com a política de cooperação;

Continuar a apostar na formação dos quadros técnicos da cooperação;

Promover a educação para o desenvolvimento em Portugal, ajudando a consolidar uma consciência de cidadania global;

Assegurar, de uma forma transversal em todas as intervenções da cooperação portuguesa, a promoção da igualdade de género e da sustentabilidade ambiental, social e económica.

#### Internacionalização da Língua Portuguesa

O Governo privilegiará, como decorre do programa da Presidência Portuguesa da CPLP, a promoção e difusão da Língua portuguesa no Mundo, designadamente através das seguintes iniciativas:

Apoio à expansão dos sistemas de ensino dos Estados-membros da CPLP onde o Português funciona como língua veicular de alfabetização e do sistema de ensino em geral;

Promoção e difusão da Língua Portuguesa fora do espaço da CPLP, nomeadamente através de criação de centros de ensino e iniciativas diplomáticas com vista ao seu reconhecimento e integração curriculares;

Promoção, em estreita coordenação com os restantes Estados-membros da CPLP, do português como língua oficial ou de trabalho em organizações Internacionais e, em particular, no sistema das Nações Unidas;

Reestruturação profunda do funcionamento e dos objectivos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em colaboração com os órgãos próprios do Secretariado da CPLP e em estreita articulação com os Estados-membros, a aprovar durante a próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo;

Financiamento, através do Fundo da Língua Portuguesa entretanto criado, de projectos que visem a valorização e difusão da língua portuguesa no Mundo.

### **Anexo III – Prefácio do documento que sintetiza a Estratégia Nacional para o Mar, pelo Dr. João Mira Gomes, Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar em Março de 2007**

A Estratégia Nacional para o Mar constitui um instrumento político fundamental para que Portugal possa proteger e valorizar o inestimável recurso que o oceano representa para o nosso país. O Governo, ao definir pela primeira vez as linhas estratégicas prioritárias para os “Assuntos do Mar”, cria as condições indispensáveis para que o aproveitamento sustentável do mar passe a ser uma realidade. O desenvolvimento das actividades que se exercem no mar e nas zonas costeiras é, simultaneamente, uma oportunidade e um desafio para Portugal. O oceano representa um meio de comunicação e transporte essencial num mundo cada vez mais globalizado, uma fonte de alimentos e de fármacos, de energia e de recursos geológicos e genéticos. Para além do emprego associado directa e indirectamente a estas actividades, o mar e as zonas costeiras têm um papel essencial no bem estar e qualidade de vida da sociedade, quer através das actividades de desporto e de lazer, quer através dos serviços fundamentais que nos prestam como sejam a regulação do clima, a retenção de dióxido de carbono e a produção de oxigénio, a reciclagem e armazenamento de poluentes.

No entanto, todos sabemos que os oceanos enfrentam sérios problemas associados, entre outros factores, com a poluição, a sobreexploração de recursos, a destruição de habitats, a degradação ambiental, o desaparecimento da biodiversidade e a introdução de espécies exóticas, pelo que se torna central definir e articular políticas que contribuam para os objectivos de desenvolvimento sustentável do país. Portugal está empenhado na promoção de formas inovadoras de aproveitamento sustentável dos recursos do oceano, contribuindo para o desenvolvimento da economia do mar e das indústrias marítimas, apostando nas ciências e tecnologias do mar, criando emprego, fomentando o ensino, a educação e o desporto associados ao mar, resolvendo conflitos de uso e potenciando sinergias através da implementação de um planeamento e ordenamento espacial das actividades. Em simultâneo, é necessário garantir que o valioso património natural e cultural subaquático do nosso mar é devidamente salvaguardado e protegido. Para alcançar estes objectivos, é fundamental que as formas de governação dos “Assuntos do Mar” permitam responder de forma efectiva e coordenada aos desafios que apresenta a Estratégia Nacional para o Mar e a actual agenda internacional dos oceanos apresentam, como é o caso da futura Política Marítima da União Europeia. Tal como proposto nesta Estratégia, a recente criação, pelo Governo, da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, afigura-se como um passo decisivo para responder a esses desafios.

Acredito que, desta forma, será possível melhorar a coordenação a todos os níveis, melhorar os processos de decisão com base em informação científica sólida e envolver os agentes económicos e os cidadãos na execução desta Estratégia, assumindo o Mar como um verdadeiro projecto nacional ao serviço de todos os portugueses.